

Coleção **Caminhos**, Justiça Global

# Histórias e práticas políticas em resistência à Vale S.A.

---

REALIZAÇÃO



---

MARINA PRAÇA  
LARISSA CABRAL



Coleção **Caminhos**, Justiça Global

# Histórias e práticas políticas em resistência à Vale S.A.

---

---

MARINA PRAÇA  
LARISSA CABRAL



Coleção **Caminhos**, Justiça Global

# Histórias e práticas políticas em resistência à Vale S.A.

---

1ª EDIÇÃO

RIO DE JANEIRO / RJ

---

**MARINA PRAÇA**  
**LARISSA CABRAL**

## EXPEDIENTE

Histórias e práticas políticas em resistência à Vale S.A.

### REALIZAÇÃO

Justiça Global e Articulação Internacional das Atingidas e dos Atingidos pela Vale

### AUTORAS

Marina Praça e Larissa Cabral

### PREFÁCIO

Maria Júlia Gomes Andrade

### COORDENAÇÃO DA COLEÇÃO

Melisanda Trentin

### REVISÃO

Ionice Barbosa, Emily “Maya” Almeida, Gizele Martins e Heitor Levy

### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

André Victor

### IMPRESSÃO

WalPrint

### EQUIPE JUSTIÇA GLOBAL

Antonio Neto, Caroline Cavassa, Daniele Duarte, Daniela Fichino, Emily “Maya” Almeida, Francisca Moura, Geovanna Januário, Glauca Marinho, Isabel Lima, Leandro Rezende, Leidiane Moreno, Lourdes Deda, Luna de Oliveira Ribeiro, Melisanda Trentin, Monique Cruz, Raoni Dias, Regina Santana, Rudá Oliveira, Ruggeron Reis, Sandra Carvalho, Thais Gomes.

Av. Presidente Wilson, 165, sala 1108,  
20030-021 Rio de Janeiro, RJ – 20030-020  
contato@global.org.br  
+55 21 2544 2320  
global.org.br

## DADOS INTERNACIONAIS DE CATOLOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

---

PRAÇA, Marina

Histórias e práticas políticas em resistência a Vale S.A.  
/ Marina Praça, Larissa Cabral ; organização e coordenação  
da publicação Marina Praça. -- Rio de Janeiro : Justiça Global, 2024.

xxx p. : il.

ISBN 978-65-87127-13-2

1. Ativismo 2. Doce, Rio, Vale (MG e ES) 3. Histórias de vidas 4. Meio ambiente - Acidentes 5. Mineração - Aspectos ambientais  
6. Mineração - Aspectos sociais 7. Políticas públicas - Aspectos ambientais I. Cabral, Larissa. II. Título.

---

24-200612

CDD-622.981

### ÍNDICES PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Mineração : Brasil : História 622.981

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



Esta obra está licenciada como  
Licença Creative Commons CC BY 4.0



# Sobre a coleção

A Coleção Caminhos é uma iniciativa da Justiça Global para debater temas relacionados à justiça socioambiental, em consonância com a luta contra o machismo e o racismo, e pela garantia do direito à terra e ao território como direito coletivo relacionado ao acesso aos bens comuns da natureza, à cultura e ao respeito aos modos de vida das comunidades, além de construir estratégias de responsabilização de Estados e de empresas por violações de direitos humanos e danos ao meio ambiente.

Enfatizando os processos de resistências vividos, em especial pelas populações atingidas - daí o nome, Caminhos - a coletânea nasceu, assim, como o propósito de intensificar o diálogo com autoras e autores parceiros e reconhecidos em seus campos de atuação e diante da necessidade de aprofundar questões e conceitos que ou já têm repercussão nos sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos ou, ao menos, merecem ter. Assim, selecionamos os temas: Reparação Integral; Racismo Ambiental; Aplicação da Consulta Prévia e Informada; e Resistências à Mineração.

A partir da Coleção Caminhos, a Justiça Global almeja disputar os sentidos da justiça socioambiental, visibilizar os sujeitos e os territórios e ampliar a visão de direitos humanos.

Boa leitura!

**Melisanda Trentin**

*Coordenadora do programa de  
Justiça Socioambiental da Justiça Global.*





---

<b>10</b>	Prefácio
<b>14</b>	Apresentação
<b>18</b>	Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV): sua história e suas práticas de luta
<b>50</b>	Muitas vezes atingidas: histórias de vida e práticas de resistência das mulheres em Antônio Pereira (MG)
<b>70</b>	A luta dos(as) trabalhadores(as) do Sindicato Metabase Inconfidentes (MG): a “pedra no sapato” da Vale
<b>96</b>	Vidas perdidas em Minas Gerais: cotidianos, lutas e percepções de três mulheres atravessadas pela Vale S.A.
<b>122</b>	Intercâmbios entre Brasil e Moçambique: articulando territórios, lutas e sonhos
<b>138</b>	Histórias de resistências ao Projeto Grande Carajás

# Prefácio

---

*O que me move é essa força de lutar pela vida.  
(Zezé de Itabira, em depoimento neste livro)*

Recebi com muita alegria o convite da Justiça Global e da Articulação Internacional das Atingidas e dos Atingidos pela Vale (AIAAV) para fazer o prefácio deste livro. O esforço do registro das lutas coletivas que aqui estão expressas se tornará ferramenta para muitas outras lutas, uma inspiração para essa pauta tão dura que é o enfrentamento ao modelo de mineração. Eu entrei para essa luta pelas mãos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), há cerca de 15 anos, quando o 1º Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale começa a se organizar. Foi muito emocionante relembrar a história contada no primeiro capítulo, que faz também muito parte da minha vida. Na sequência desse período, somei ao esforço da construção do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), que completa 12 anos em 2024, e se tornou a principal ocupação da minha militância. Nesse caminho, foi possível conhecer várias das personagens que estão aqui retratadas e que representam lutas tão bonitas do povo brasileiro. É uma verdadeira honra fazer parte deste projeto e honra ainda maior ter podido conhecer as lutas que estão aqui contadas para nós.

E esse é um grande destaque do livro: por meio de uma linguagem direta e acessível, podemos conhecer histórias muito representativas dos últimos 15 anos de denúncias e mobilizações coletivas. Histórias que aconteceram no Brasil e, também, em intercâmbios de caráter internacional. O registro da luta é, muitas vezes, algo que as organizações têm muita dificuldade de realizar; a correria e a urgência constantes das situações dificultam esse momento do registro de forma constante. Nunca dá tempo para tudo. Por isso, quando parceiros e parceiras se propõem a construir juntos essa memória, temos algo especial. É a história lembrada e contada em várias vozes. Ao longo dos seis capítulos do livro, conseguimos conhecer lideranças inspiradoras e lutas muito

coletivas. Temos regiões diferentes do nosso país, temos pautas distintas, temos a luta das mulheres aparecendo com destaque em cada um dos capítulos, e temos a história da AIAAV como um elemento de pontes entre vários processos.

A história da Articulação dos(as) Atingidos(as) pela Vale começa a ser contada no primeiro capítulo, mas também aparece em vários outros momentos do livro, como no capítulo que aborda as trocas de experiências Brasil-Moçambique, que conta da desastrosa atuação da Vale em Moçambique e a força dos intercâmbios internacionalistas. Os intercâmbios são parte da base de atuação da AIAAV, e essas vivências tiveram um impacto positivo na formação de muitas lideranças. A história da articulação aparece também no capítulo que fala da dura luta do Sindicato Metabase Inconfidentes, um dos poucos combativos do setor no país. A participação na Articulação contribuiu para dar maior visibilidade às lutas que o sindicato levava adiante e ajudou na proximidade em pontes com outros/as trabalhadores/as da mineração em luta de outras partes do mundo, como do Canadá e da Indonésia. O livro nos ajuda a entender como é a luta daqueles e daquelas que estão na defesa dos direitos dos trabalhadores, e como é difícil (e necessário) o processo contínuo de conscientização. Histórias do Canadá a Congonhas (MG), de Moçambique a Carajás (PA), para onde há o maior projeto de mineradora do mundo, de autoria da Vale, o qual alterou a lógica de funcionamento da vida de uma macrorregião, com impactos negativos de Parauapebas (PA) a São Luís (MA), da região onde está o complexo de minas aos territórios atravessados pelos trilhos no Pará e no Maranhão. Muitas lutas se fizeram desde que esse projeto se instalou, e essas histórias também estão no livro, como um caso fundamental para se entender o modelo mineral no Brasil.

Algo que atravessa todos os livros é a presença marcante das mulheres. No caso da Articulação dos(as) Atingidos(as) pela Vale, temos uma composição organizativa predominante de mulheres, desde os primeiros momentos até agora. É algo que chama atenção: a cara pública da articulação quase sempre é de uma mulher. E o protagonismo das mulheres é destaque nos capítulos ao longo do livro. São histórias de vida de mulheres que sofrem muito por estar nas lutas, mas, apesar de

toda a dor que carregam, seguem em luta e mobilizando as suas comunidades. As pautas centrais também vão aparecendo ao longo do livro: as denúncias de como a mineração impacta, ainda mais e negativamente, a vida das mulheres; as situações de assédio contra trabalhadoras da mineração; a sobrecarga de trabalho quando a mineração opera e são as mulheres que precisam limpar mais as casas, que estão com o pó do minério; a também sobrecarga da vida quando os conflitos com as mineradoras começam; as ameaças sofridas; os abalos na saúde mental etc. E, em tudo isso, um envolvimento profundo, zeloso, e que vai até o fim, na defesa das suas famílias e das suas comunidades. As mulheres são, em geral, a grande maioria nos enfrentamentos da mineração. Protagonistas importantes de todas as realidades descritas no livro.

Têm sido muitas trocas e intercâmbios nesses anos, solidariedade nas necessidades e conspiração de ações conjuntas. A Articulação dos(as) Atingidos(as) pela Vale e todas as lutas desse último período foram fundamentais para uma ampliação das elaborações e das mobilizações em torno da mineração. Saímos de todas essas histórias descritas no livro com um melhor entendimento sobre a Vale, com a compreensão coletiva da gravidade do problema mineral brasileiro, e fortalecidos nos laços construídos ao lidar com tantas lutas. Registrar a história é parte fundamental da luta, é nossa memória coletiva. Que bom essa coleção estar sendo realizada, vai ajudar a todos e todas nós.

Viva a luta do povo contra esse modelo de mineração! Viva a luta das mulheres! E longa vida para a Articulação das Atingidas e Atingidos pela Vale!

Boa leitura, aproveitem!

Maria Júlia Gomes Andrade<sup>[1]</sup>

[1] Maria Júlia Gomes Andrade trabalha com o tema da mineração há 15 anos, desde que ajudou na fundação da Articulação das Atingidas e dos Atingidos pela Vale. Posteriormente, somou à construção do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), compondo a atual Direção Nacional; e à construção do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração. Maria Júlia é antropóloga de formação e doutoranda do Programa Cidadania e Direitos Humanos da Universidade de Barcelona.



# Apresentação

---

Este material busca, por meio da narrativa de histórias e de processos políticos, contar como se desenvolvem as lutas de resistência em territórios impactados pelas atividades da corporação transnacional de mineração Vale S.A., assim como observar as dinâmicas organizativas construídas nesse contexto. Com mais 80 anos de existência, a empresa atua há décadas na cadeia produtiva da mineração, causando destruição e contaminação da natureza, desfazendo laços comunitários e violando direitos das populações, principalmente de povos e comunidades tradicionais, no Brasil e em várias partes do mundo.

Os capítulos desta publicação buscam contribuir para o aprofundamento da compreensão desse modelo mineral e de seus impactos a partir dos sujeitos e das coletividades que resistem às múltiplas violações de direitos causadas por ele. Esta composição foi construída com pauta na escuta atenta das narrativas sobre os caminhos da luta, nas experiências e nos sentires desses sujeitos. O objetivo principal foi identificar as práticas políticas coletivas de enfrentamento e escutar sobre as metodologias e as pedagogias de luta constituídas nos processos de resistência.

Assim, essa construção se deu, primordialmente, por meio de entrevistas semiestruturadas e um grupo focal com pessoas chave de cada um dos temas e dos territórios escolhidos para compor os capítulos desta publicação; seguido de pesquisas suscitadas pelas conversas realizadas. Os temas e os territórios foram delimitados previamente, a partir da trajetória de atuação da Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV). Essas definições surgiram do diálogo entre representantes da Articulação e a Justiça Global, organização membra que participou da fundação da AIAAV e que mobilizou profissionais e recursos para a construção desta publicação. A partir desse momento, definiu-se que a proposta do material seria mover memórias e trajetórias dos mais de dez anos de atuação da Articulação dos(as) Atingidos(as) pela Vale, para celebrar feitos, sistematizar conhecimentos e fortalecer essa luta articulada.

O primeiro capítulo traz, justamente, a história do surgimento da Articulação dos(as) Atingidos(as) pela Vale e suas vertentes de atuação, buscando entender o contexto de seu nascimento, suas práticas políticas, metodologias utilizadas, aprendizados e ações marcantes.



O segundo capítulo nos leva para a região de Antônio Pereira, em Minas Gerais, no epicentro da Vale S.A., entre Ouro Preto e Mariana, onde vivenciamos, por meio das histórias de um grupo de mulheres, os impactos da mineração e do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana (2015), assim como as angústias referentes a novos possíveis desastres ambientais. As histórias dessas mulheres se tornam, também, um exemplo do que é vivenciado em diversas partes do mundo. Elas nos mostram como as mulheres são atingidas pela mineração de uma maneira diferenciada, precisam ser protagonistas das lutas em defesa dos territórios e ainda sofrem ameaças e difamações específicas, pelas empresas e dentro da própria comunidade, quando buscam resistir a essa realidade.

O terceiro capítulo também está ambientado em Minas Gerais, no município de Congonhas. Nele, abordamos sobre a luta travada pelos(as) trabalhadores(as) da mineração no Sindicato Metabase Inconfidentes, buscando entender como eles(as) fazem parte dos atingidos e atingidas pela Vale S.A. O capítulo traz a história desse Sindicato para entender o cotidiano de luta “por dentro” da corporação, para compreender essa estrutura sindical em nível nacional e internacional, bem como para perceber o enfrentamento ao machismo presente dentro da empresa e do próprio sindicato.

O capítulo quatro traz as angústias de três mulheres que vivem atravessadas pela lama tóxica da Vale S.A. em Minas Gerais. Duas delas sofrem na pele os rompimentos das Barragens de Mariana (2015) e de Brumadinho (2019), crimes da Vale S.A. que causaram danos ambientais nunca vistos no Brasil. A terceira vivencia, cotidianamente, no município mineira de Itabira (onde nasceu a Vale), o “terrorismo das barragens”, isto é, o medo permanente de um possível rompimento que irá destruir sua casa e sua história em poucos instantes. Suas formas de viver foram destruídas ou estão interrompidas. O mais cruel é que, mesmo diante da evidente violação do direito à vida, elas precisam lutar para serem reconhecidas como “atingidas”, para obterem seus direitos de reparação integral e terem parte de suas vidas de volta. Essa é a barbaridade do modelo de exploração, expropriação e destruição que rege as atividades da Vale S.A. e de tantas outras empresas extrativistas pelo mundo afora.

No quinto capítulo, trazemos a perspectiva dos intercâmbios e da luta em nível internacional quando aproximamos Brasil e Moçambique na resistência à Vale S. A. Movimentos e organizações sociais desses dois países se encontram em uma só resistência, que é diversa, mas se identifica e se une para enfrentar um padrão de violações que se repete em diferentes partes do mundo. Nesse capítulo, falamos da importância dos intercâmbios, dos encontros, das culturas populares e ancestrais como ferramentas de luta, e da força da juventude para, em territórios distintos, lutar contra um inimigo comum.

Por fim, no último capítulo, mergulhamos na história de resistência à Vale S.A. no norte do país, nos estados do Pará e do Maranhão. Atualmente, essa é a principal área de produção da empresa, local onde está instalado o maior complexo minerário da Vale S.A. (S11D), no município de Canaã dos Carajás, e a Estrada de Ferro Carajás, que vai do Pará ao porto em São Luís do Maranhão. Uma região marcada por conflitos por terra e território, pela violência, pela contaminação e devastação, por assassinatos e violações de direitos. Ali, tenta-se apagar da história as resistências e os povos que vivem em equilíbrio com a natureza. Ações violentas das empresas, de latifundiários e do próprio estado são direcionadas, principalmente, para os movimentos populares de luta pela terra e para comunidades negras, indígenas, ribeirinhas e campesinas, povos estes que, desde sempre, lutam por sua permanência nos territórios e por seu direito à vida.

Com essa composição orquestrada de histórias de luta e de resistência, esperamos seguir fortalecendo a defesa dos territórios frente à mineração da Vale S.A. Esperamos também proporcionar uma experiência transformadora, permitindo, a quem leia esse material, adentrar às narrativas por meio da razão e da emoção para que, assim, tornem-se mais sensíveis e possam somar à luta dos territórios atravessados pela Vale S.A. e por outros megaprojetos extrativistas e industriais.

# 1

## Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV)

---

*sua história e suas práticas de luta*<sup>[2]</sup>

Marina Praça

[2] Para compor este capítulo, foram misturadas as vozes de Karina Kato, Padre Dario Bossi, Andressa Caldas, Maíra Mansur, Ana Garcia, Judith Marshall e Danilo Chammas, entrevistadas(os) por Marina Praça, além dos olhares de Sandra Quintela, Mikael Carvalho e Melisanda Trentin, que mandaram pequenos áudios com o que era marcante para eles na AIAAV, somados à leitura de materiais, notícias e sites, e a vivência da entrevistadora-autora como militante e integrante da AIAAV pelo Instituto Pacs, durante 4 anos.

O melhor trajeto para contar a história da AIAAV é adentrar no que define a Articulação e sua luta: a denúncia, a coletividade e a diversidade. As entrevistas que dão corpo a essa história apresentam a beleza e a potência da articulação como frutos da diversidade dos sujeitos que a compõem e dos distintos posicionamentos direcionados a um caminho comum, qual seja, o dos movimentos sociais, sindicatos, comunidades, organizações, pesquisadores e apoiadores na luta contra as violações e os impactos da Vale S.A. em territórios pelo mundo afora.

O caminho traçado neste capítulo-história passa pelo surgimento da Articulação e pela escolha da Vale como sujeito a ser combatido, pela apresentação dos atingidos e atingidas pela Vale, e se entranha nas práticas políticas que marcam essa história, para desembocar, ao final, em uma reflexão sobre as aprendizagens que compõem a Articulação.

## Surgimento da AIAAV: a necessidade de um núcleo articulador

Uma articulação é uma rede tecida de vários fios e caminhos, pontas que unidas se tornam teias, que geram resistência e dão impulso para nos movermos. Os fios são múltiplos, uns mais finos e outros mais grossos, um mais arrepiado, outro mais contido. E desse núcleo bem tramado vão se expandindo os lugares possíveis de serem alcançados.

A Articulação surge assim, fruto de movimentos do final da primeira década dos anos 2000, com muitas pontas em ebulição e que precisavam de um núcleo. Pipocavam as denúncias dos impactos territoriais e das violações de direitos humanos causadas pelas empresas extrativistas nacionais e transnacionais. Percebia-se a escala cada vez maior dos conflitos e uma lógica comum por detrás. Grandes empresas, com apoio dos governos locais e nacional, atuando em uma estrutura coordenada. Já não se sabia mais ao certo onde começava e acabava uma empresa, sendo difícil identificar todos os seus tentáculos e impactos. Não se sabia exatamente os limites da exploração e até mesmo das fronteiras.

## Contexto amplo e as raízes da AIAAV

Existia um ambiente político em torno da Vale desde a luta popular, em 1997, contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD),

seguida da Campanha e Plebiscito Popular em 2006-7, para anular a venda da CVRD. Lutas pela reestatização que moviam e juntavam organizações da sociedade civil, partidos e movimentos sociais. Nessa época, a empresa já era privada, mas seguia com o nome original; a mudança do nome e a transformação da imagem e da marca se dá em 2007.

No âmbito internacional, em 2006, a Vale comprou a mineradora Inco Canadense, que atuava no Canadá, na Indonésia e na Nova Caledônia, tornando-se a segunda maior mineradora do mundo. Nesse contexto de expansão, em 2007, foi assinado, no Canadá, o “Acordo de Sudbury”, demarcando cooperação, apoio mútuo e compromisso entre sindicatos de trabalhadores da Vale em diversos países. Em Sudbury, estavam presentes lideranças sindicais do Canadá, do Brasil, de Moçambique e da Nova Caledônia. Sindicatos da Noruega e da Austrália, à distância, também endossaram o acordo<sup>[3]</sup>.

Diante desse cenário, alguns processos caminhavam em direção à criação da AIAAV. Destacamos três como centrais. O primeiro deles foi a junção de importantes sujeitos políticos críticos ao extrativismo no Grupo de Trabalho (GT) de Mineração e Siderurgia da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), e a realização de um levantamento, pelo GT, que produziu um mapeamento das empresas e dos impactos da mineração e da siderurgia no Brasil. Ali, concluiu-se que seria necessário direcionar o trabalho de denúncia, pesquisas e ações para os principais atores privados desse campo na época. Primeiro, a Vale S.A. e, posteriormente, os empreendimentos do empresário Eike Batista<sup>[4]</sup>.

[3] Para saber mais sobre o Acordo de Sudbury: <https://cnmcut.org.br/noticias/acordo-mundial-na-vale-do-rio-doce-4501>. Acesso em: 10 maio 2022.

[4] Eike Batista é um empresário brasileiro, filho de Eliezer Batista, que foi presidente da Companhia Vale do Rio Doce nos anos 1960 e 1970, e teve papel fundamental ao desenvolver a Vale na Europa. Eike fez fortuna na exploração de mineração, petróleo, gás, logística, energia, indústria naval e carvão mineral. Fundador e presidente do grupo EBX, já foi considerado o homem mais rico do Brasil. No início do século XXI, suas empresas estavam no auge. Posteriormente, envolveu-se em ações jurídicas vinculadas à manipulação de mercado, uso de informação privilegiada, corrupção e lavagem de dinheiro. Foi condenado três vezes à prisão, com uma soma de

O segundo momento, comentado por todos os entrevistados, foi o Fórum Social Mundial (FSM), em 2009, no Pará, que contou com a presença de organizações nacionais e internacionais, discutindo o modelo de exploração mineral, o papel e a resistência à Vale e outras empresas. No FSM, organizações que depois iriam ser parte da Articulação dos(as) Atingidos(as) pela Vale, entre elas Justiça nos Trilhos<sup>[5]</sup>, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Instituto Pacs)<sup>[6]</sup>, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)<sup>[7]</sup> e *United SteelWorkers (USW)*<sup>[8]</sup>, dialogavam e pensavam concretamente sobre a necessidade de ações orquestradas frente aos impactos da Vale. No FSM, também se discutia os impactos das empresas transnacionais brasileiras em outros países na América Latina<sup>[9]</sup>. As energias iam começando a se direcionar para essa articulação, ainda sem nome.

58 anos de condenação e mais de 800 milhões de reais em multas. Encontrava-se, até a publicação deste, respondendo aos processos em liberdade.

- [5] A Justiça nos Trilhos é uma organização do Maranhão que atua no fortalecimento de comunidades no Corredor Carajás, denunciando violações dos direitos humanos e da natureza. Surgiu como uma Campanha que abrangia diversas organizações e foi se estabelecendo como organização com o tempo. Para saber mais: <https://justicanostrilhos.org/>. Acesso em: 10 out. 2021.
- [6] O Instituto Pacs (Políticas Alternativas para o Cone Sul) é uma organização do Rio de Janeiro, de 1986, dedicada à pesquisa, à educação popular, à incidência na crítica ao modelo de desenvolvimento e à construção de alternativas e resistências populares. Para sabem mais: <http://pacs.org.br/>. Acesso em: 10 out. 2021.
- [7] A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) foi fundada em 1961 e atua pelo direito à cidade e das mulheres, justiça ambiental e soberania alimentar em seis estados brasileiros. Para saber mais: <https://fase.org.br/>. Acesso em: 10 out. 2021.
- [8] A unidade sindical dos trabalhadores da mineração do Canadá, que compôs o comitê político da AIAAV em sua primeira formação.
- [9] Em 2009, foi publicado o livro *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário* (Editora Expressão Popular), organizado pelo Instituto Rosa Luxemburgo, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, Rede de Justiça Ambiental, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Campanha Justiça

O terceiro processo, mais informal, deu-se pela presença, no Canadá, de pesquisadores-militantes brasileiros próximos das organizações citadas acima, num período de efervescência dos debates em torno da mineração e das lutas dos trabalhadores. Muitas empresas mineradoras têm sua sede ou cotizam suas ações nas bolsas de valores do Canadá, onde também há uma sociedade civil engajada que apoia grupos do Sul Global no enfrentamento às mineradoras canadenses em seus territórios. Ali houve aproximação com: a *Mining Watch*<sup>[10]</sup>, que tem uma luta articulada globalmente contra a Inco Canadense (antes de se tornar Vale); a rede de enfrentamento à empresa canadense *Barrick Gold*<sup>[11]</sup>; e a perspectiva da intervenção da assembleia de acionistas. Além disso, surgiam mais ideias para uma atuação orquestrada, como vinha sendo pensada, contra a Vale. Contam que enviaram uma carta via fax (não por e-mail, pois já havia receio de perseguição), com propostas para as organizações que discutiam a temática da mineração no Brasil. Começava-se a gestar a ideia do Encontro de 2010 e outras ações, contadas mais abaixo.

nos Trilhos e Movimento dos Atingidos por Barragens. O livro é parte dessa trajetória prévia à AIAAV, que discutia os impactos das empresas e sua lógica corporativa de organização e atuação.

[10] *Mining Watch* Canada é uma iniciativa pancanadense apoiada por organizações ambientais, de justiça social, aborígenes e trabalhistas de todo o país para proteger as comunidades, a água e a vida selvagem dos impactos de políticas e práticas irresponsáveis de mineração.

[11] *Barrick Gold Corporation* é a maior multinacional mineradora destinada à extração de ouro no mundo, fundada em 1983, e com sede na cidade canadense de Toronto.

## O estofo necessário para nascer

Outros processos fortaleciam e agregavam estratégias para os fios dessa rede. Citamos alguns: a luta contra a *Thyssenkrupp* Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) junto ao Tribunal Permanente dos Povos (TPP); a Plataforma BNDES; a luta dos trabalhadores no Canadá; os impactos em cadeia no Corredor Carajás (com a chegada da missão dos Combonianos e a junção com as lutas já existentes que originam a Campanha Justiça nos Trilhos, em 2007); a atuação do Observatório de Conflitos da Mineração na América Latina (Ocmal); a atuação, cada vez maior, da Justiça Global<sup>[12]</sup> na denúncia de violações nos sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos junto às comunidades atingidas por empresas no Brasil, e a demanda de atuar com organizações na América Latina e na África.

Nesse contexto, a luta dos pescadores e da comunidade contra a TKCSA – a maior da América Latina –, localizada no bairro de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, que tinha a Vale S.A. como uma das suas principais acionistas, abria caminhos. A mobilização iniciou-se antes do surgimento da AIAAV e segue como parte dela. O caso, assessorado pelo Instituto Pacts, com apoio da Justiça Global e da Fundação Rosa Luxemburgo, foi levado ao Tribunal Permanente dos Povos em 2008, um tribunal de opinião que julga crimes contra direitos humanos a partir de uma articulação entre movimentos sociais, organizações e instituições da América Latina e de países da União Europeia.

Para a realização da denúncia em 2008, foi elaborada vasta documentação, com dados de violações trabalhistas, ambientais e de direitos humanos impulsionadas pela atuação dessa empresa transnacional no Brasil. Esse dossiê foi direcionado à União Europeia, à Organização das Nações Unidas (ONU) e ao Parlamento Alemão, país de origem da empresa. Para tal, houve o apoio de diversas organizações europeias,

[12] A Justiça Global é uma organização não governamental de direitos humanos que trabalha com a proteção e a promoção dos direitos humanos e o fortalecimento da sociedade civil e da democracia. Para saber mais: <http://www.global.org.br/>. Acesso em: 10 out. 2021.



com destaque para FDCL<sup>[13]</sup>, Rede KoBra<sup>[14]</sup> e Misereor<sup>[15]</sup>. Essa ação de incidência internacional suscitou a articulação com acionistas críticos europeus e a abertura, junto ao TPP, da pauta sobre impactos e violações de direitos humanos causados por transnacionais no Brasil e por transnacionais brasileiras na América Latina.

Outra experiência foi da Plataforma BNDES<sup>[16]</sup> (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), composta por mais de vinte

[13] *Forschungs- und Dokumentationszentrum Chile-Relatos dos Intercâmbios Brasil-Moçambique.Lateinamerika* (FDCL) – O Centro de Pesquisa e Documentação Chile-América Latina e.V. (FDCL) é uma organização sem fins lucrativos que atua desde a década de 1970, em solidariedade internacional latino-americana, e hoje se vê como parte do movimento antiglobalização mundial. Atua na defesa dos direitos humanos e na luta contra a repressão e a impunidade na América Latina nos temas principais de: políticas de comércio, agricultura/alimentos, clima/biodiversidade e corporativa/ crítica.

[14] *Kooperation Brasilien* (Rede de Cooperação Brasil – KoBra) é uma rede formada por mais de 80 membros, entre grupos de solidariedade ao Brasil, instituições de apoio e pessoas físicas de países de língua alemã. Os associados são de organizações da sociedade civil, sindicatos, igrejas, universidades, movimentos ambientais ou de luta por direitos humanos, entre outros.

[15] *Misereor* é a obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento. Uma organização de mais de 60 anos que atua como agência de cooperação financeira internacional, comprometida com a luta contra a pobreza na África, na Ásia e na América Latina. Destaca-se, aqui, sua atuação na busca por justiça em situações de violações socioambientais causadas por empresas transnacionais alemãs e de outras origens.

[16] A Plataforma BNDES foi uma iniciativa de organizações da sociedade que acreditavam que o Banco, por ter um papel central na economia brasileira, precisava dedicar-se a viabilizar um tipo de desenvolvimento voltado para superar as desigualdades e, para isso, deveria acolher os alertas dos impactos pelos empreendimentos que financia. Era composta pelas organizações Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, Associação de Funcionários do BNB, Associação pela Tributação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos (ATTAC) – Brasil, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Cresol – Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Integração Solidária, Esplar – Centro de Pesquisa e

organizações que atuavam no debate sobre desenvolvimento. A Plataforma funcionava como um observatório das ações do Banco, visando ao aprofundamento da democracia, à superação das desigualdades e ao resgate do caráter público do BNDES. Buscava garantir o direito à transparência e à denúncia dos impactos gerados por projetos financiados pelo BNDES. O banco impulsionava grandes projetos dentro do Brasil, na África e na América Latina. Nesse período, havia empréstimos para a Vale e uma denúncia relacionada a conflitos de interesses (um gerente do banco que saiu e foi, diretamente, trabalhar na Vale).

Mais um ponto de força para o surgimento da AIAAV foi a greve dos trabalhadores da Vale Inco, em algumas localidades do Canadá, em 2009. Aconteceram em Sudbury (província de Ontário), *Voisey's Bay* (província de Terra Nova e Labrador), Port Colborne (província de Ontário) e Thompson (província de Manitoba), com duração de um ano ou mais, de acordo com a localidade. Os trabalhadores lutavam pela garantia de seus direitos e para expandir suas forças para além do Canadá, queriam conhecer e entender quem era essa empresa, que havia acabado de chegar no país e tentava modificar as convenções trabalhistas. Nesse contexto, líderes sindicais do Brasil estiveram no Canadá e agiam em apoio aos grevistas do Sindicato *United Steelworkers* (USW). Os trabalhadores no Canadá diziam, no início, "*Brazilians Go Home*", denunciando o imperialismo brasileiro e a exportação de um modelo de exploração

Assessoria, Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na agricultura familiar do Brasil (Fetraf), Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), Fórum Popular e Independente do Madeira, Frente Nacional do Saneamento Ambiental (FNSA), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), Rede Alerta contra o Deserto Verde, Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip).

dos trabalhadores. Diziam que a Vale não iria levar sua “*South American Culture*” para o Canadá.

Depois, com a interação com os trabalhadores e as comunidades atingidas do Brasil e com luta contra a Vale na América Latina, as reivindicações mudaram. No Canadá, os trabalhadores entenderam que deveriam mudar o discurso, porque a cultura de exploração se dava em todos os lugares e a luta era uma só. Como parte dessa articulação, no Brasil, militantes iam todo mês para a porta da Vale, com um bolo de comemoração pelos meses de greve, denunciando a exploração da Vale no Canadá.

Outro ponto de partida foi a relação já estabelecida pelas organizações brasileiras com o Observatório de Conflitos da Mineração na América Latina (Ocmal), criado em 2007, que mapeava conflitos e conectava organizações na construção de resistências e de alternativas à mineração na América Latina<sup>[17]</sup>. O Ocmal congregava distintos grupos, incluindo os que enfrentavam a Vale. No Chile, havia o projeto de extração de cobre (Projeto Três Vales); na Argentina, a perspectiva de implementar um projeto de extração de potássio (Projeto Rio Colorado); na Colômbia, a exploração de carvão no Departamento de Cesar; e no Peru, o projeto de exploração de fosfato em Piura, por intermédio de sua subsidiária *Misky Mayo* (“Rio Doce”, em quéchua). Desses países, a Vale só permaneceu no Peru, tendo desistido ou repassado a outras empresas seus direitos minerários nos outros lugares.

No Brasil, colhiam-se energias e começava-se a aproximar lutas onde havia as minas da Vale e as siderúrgicas vinculadas a ela. Minas Gerais, Pará, Maranhão e Rio de Janeiro eram estados centrais. Em Minas, havia a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do MovSAM<sup>[18]</sup>, que defendia as serras e as águas de Minas Gerais, e foi se estabelecendo como um ator fundamental no território

[17] Para saber mais: <https://www.ocmal.org/>. Acesso em: 10 out. 2021.

[18] O Movimento pelas Serras e Águas de Minas (MovSAM) atua no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais. Foi fundado em 2008 por pessoas e organizações que já atuavam no enfrentamento à mineração e tinham preocupação com os impactos da mineração nas serras e águas.

e na discussão socioambiental no estado. Ao longo dos anos, diversas organizações de Minas tornaram-se corpo da Articulação dos(as) Atingidos(as) pela Vale.

Todas essas ações aportavam para a compreensão de um novo momento histórico da luta contra hegemônica. O foco eram as lutas (territoriais, socioambientais e por direitos humanos) contra o modelo neodesenvolvimentista amparado em megaprojetos extrativistas, energéticos e complexos industriais. E se fazia necessário “dar nome aos bois”, ou seja, expor a atuação corporativa altamente destrutiva e violenta.

Havia a necessidade de sistematização, organização e atuação direcionada. Era o auge de um governo de ampla aliança liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) abraçando as empresas, as construções de hidrelétricas, a mineração, o agronegócio e as mega obras, concomitantes aos impactos sociais dos eventos esportivos que viriam ocorrer, a Copa do Mundo de Futebol (2014) e as Olimpíadas (2016). O Brasil deixava de ser apenas um país com altos indicadores de violações de direitos humanos e passava a exportar violações e projetos destrutivos para o meio ambiente e as populações de outros países.

Nesse contexto, era urgente uma organização articulada e que trouxesse a diversidade para a luta, além de ter dupla visão: para fora, mirando o papel político, econômico e a atuação das empresas brasileiras em outros países, e ao mesmo tempo, para dentro, atuando nos conflitos junto aos territórios em resistência no Brasil, marchando ombro a ombro nas lutas latino-americanas e de outras localidades.

## A Vale como ator central: a luta é transnacional

A urgência para a construção de uma organização transnacional no âmbito do enfrentamento ao extrativismo estava colocada e a Vale S.A. era um símbolo. Era preciso concentrar-se na ação contra a Vale como possibilidade de problematizar uma empresa transnacional brasileira, interagir com os movimentos latino-americanos e de outros países no enfrentamento ao extrativismo e atuar nos territórios mapeados no Brasil. Assim, a AIAAV surge como catalisador de lutas e um “espaço” de encontros e trocas de informações.

Havia ali uma articulação face a uma corporação fortíssima, conhecida por violações sociais, ambientais, trabalhistas e de direitos humanos em todo o país. Internamente, os olhares se direcionavam para o Corredor Carajás, no Norte do país, as minas de Minas Gerais e os caminhos do minério até os portos no Rio de Janeiro e no Espírito Santo. Articular as lutas evidenciaria o tamanho desse empreendimento e, dessa forma, seria possível ver a amplitude dos impactos em cadeia. Além disso, olhar para o Corredor de Carajás, no Pará e no Maranhão especificamente, era dar visibilidade aos conflitos da Amazônia Oriental.

Tudo isso somava-se à luta em toda América Latina, a partir do diálogo com o Ocmal, aos sindicalistas em articulação com os trabalhadores no Canadá e à resistência em Moçambique, que começava a se aproximar, além da luta na Nova Caledônia e na Indonésia, que surgiam aos poucos naquele momento. O caminho estava dado: focar na Vale e investigar as conexões, as similitudes e as diferenças com respeito aos impactos negativos que ela provoca em diversas partes do mundo e, então, fortalecer a resistência local e global.

## O marco do surgimento da AIAAV: o 1º Encontro, as caravanas, a identidade coletiva e o sujeito político em ação

Em 2009, estavam postas as pedras para a construção da Articulação Internacional dos Atingidos e das Atingidas pela Vale, que se concretizou no ano seguinte, 2010, no Rio de Janeiro (RJ). O 1º Grande Encontro Internacional foi o marco do surgimento da Articulação como ator político, unindo territórios, trabalhadores, organizações e movimentos sociais, ambientalistas, pesquisadores em ações locais, regionais, nacionais e internacionais.

No contexto do Encontro, nasceram as várias formas de atuação, as “marcas” do fazer luta da AIAAV. Aconteceram os primeiros intercâmbios, as caravanas percorreram territórios atingidos mais ao Norte do país (Maranhão e Pará) e em Minas Gerais, em direção ao Rio de Janeiro. Houve também os atos de rua e a primeira participação como Acionistas

Críticos na Assembleia de Acionistas da Vale. Além disso, foi produzido o primeiro relatório, o *Dossiê dos Impactos e Violações da Vale no Mundo*<sup>[19]</sup>.

## E quem são os atingidos e atingidas pela Vale?

Antes de abordar as práticas políticas da AIAAV, que é o foco dessa história, é importante entender quem são os atingidos e atingidas pela Vale. Nas pesquisas para a produção deste texto, várias foram as reflexões sobre a construção dessa identidade: atingidos e atingidas. Para a AIAAV, o “ser atingido” é uma categoria política construída que requer compreensão e, às vezes, formação política, para se identificar como tal. As atingidas são pessoas e comunidades que, pouco a pouco, tomam consciência de que os impactos que estão sofrendo vêm da intervenção realizada pela Vale e de que não são isolados, mas provocados por uma corporação internacional que se tornou ator decisivo na definição das políticas econômicas extrativistas e que conseguiu privatizar os lucros, direcionando os danos e as violações para as comunidades onde ela opera.

Pensando em diferentes escalas, primeiramente, os atingidos são os que sofrem os impactos na pele e no dia a dia, as comunidades que estão no território onde a Vale opera. Algumas, organizadas em movimentos sociais ou coletivos locais, e outras, não. São pescadores, comunidades, quilombolas, mulheres, indígenas, trabalhadores rurais pertencentes a territórios atravessados pela empresa e seus impactos. Mas são também os impactados por toda a cadeia. Nem todos vivem ao lado das minas, podem estar em regiões de siderurgia, ao lado da ferrovia, ou sofrem com a grilagem de terras da Vale. E nem todos se reconhecem facilmente como “atingidas”, como dito acima. Afinal, a Vale chega nesses territórios com outro discurso, toda poderosa, dizendo que só há ganhos com ela ali. E as perdas nem sempre são tão evidentes e imediatas.

[19] O dossiê se encontra disponível para download em: <https://atingidosvale.com/relatorios/dossie-dos-impactos-e-violacoes-da-vale-no-mundo>. Acesso em: 10 out. 2021.

Em segundo plano, estão os trabalhadores dos diversos empreendimentos da Vale. Poucos são os que se posicionam e buscam compreender os impactos e lutar por seus direitos, devido ao medo de represália e da pouca compreensão do lugar que ocupam nessa história. Em terceiro plano, há o grupo de apoio, que são as organizações políticas que assessoram os processos locais, regionais e globais, os quais conseguem fortalecer os laços, ampliar as vozes e construir uma ponte entre as comunidades, produzindo materiais de denúncia que divulgam as situações de violações vividas pelas comunidades.

Numa escala mais ampla, somos todos atingidos. Esse modelo primário exportador faz parte de uma estrutura econômica que atinge toda a sociedade, de diversas formas, e em um contexto em que todos vivem o impacto de alguma forma. Com os rompimentos das barragens, em 2015 e 2019, isso ganha mais concretude. Ademais, o processo de privatização da Vale é, até hoje, questionado na justiça, pois há inconsistências, como o fato de que a venda se deu por um valor irrisório, o que impacta na sociedade pela perda de recursos públicos e da soberania mineral nacional. A Vale extrai e continua extraindo minerais que ainda são nossos, do povo brasileiro, em uma velocidade absurda. O subsolo é da União, mas a empresa adquire concessões e vende a um preço extremamente barato, porque se trata de uma *commodity*<sup>[20]</sup>. Ela extrai o minério e deixa um rastro de destruição no presente e para o futuro. Esse é um custo que todos nós pagamos. Nós pagamos Mariana e nós pagamos Brumadinho, com a vida, com o suor e com o dinheiro.

## As formas de fazer luta da AIAAV: tudo se cria e se transforma

“Nascemos com muita potência e força”, falavam os entrevistados. Entre os dias 12 e 15 de abril de 2010, no Rio de Janeiro, aconteceu o 10 Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale. Reuniram-se mais de 160 participantes, de 80 organizações, movimentos sociais e sindicais da Alemanha, Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Equador, França,

[20] Produto de origem primária, comercializado nas bolsas de valores do mundo, e que possui um grande valor comercial e estratégico.

Itália, Moçambique, Nova Caledônia, Peru e Taiwan. O encontro gerou articulação, reflexões coletivas, o primeiro grande ato de rua e a Carta Internacional dos Atingidos pela Vale<sup>[21]</sup>.

Desde 2010, os encontros acontecem anualmente, com diferentes tamanhos, nem sempre de modo tão grandioso. Os encontros demandam recurso, tempo e pessoas dedicadas a isso. A intenção, quando possível, é variar o local onde ele acontece. Já houve encontros no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Maranhão. Houve também a tentativa de realizar em Moçambique, mas faltaram as condições para tal. Os maiores Encontros foram os de 2010 e de 2015, que reuniram maior número de coletividades e países. Em 2018 e 2019, ocorreram encontros articulados com outras redes, citados mais abaixo. Em 2020, estava previsto um novo grande encontro, mas o plano foi impedido pela pandemia de Covid-19. Nos outros anos, os encontros foram menores e ocorreram no Rio de Janeiro, concomitantemente à intervenção na assembleia de acionistas da Vale, realizada na cidade. Uma vez que militantes das organizações e dos movimentos sociais membros da AIAAV adquiriram as ações da Vale, eles passaram a levar as denúncias para dentro do espaço corporativo da empresa ano a ano, sem descanso.

Assim, a Articulação dos(as) Atingidos(as) pela Vale foi se constituindo por suas práticas políticas a partir da combinação entre o pé no chão nos territórios (caravanas, vivências e olhares, desde as realidades vividas pelas comunidades atingidas), a reflexão e a formulação coletiva (encontros, intercâmbios e articulações), a elaboração (estudo, votos críticos, pesquisas, dossiês) e a incidência (intervenção na assembleia, denúncias nacionais e internacionais e mobilizações de rua). A diversidade metodológica é parte da AIAAV, assim como a diversidade de atores.

Esse processo não foi simples e nem ocorreu de maneira linear, pelo contrário, houve muitas dificuldades nessa caminhada, como momentos de maior ou menor mobilização, organizações mais ou menos articuladas, questões internas, conflitos naturais e diferenças nos focos de atuação. Também houve momentos em que a perspectiva interna-

[21] Disponível em <https://atingidosvale.com/carta-internacional-dos-atingidos-pela-vale/>. Acesso em: 19 out. 2021.



cionalista esteve mais efervescente, outros em que as lutas estavam mais localizadas, fases em que a Articulação dos(as) Atingidos(as) pela Vale possuiu mais ou menos recursos para desenvolver suas ações, diferentes secretarias e comitês operativos, instâncias que garantem o funcionamento cotidiano e o desenvolvimento das ações.

A secretaria operativa é a instância que dá movimento ao dia a dia da Articulação. Desde que surgiu, foi composta apenas por mulheres, foram mais de seis, em diferentes momentos. Em alguns períodos, com aporte de comunicadores das organizações membras da Articulação, em outros, com a presença de uma comunicação própria, mulheres em sua maioria. Mulheres com a tarefa-desafio de “fazer a articulação acontecer”, respaldadas e apoiadas pelo comitê operativo, formado por representantes de algumas organizações, movimentos e sindicatos<sup>[22]</sup>. Vale ressaltar e pensar de maneira problematizadora, mesmo sem espaço aqui para aprofundar essa discussão, que as mulheres foram as que realizaram o trabalho de organização e cuidado com a base que sustenta o fazer político da Articulação dos(as) Atingidos(as) pela Vale. O trabalho de reprodução das dinâmicas sociais realizado pelas mulheres, portanto, está para além do espaço doméstico.

Voltando ao cotidiano de construção das práticas de resistência à Vale, muitos foram e são os desafios de enfrentar uma corporação gigantesca, que tem os governos e todo o sistema social econômico global lhe respaldando, com infinitos recursos para contrapor jurídica e midiaticamente as denúncias e para construir uma imagem positiva dos

[22] Como exemplo, em 2012, o Comitê era formado pela: Via Campesina (MST e MAB) (Brasil), Justiça nos Trilhos (Brasil), CONLUTAS (Brasil), MovSAM-MG (Brasil), Instituto Pacs-RJ (Brasil), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas do Estado do Paraná-PR (Sindiquímica), *United Steel Workers* (Canadá), Sindicato dos trabalhadores da VALE na Indonésia e o GT Vale do Observatório de Conflitos Mineiros na América Latina (OCMAL). Atualmente, é composto por: Brigadas Populares, Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular, FASE, Instituto Pacs, Justiça Global, Justiça nos Trilhos, Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Sindicato Metabase Inconfidentes e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas do Estado do Paraná-PR (Sindiquímica).

seus feitos para a sociedade brasileira. Afinal, quem tem condições de reproduzir um comercial no horário nobre da televisão brasileira sobre sua “boa e sustentável” atuação em prol do desenvolvimento brasileiro? De investir milhões para limpar sua imagem e contrapor processos jurídicos dos desastres-crimes cometidos ao invés de garantir o necessário à reparação integral das pessoas e comunidades atingidas?

Os entrevistados citaram os grandes desafios do início: a organização e a junção das reivindicações dos sindicatos, das organizações comunitárias e dos ambientalistas. Alguns lutam contra a existência dos empreendimentos, alguns buscam reparação e outros a garantia de melhores condições de trabalho sem parar o empreendimento. O seguinte desafio era a luta, a nível global, contra uma transnacional, com sede no Sul Global, que exigia das organizações do Brasil uma atualização permanente sobre a Vale e seus impactos em cada canto do mundo, e a comunicação em rede em diversos idiomas. Era necessário garantir uma estrutura técnica, organizacional e material para dar conta disso. Por último, o desafio de se tornar um sujeito político de importância nacional e internacional e ser escutado e legitimado pela empresa, pelo Estado, pelos meios de comunicação e pela opinião pública dos diversos países.

Mas, aqui, a proposta é trazer as formas de fazer luta da AIAAV e não adentrar nas contradições, nos desafios e na correlação desigual de forças. Essa parte da história não será o foco agora. Seguimos pelas práticas e o que as sustentam.

## Pilares que sustentam a AIAAV

A Articulação se movimenta de variadas formas. Às vezes, segundo o que contaram, parece que pouca coisa é feita, pois as teias dessa rede são muitas e a perspectiva do todo se perde. Para conseguir essa mirada mais abrangente, vamos aos pilares que sustentam a AIAAV.

O central é a compreensão de que as lutas dos territórios atingidos por justiça e soberania estão no núcleo das práticas políticas da AIAAV. O que dá sentido a essas práticas são as comunidades e as pessoas atingidas. Isso determinou e segue determinando as diferentes ações

ao longo dos anos. Os impactos e as violações nos territórios ditam a dinâmica do trabalho, a ênfase em uma ou outra luta. A AIAAV busca se adaptar aos contextos e às formas de atuação da organização mais atuante em cada momento e local.

Há também estratégias secundárias que sustentam a articulação. Primeiro, o pilar da *Denúncia e Visibilidade dos Conflitos*, isto é, apresentar as violações e os impactos causados nos territórios e construir uma contra narrativa sobre a atuação da Vale. A partir disso, incidir sobre as mídias, sistematizar informações e produzir materiais, sempre buscando ser criativos na forma de expor. Além disso, construir processos coletivos de denúncia nacional e internacional e buscar romper a hegemonia discursiva da Vale sobre seus próprios feitos e impactos.

Em segundo lugar, vem o pilar da *Incidência Corporativa*, que se trata de aprofundar sobre as estratégias e o desenvolvimento político econômico da empresa, unir isso aos impactos sofridos nos territórios e, a partir daí, intervir na Assembleia de Acionistas. Uma ação de visibilidade e de impacto. Em terceiro lugar, o pilar dos *Intercâmbios e Encontros*, que são as trocas, os olhares que se juntam, dividir aflições e estratégias de luta, reconhecer-se, formar-se e construir luta com afeto e solidariedade. Essas trocas acontecem entre os países, mas também entre localidades atingidas do Brasil. Os dois primeiros pilares são estratégias que levam para fora e fortalecem a AIAAV e as organizações membro como sujeitos políticos.

O terceiro pilar é de atuação interna, é construir força e dar sentido ao todo. Assim, o papel da Articulação dos(as) Atingidos(as) pela Vale é articular, juntar, construir pontes e denúncias coletivas. Abaixo, submergimos nas marcas desses dez anos de atuação da AIAAV.

## Práticas e momentos marcantes da AIAAV

### *Relatórios de Insustentabilidade e outros materiais de pesquisa e denúncia*

Em 2010, foi construído o “Dossiê dos Impactos e Violações da Vale no Mundo”, a partir de um formulário enviado a todos os participantes

do 10 Encontro. Esse relatório trouxe o tom e o olhar global da AIAAV. Mas, no ano seguinte, pesquisadoras e militantes se depararam com uma questão: os dados apresentados seriam atualizados ano a ano? Qual o impacto disso? A resposta foi negativa. Acreditavam ser preciso apresentar algo novo, não bastava só a atualização, que seria uma ação pequena e de pouco destaque. Daí surge a ideia dos Relatórios Espelho para contrapor o relatório de Sustentabilidade da Vale, oficialmente chamados de *Relatório de Insustentabilidade da Vale*<sup>[23]</sup>. Decidiu-se fazer um documento nos moldes do relatório da Vale, de modo a resumir informações e aprimorar a forma de expor as violações cometidas e ocultadas pela empresa, apresentando-o como um espelho e mostrando o lado que não aparece. Uma ação que unia mapeamento, contrainformação, formação e incidência ao ser exposto e publicado.

O primeiro relatório espelho saiu em 2012, o segundo em 2015 e o terceiro em 2021. Um instrumento potente e de impacto. Foi relatado que, em 2012, a direção da empresa ficou desatinada quando os acionistas críticos chegaram na Assembleia com o material, além de o divulgarem na imprensa, e a mídia passar a ir atrás da empresa. Um elemento surpresa que gerou efeitos e segue gerando, até hoje. Uma ação inovadora, que surgiu em movimento, no ato de fazer, fruto da criatividade das pesquisadoras responsáveis pelo que deveria ser o segundo dossiê.

No ano de 2019, a criatividade veio dos comunicadores das organizações, com a construção de uma propaganda-espelho – *Prestação de contas: o que a Vale está fazendo para enganar as pessoas atingidas e a sociedade?*<sup>[24]</sup> – em resposta à propaganda que circulava em horário nobre da televisão aberta sobre as “boas ações da Vale” em Brumadinho, denunciando o crime cometido pela empresa ao ser negligente e silenciar os riscos e as questões de segurança da barragem que se rompeu. O vídeo-espelho mostrava como a força de denúncia está nos relatórios, mas também na criatividade e na utilização de outras

[23] Acesse todos os relatórios em: <https://atingidosvale.com/?s=relat%C3%B3rio+de+insustentabilidade>. Acesso em 27.10.2021

[24] Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MyYihSCuHV8>. Acesso em: 10 nov. 2021.

formas de comunicar esses fatos (vídeos, posters digitais, podcasts, reportagens, fotos etc.).

Assim, a contrainformação sobre os “feitos” da Vale é uma das bases da crítica, mas também há outros tipos de informes, estudos jurídicos e econômicos, sobre a gestão financeira, as relações trabalhistas e os impactos socioambientais das práticas da Vale. Materiais que dão sustentação às críticas a partir de dados, pesquisas e fundamentações técnicas são utilizados em denúncias, cartas abertas, interpelações aos órgãos nacionais e internacionais de direitos humanos etc.

Dentre esses trabalhos de pesquisa e documentação, houve também os monitoramentos dos patrocínios da Vale em congressos de classe, realizados com o objetivo de saber para onde a empresa direcionava sua incidência e *lobby*. Por exemplo, a Vale patrocinou um encontro de magistrados e um Congresso da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. A AIAAV foi para a porta do congresso, com “panfletos espelho” sobre os impactos nos mesmos moldes da publicidade da empresa, para apresentar outro olhar. Afinal, por que a Vale tem interesse em financiar diretamente jornalistas e/ou juízes?

Essas formas de “desmascarar” a empresa se tornaram instrumentos eficazes, também, na incidência com respeito ao processo em curso na Organização das Nações Unidas (ONU), sobre empresas e direitos humanos, insistindo sobre a importância de um Tratado Vinculante para as empresas, com controle externo a elas e penalização em caso de violações comprovadas.

### *Acionistas Críticos*

A compra de ações da Vale e a intervenção crítica nas Assembleias da empresa é outra importante forma de fazer política da AIAAV, desde sua origem, em 2010, e é uma prática oriunda da relação política com organizações internacionais atuantes contra empresas transnacionais. A compra de apenas uma ação, na bolsa de valores, permite a participação e a apresentação de declarações de votos na Assembleia. Assim, a partir dos estudos e das documentações sobre a empresa, bem como da análise dos relatórios anuais, os acionistas críticos, como são deno-

minados, em sua maioria brasileiros, mas em constante conexão com outros países, apresentam votos críticos e expõem as reivindicações de comunidades distantes para dentro do sistema financeiro da corporação. Apresentam as denúncias e as relacionam com as decisões políticas e financeiras da empresa, buscando colocar a vida acima dos lucros, em contraposição ao que a companhia faz normalmente.

Declarações de votos apresentadas já anteciparam tragédias e crimes cometidos pela Vale, como no caso de Brumadinho (já havia diversas pesquisas técnicas sobre o limite da barragem de rejeitos, assinalando que o rompimento era questão de tempo) e da Usina Hidrelétrica de Belo Monte<sup>[25]</sup> (na qual a Vale tinha participação de 49% das ações até 2015). A insustentabilidade social e ambiental do projeto de Belo Monte foi apresentada pelos acionistas críticos antes de sua implementação. Em 2020, a AIAAV lançou a publicação “Acionistas críticos: 10 anos de atuação da Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale”<sup>[26]</sup> com a sistematização e o histórico dos votos. Um documento cheio de leituras dos contextos vividos, aprendizagens e memórias.

A Articulação dos(as) Atingidos(as) pela Vale conseguiu tornar a Assembleia dos Acionistas um processo mais transparente e participativo, mesmo com a consciência de que é um espaço com limitações e que não é exatamente ali onde as decisões estratégicas da empresa são tomadas. Esse encontro anual é uma oportunidade para a Articulação dialogar com a imprensa especializada e pautar as denúncias e os gritos das comunidades atingidas nesse espaço quase “impermeável” do mundo financeiro.

[25] A Usina Hidrelétrica de Belo Monte é uma usina hidrelétrica na bacia do Rio Xingu, instalada próxima ao município de Altamira, no norte do estado Pará. É considerada uma das maiores do mundo. Os primeiros estudos para sua viabilidade são de 1975, mas sua inauguração ocorre em 2016, sob questionamentos sobretudo de comunidades indígenas, ribeirinhas, ambientalistas e defensores de direitos humanos pelos impactos gerados pelo projeto.

[26] Acesso à publicação em: <https://atingidosvale.com/relatorios/acionistas-criticos-10-anos-de-atuacao-da-articulacao-internacional-dos-atingidos-e-atingidas-pela-vale/>. Acesso em: 27 out. 2021.

## *Encontros, Caravanas e Intercâmbios*

Os encontros já foram apresentados como momentos fundamentais, tanto no surgimento como na permanente revisão e renovação da Articulação dos(as) Atingidos(as) pela Vale. A edição de 2010 nem precisa ser novamente mencionada. A de 2015 também foi estruturante, na medida em que trouxe, além de novos sujeitos para a articulação, a perspectiva das violações específicas vividas pelas mulheres. A partir das leituras sobre a estrutura patriarcal dos empreendimentos, as “Atingidas” começavam a ser vistas, especificamente, em suas lutas nos territórios, e passaram a estar nomeadas na Articulação. Já no encontro de 2019, ocorreu um balanço dos quase dez anos de atuação, com a necessidade de pensar a perspectiva de renovação de algumas críticas e de uma atuação mais “pé no chão” em Minas Gerais, após os crimes ambientais. Outro ponto avaliado foi a necessidade de aprofundar as críticas e orientar as ações pela perspectiva do racismo ambiental, de atuar com um olhar específico para a estrutura racista dos empreendimentos. Além disso, desde 2011, ocorreram Encontros Regionais dos Atingidos pela Vale, sendo o primeiro realizado em Marabá, no Pará.

Nos anos de 2018 e 2019, ações organizadas junto a redes parceiras marcaram essa história. Houve o Encontro do Ocmal, em 2018, no Brasil, em Brumadinho (MG), meses antes do rompimento da barragem. A atividade uniu organizações de vários países da América Latina e de diversas partes do Brasil. A AIAAV foi o ator central na mobilização, articulação e preparação do Encontro, a partir da secretaria operativa, do comitê político e, principalmente, do MovSAM, organização no território. Em 2019, o “Seminário: Diferentes formas de dizer não à mineração” trouxe os territórios livres de mineração como pauta, tendo como ponto de partida a discussão do modelo mineral brasileiro. A organização se deu pela AIAAV, junto à Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), ao Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração e ao Movimento pela Soberania Nacional na Mineração (MAM). Depois do Encontro, constitui-se o espaço “Interredes” para pensar nas atuações comuns entre essas redes.

As Caravanas ocorreram junto a todos esses grandes Encontros. Elas são momentos de percorrer, de colocar o corpo como método de

aprendizagem e de conscientização, tanto das realidades impactadas quanto da luta travada em cada território. São práticas importantes para a formação e para unificar as lutas, assim como para aproximar trabalhadores e comunidades. As Caravanas percorrem as comunidades atingidas com a escuta e o olhar aguçados, buscando entender as transformações daquele território. Como era antes da chegada da Vale e outros megaempreendimentos? O que mudou? Todos os que estiveram na Caravana e que conheceram o Projeto Ferro Carajás S11D (antigo Projeto Serra Sul) em Canaã dos Carajás, no Pará (o maior complexo minerador da história da Vale), e a Comunidade de Piquiá de Baixo, no Maranhão, (comunidade atingida por cinco siderúrgicas, a Estrada de Ferro e um entreposto de minério da Vale), no Corredor Carajás, tem isso marcado em seus corpos, tal como os que viram e sentiram os impactos da exploração de minério a céu aberto. Da mesma forma, os que visitaram os municípios que viraram lama em Minas Gerais, como Brumadinho e Mariana, ou os que escutaram a narrativa de quem viveu o desespero do rompimento de uma barragem, ou de quem vive todos os dias os impactos dos resíduos da extração do minério, da produção do aço, da lama tóxica que segue nos rios. Essas são, sem dúvida, as maiores formações e conscientizações possíveis.

As Caravanas no sistema Norte da mineração da Vale foram fundamentais para o intercâmbio entre comunidades e organizações do Maranhão e do Pará e para aproximar militantes e pesquisadores de outras regiões do país aos territórios violados da região de Carajás. Desse ensejo, surgem os Encontros Regionais, primeiro com a participação da Articulação dos(as) Atingidos(as) pela Vale e depois desenvolvidos de maneira autônoma por organizações como a Justiça nos Trilhos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outras organizações locais.

Os intercâmbios são outra ação estrutural, com o objetivo de proporcionar a troca entre os territórios para fortalecer as alianças e a luta comum. Ocorreram vários dentro e fora do Brasil. Em 2011, houve o Encontro Tripartite Moçambique-Canadá-Brasil, a primeira parte em Guararema (SP), na Escola Nacional Florestan Fernandes e, posteriormente, no Maranhão, com visita aos territórios impactados. Esse encontro contou com lideranças comunitárias, sindicatos e entidades de defesa de direitos humanos dos três países.



O intercâmbio com Moçambique também foi ficando cada vez mais forte e importante. A partir da inserção de articulação prévia com as organizações do Canadá e, em seguida, com a visita de pesquisadoras do Instituto Pacs ao país, foi possível criar um elo consistente e sedimentar a participação das organizações de Moçambique na AIAAV. Depois disso, ações, apoios e missões de solidariedade a Moçambique tornaram-se parte da atuação da articulação, por exemplo, ações de ocupação dos trilhos, contra a remoção das famílias, assim como o impulso, a partir da já existente opinião pública negativa contra a Vale, para a construção da Campanha “Não ao ProSavana”<sup>[27]</sup>, projeto do governo moçambicano em articulação com grandes empresas do agronegócio brasileiro e japonês, conectado à Vale no Corredor de Nacala em Moçambique.

Ocorreram articulações e intercâmbios também com o Peru e a Argentina, onde a luta local conseguiu paralisar a implementação de projetos da Vale. Vitórias das organizações e lutas locais, mas fruto também das forças articuladas. Tudo isso se soma aos intercâmbios no Brasil, com destaque para a relação entre as comunidades de Piquiá de Baixo (MA) e no bairro de Santa Cruz, no Rio de Janeiro (RJ), ambas atingidas pela siderurgia (etapa posterior à extração de minério, que é a transformação do ferro em aço, que gera muitos resíduos). Jovens das duas comunidades, com apoio da Fiocruz e da coordenação da Justiça nos Trilhos e Instituto Pacs, realizaram o monitoramento participativo da qualidade do ar, denominado Vigilância Popular em Saúde. Um elo em luta permanente.

Destacamos também a participação e a presença de lideranças dos territórios e de representantes das organizações em eventos, fórum, encontros internacionais e nacionais, onde apresentam-se as denúncias, aprofundam-se os debates e, assim, fortalecem as lutas.

[27] Situado em Moçambique, o ProSavana é um megaprojeto de cooperação entre os governos do Brasil, de Moçambique e do Japão para transformar uma região de savana tropical, antes usada por pequenos agricultores, em monoculturas agrícolas industriais detidas por empresas para produzir alimentos para exportação. O projeto foi inspirado em outro programa de cooperação entre o Brasil e Japão para o Cerrado brasileiro desenvolvido entre 1970 e 1980. Para saber mais sobre a Campanha “Não ao ProSavana”: <https://www.facebook.com/naoprosavana/>. Acesso em: 30 out. 2021.

## *Atos e mobilizações de rua*

As memórias desses dez anos passam em marcha pela rua Graça Aranha, no centro do Rio de Janeiro (RJ), onde era a sede da Vale. Ou pela praia de Botafogo, na mesma cidade, onde está a nova sede. Ou ainda em frente à porta da Vale em São Luís (MA), no Pontal do Farol. Passam por todas as ações que trazem o caráter de rua, que colocam força e energia coletiva nos processos de denúncia e no diálogo com a sociedade.

O primeiro grande ato ocorreu em 2010 e reuniu cerca de duzentas pessoas, encerrando o 10 Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale. O objetivo do protesto foi dar visibilidade aos impactos da mineradora, reivindicando soberania dos povos, justiça ambiental e respeito aos direitos humanos e trabalhistas. O grito de ordem era: “Brasil, Canadá, América Central - a luta contra a Vale é internacional”. Em 2016, na primeira Assembleia de Acionistas realizada após o desastre-crime socioambiental de Mariana (MG), o ato no centro do Rio também foi impactante. Houve aula pública, exposição de fotos, lambe-lambes pela cidade e performance de pessoas cobertas de lama no centro da cidade.

Outra ação marcante ocorreu na Cúpula dos Povos, em 2012, evento paralelo e crítico à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida também como Rio+20<sup>[28]</sup>, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Foram feitas várias mobilizações durante a Cúpula. Uma delas, puxada pela Articulação dos(as) Atingidos(as) pela Vale, protestava contra as grandes corporações e seus impactos socioambientais, tendo com a Vale como símbolo. A ação foi uma grande passeata, que saiu do Aterro do Flamengo e terminou na sede da empresa. Houve testemunhos de lideranças de comunidades atingidas e entrega sim-

[28] A Rio+20 foi uma conferência realizada em junho de 2012, no Rio de Janeiro, com objetivo de discutir a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável firmado na Rio92, conferência realizada dez anos antes, para debater globalmente a questão ambiental, seus impactos sociais e as transformações necessárias, principalmente no âmbito das atividades industriais, produtivas e urbanas, para garantir o equilíbrio ambiental do planeta e a permanência da vida humana sobre a terra.

bólica do prêmio de pior corporação do mundo, além da projeção das logomarcas de empresas com altos índices de impactos e os rostos dos diretores-executivos dessas empresas. A ideia era justamente conectar as corporações com rostos visíveis. A mobilização foi finalizada com a execução do Hino Nacional brasileiro e a fachada da Vale manchada de vermelho “sangue”. A militância do MST, durante a madrugada anterior, preparou a ação preenchendo ovos com tinta vermelha, de modo que a fachada da empresa ficou manchada por quatro semanas e a ação tomou grandes proporções. A denúncia foi ampla, sendo direcionada a várias empresas. Nas entrevistas, era dito que ali se iniciou, de forma mais estruturada e consistente, a pauta do enfrentamento à mineração como prioridade das lutas no Brasil, juntando-se à luta já existente em outros países latino-americanos. E com a Articulação dos(as) Atingidos(as) pela Vale à frente dessa luta.

Somam-se a esses atos outras ações de rua, como o acompanhamento da greve dos trabalhadores do Canadá e o bolo comemorativo mensal<sup>[29]</sup>. Na frente da sede da Vale, em Botafogo, em 2019, o ato realizado dentro e fora da Assembleia denunciou o crime ambiental de Brumadinho. Durante a Assembleia, os acionistas críticos colocaram para tocar a sirene (de aviso do rompimento) e, do lado de fora, nas escadarias de entrada da empresa, foi montado um memorial com placas com os nomes das vítimas do rompimento de janeiro. O protesto homenageou os até então 233 mortos e 37 desaparecidos, além dos dois nascituros.

### *Eventos: Vale, pior empresa do mundo*

Em 2012, a Vale recebeu, por 25 mil votos populares, o troféu de pior empresa do mundo da *Public Eye People's*, iniciativa das organizações não governamentais Greenpeace e Declaração de Berna em contraponto ao

[29] Entre 2009 e 2010, o United Steelworkers (USW), sindicato dos(as) trabalhadores(as) da Vale no Canadá - a Inco - realizaram a maior greve do setor da mineração até então realizada. Em apoio, trabalhadores(as) brasileiros(as) realizaram ações, como a divisão mensal de um bolo em frente à sede da empresa no Rio de Janeiro (RJ).

Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça<sup>[30]</sup>. O Movimento Xingu Vivo Para Sempre identificou a possibilidade de expor as violações da Vale S.A., apresentou a ideia, e toda a Articulação dos(as) Atingidos(as) pela Vale se somou. A atuação dos movimentos foi fundamental na visibilização das denúncias da Vale, na difusão do resultado para a imprensa e, em paralelo, no ato simbólico de entrega da estatueta numa reunião solicitada junto à empresa. No meio da reunião, tiraram a estatueta da bolsa e entregaram para o presidente da Vale, ação esta que foi documentada e enviada à imprensa. Era mais uma marca da atuação da Vale nos territórios, da sua política destrutiva e de total negligência às formas de vida existentes nos locais. Militantes contam que, após o episódio do prêmio, a Vale S.A. começou a prestar mais atenção na Articulação e nas denúncias apresentadas, resolvendo fazer a disputa da narrativa publicamente e abrindo um espaço em seu site oficial para responder às denúncias apresentadas.

### *Os riscos: a espionagem da Vale*

Era sabido, desde o início, que o desafio era enorme. Ao atuar contra um inimigo tão poderoso, a AIAAV pisava em ovos e precisava de atenção a cada passo. Afinal, o movimento agia em oposição à Vale e contra os governos locais e federal, que respaldavam a empresa, com o apoio da opinião pública e até mesmo da esquerda governista da época, que discordava da crítica ao modelo de desenvolvimento dos grandes empreendimentos extrativistas. Assim, havia o permanente receio de represálias. Os militantes estranham, ainda hoje, não sofrerem tantos processos jurídicos - talvez a empresa não quisesse direcionar mais holofotes para os fatos denunciados. Mas as represálias não deixaram de acontecer, ainda que por debaixo dos panos.

Estar nessa luta, principalmente nos territórios, é viver sob a permanente sensação de medo. São evidentes as práticas violentas das grandes empresas, os métodos de controle territorial, a lei dos mais fortes e poderosos. São situações explícitas de riscos e ameaças às lideran-

[30] Mais informações em: <https://apublica.org/2012/11/por-que-a-vale-foi-eleita-a-pior-empresa-do-mundo/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

ças. Durante o 1º Encontro Internacional, em 2010, por exemplo, havia espões acompanhando as ações, bem como monitorando lideranças e atividades de organizações no Maranhão, no Pará e no Rio de Janeiro; em Moçambique, uma liderança sindicalista do Brasil foi ameaçada após entregar o Relatório de Insustentabilidade da Vale ao então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva<sup>[31]</sup>, durante visita ao país; na luta contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a presença de um espão foi desvelada pelo Movimento Xingu Vivo Para Sempre<sup>[32]</sup>; e a gravação escondida de fatos. Na luta sindical, o Sindiquímica-PR sofreu um ataque sem motivos evidentes (uma pessoa encapuzada realizou seis disparos contra sede do sindicato). As perseguições ao Sindiquímica eram recorrentes. O Sindicato chegou a apresentar uma denúncia junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre práticas antissindicais praticadas por uma empresa ligada à Vale S.A.<sup>[33]</sup>.

Após a confirmação da espionagem, em 2013, o MST, a Justiça Global, a Justiça nos Trilhos e outras organizações entregaram para órgãos governamentais um dossiê contendo as denúncias de espionagem da Vale. Além disso, a AIAAV impulsionou uma missão internacional da Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH) com apoio também

[31] Luiz Inácio Lula da Silva, mais conhecido como Lula, é um ex-sindicalista, ex-metalúrgico e político brasileiro, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Foi presidente do Brasil por três mandatos: 2003-2007; 2008-2011; 2013 – até atualmente.

[32] O Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS) é um coletivo formado em 2008 por organizações locais e internacionais, comunidades indígenas e não-indígenas ameaçadas, movimentos sociais e de direitos humanos e ambientalistas que se opõem à construção de barragens hidrelétricas no rio Xingu, entre os estados do Mato Grosso e o Pará, e que luta em defesa dos direitos dos povos ameaçados pela construção da hidroelétrica.

[33] Saiba mais em: <https://www.global.org.br/blog/vale-e-denunciada-a-oit-por-praticas-antissindicais/> e <https://www.sismmac.org.br/noticias/3-geral/1976/atentado-a-bala-marca-a-posse-do-sindiquimica-pr>. Acesso em: 20 mar.2022.

da Justiça nos Trilhos e da Justiça Global, e uma audiência pública no Senado Federal sobre o assunto.<sup>[34]</sup>

Nesse contexto, foram juntadas provas relacionadas aos serviços de espionagem contratados pela Vale à empresa de inteligência *Network*, de São Paulo; à infiltração de agentes em movimentos sociais (Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará e Maranhão); ao pagamento de propinas a funcionários públicos (para obter informações de apoio às “investigações internas”, na Polícia Federal e em órgãos da Justiça em São Paulo); aos grampos telefônicos (entre eles, o da jornalista Vera Durão, na época do jornal *Valor Econômico*); aos dossiês de políticos (com informações públicas e outras conquistadas por “meios não públicos” sobre políticos e representantes de movimentos sociais). Os fatos foram sistematizados e publicitados para garantir a segurança das lideranças e movimentos, assim como para impedir ou, pelo menos, constranger a Vale de realizar retaliações<sup>[35]</sup>. Diante disso, as organizações e os movimentos também perceberam a urgência de aumentar suas medidas de segurança física, digital e nas ações de rua.

## Aprendizados, conquistas e as formas de lutar que seguem e se reinventam

Toda luta é pedagógica e com a Articulação dos(as) Atingidos(as) pela Vale não é diferente. É um permanente processo de aprendizados em movimento, ligados ao diálogo e à sensibilidade necessária às construções. Do pequeno ao grande, seja uma reunião, seja uma assembleia ou um encontro, cada ação requer um trabalho minucioso de articulação e de respeito. Aprender sobre o acolhimento, a humanidade, o outro e o novo, ver a necessidade de olhar verdadeiramente para cada militante

[34] Mais: <http://www.global.org.br/blog/em-missao-ao-brasil-federacao-internacional-de-direitos-humanos-investiga-espionagem-e-infiltracao-praticada-por-empresas-privadas/> e <https://www.fidh.org/pt/americas/brasil/14172-brasil-deve-investigar-as-atividades-ilegais-de-espionagem-e-infiltracao>. Acessos em: 10 mar. 2022.

[35] Para saber mais: <https://apublica.org/2013/09/abrindo-caixa-preta-da-seguranca-da-vale/>. Acesso em: 22.out.2021.

e para cada território, fortalecer o respeito mútuo entre os diversos sujeitos e seguir em resistência independe de fronteiras, porque são os aprendizados provindos dos acertos, dos desafios e dos erros. Nesse caminho, aprende-se a importância de não se fechar ao longo dos processos, de lidar com o não planejamento, de não ter pressa, de entender que são diferentes organizações, com diferentes olhares, de diferentes territórios. Aprende-se a ir se adaptando a essas formas.

Adicionalmente, reúnem-se as lutas de pescadores(as), agricultores(as), marisqueiras(os), povos indígenas, trabalhadores(as), comunidades inteiras, movimentos e organizações, mas também de militantes que são advogados, professores, estudantes, dentre outros. Existem tensões: o(a) trabalhador(a) tem reivindicações, mas precisa do seu trabalho; a comunidade em geral quer que a empresa vá embora; advogados(as) e pesquisadores(as) querem contribuir, mas são de fora e, às vezes, há dificuldade de diálogo com outros saberes e tempos. A Articulação é o lugar onde esses diálogos se dão e, na luta, a diversidade se torna força, pois é posto um espaço de interlocução entre grupos distintos, que talvez não se juntassem em outras redes e espaços. É um trabalho permanente, de formiguinha, em que as denúncias constantes demonstram o que é dito o tempo todo pelos(as) atingidos(as): é um modo de violação de direitos sistemático. Não é a Vale em Minas Gerais ou no Pará, é a Vale. É a Vale e o rompimento de suas barragens de rejeitos, mas são também inúmeras outras violações diárias de direitos humanos.

São mais de dez anos nesse processo, passando por um governo de esquerda, um governo de direita e um governo fascista (2019-2022). E a Vale está aí. A luta é longa, tem altos e baixos, e mostra a necessidade de aprender a celebrar as pequenas vitórias e tocar para frente. A Articulação dos(as) Atingidos(as) pela Vale ensina sobre a persistência, a importância de celebrar cada vitória, de se renovar e, ao mesmo tempo, lidar com a diversidade e com as demandas conflitivas. Criar, renovar-se. A AIAAV foi fonte de inspiração para a criação de outras redes de enfrentamento a empresas e megaprojetos extrativistas, como a Rede-Sombra Observadores de Glencore<sup>[36]</sup>, que produziu a proposta do relatório espelho e

[36] É um grupo formado em 2012 e que, atualmente conta com 16 organizações da sociedade civil localizadas na Argentina, Alemanha, Bolívia,

da participação na assembleia de acionistas, juntando as organizações da Argentina, da Bolívia, da Colômbia, do Peru e da Suíça.

As conquistas se relacionam com a legitimidade que a AIAAV tem dentro do campo de atuação, sendo reconhecida por pares, por instâncias públicas e por seu inimigo – a Vale. Tem assim a história para respaldar sua atuação. A conquista é ver práticas consolidadas e processos de denúncias constantes rompendo silenciamentos impostos pela empresa. As práticas e os produtos podem parecer pouco diante de tanto poder, mas há os efeitos formativos e a continuidade, a permanência.

A luta não termina nunca. As vitórias são pequenas, mas fundamentais, como a consciência pública sobre as ações violadoras da empresa que aumentou, e isso é motivo para comemorar, assim como outras vitórias: em Piquiá de Baixo, a luta de anos contra a Vale e as siderúrgicas vai dar origem ao reassentamento Piquiá da Conquista; a luta do MovSAM e de outras organizações de Minas Gerais, com apoio da AIAAV, conseguiu institucionalizar o Parque Nacional da Serra da Gandarela, buscando resguardar terras e águas das comunidades em território vizinho às minas da Vale, uma conquista da resistência, mesmo que o espaço do Parque seja aquém do previsto e desejado; no Rio de Janeiro, também houve pequenos triunfos da luta: conseguiram que a siderúrgica local retirasse uma barragem que impedia a circulação dos pescadores e colocasse um filtro no alto forno para diminuir a contaminação, por exemplo. Outras pequenas, porém, importantes vitórias também foram alcançadas no processo de resistência à expansão do Sistema Norte, em especial, a duplicação da Estrada de Ferro Carajás. A luta garantiu o direito à consulta de algumas comunidades, à reparação, e a algumas garantias de não repetição. Junto a tudo isso, destacamos

Bélgica, Colômbia, Filipinas, Peru e Suíça, que desenvolvem ações de incidência e propostas que contribuem na defesa dos direitos dos povos e territórios impactados pela atividade da empresa Glencore Xstrata Plc., considerada a maior operadora diversificada em nível mundial de materiais primas minerais, produtos agrícolas e energia. A empresa anglo-suíça tem sede internacional em Baar, na Suíça, e foi fundada pelo israeliano-belga-espanhol Marc Rich.



a saída da Vale de vários países latino-americanos antes da implementação de suas atividades.

Com certeza, sem as denúncias e as ações das organizações, dos territórios e da Articulação, as violações e as formas de atuação da empresa seriam ainda piores. Expor as violações da Vale, articular internacionalmente, fazer conexões e aportar na construção de conhecimentos sobre a cadeia da mineração são estratégias fundamentais para diminuir a correlação de forças e a impunidade. Vale lembrar que tudo isso foi realizado sem o apoio de governos e sem quase nenhuma instituição pública ao lado.

Celebremos a existência, a história e a luta da Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale! Que sigam e se renovem as práticas de resistência e de denúncia contra a Vale S.A. e tantas outras empresas que adotam esse modelo de expropriação de corpos, territórios e modos de viver.



# 2

## Muitas vezes atingidas

---

*histórias de vida e práticas de  
resistência das mulheres em  
Antônio Pereira (MG)*

Larissa Cabral

## Impactos da mineração sobre os territórios e as mulheres

De início, é importante afirmar que a indústria de mineração atua de forma global, em consonância com o projeto neoliberal e, assim sendo, a razão da sua existência é a obtenção de lucros e o acúmulo de riqueza. Para uma grande mineradora, como a Vale S.A., as preocupações locais e até mesmo nacionais são periféricas. Há pouco mais de uma década, a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV) vem denunciando diversas violações às comunidades atingidas nos territórios e o que é constatado é que os crimes socioambientais causados pelas mineradoras não são falhas ou acidentes, mas sim, parte intrínseca desses megaprojetos.

A chegada de uma mineradora no território é propagandeada com o apoio do Estado e apresentada como algo positivo, dentro de uma narrativa de que a mineração contribuirá com o desenvolvimento local, trazendo mais empregos à população, crescimento econômico etc. No entanto, o que temos visto são inúmeros impactos negativos. Direta e indiretamente, a instalação de uma mina altera significativamente a paisagem original e os modos de vida do território, com abertura de estradas, trilhos e oleodutos para escoar minérios aos mercados mundiais, interferindo nas dinâmicas sociais e culturas locais.

As comunidades, quando não expulsas, são expostas à degradação de bens naturais como terra, florestas, cursos de água, flora e fauna, dos quais historicamente dependeram para sua subsistência. Muitas vezes, essas pessoas são desapropriadas de suas terras e reassentadas em outro lugar, num profundo processo de rompimento cultural. O Estado, que deveria atuar como regulamentador da atividade minerária em prol dos direitos humanos e da natureza, promove cada vez mais investimentos em mineração, aceitando as práticas do modelo mineral e permitindo que o setor se autorregule. Além disso, para as mineradoras, são concedidos incentivos fiscais e uma série de isenções e subsídios.

Por essa razão, houve avanço em relação ao entendimento dos impactos negativos da mineração nos territórios. Contudo, apesar dos entraves, a discussão sobre a divisão mais justa dos lucros das

empresas por meio de uma taxa maior de arrecadação fiscal para os investimentos em saúde pública, educação, assistência social e outras pastas do município em que se inserem tem sido colocada em pauta pelos movimentos sociais e por organizações da sociedade civil relacionados ao campo político da mineração.

Mas é preciso dar um passo adiante e, neste sentido, tem sido feita uma reflexão importante sobre o impacto diferenciado da mineração sentido na vida e nos corpos das mulheres, mobilizando toda a sua relação com o território, com seus parceiros e familiares, seus vizinhos etc. Quem são essas mulheres tantas vezes atingidas? Como elas resistem e reexistem a esse modelo tão violento e criminoso de exploração do minério, da natureza, do território e dos seus corpos? Como a atuação da Vale atravessa os seus corpos-territórios? É com esses questionamentos de fundo que convidamos as leitoras e os leitores à reflexão.

Aqui, os caminhos reflexivos foram construídos junto às mulheres do distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto (MG). Mas, pela nossa experiência junto aos territórios, nesses pouco mais de 10 anos atuando em rede junto aos atingidos e atingidas pela Vale, podemos afirmar que a condição das mulheres de Antônio Pereira é similar à de mulheres atingidas pela mineração em toda parte do mundo.

Este capítulo tem por objetivo explorar percepções, ideias e narrativas sobre a história de Antônio Pereira a partir do olhar das mulheres que resistem e (re)existem nesse território atravessado pela mineração, as quais assumem, ainda que sem a intenção de sê-la, o papel de ativistas, lideranças comunitárias e defensoras dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, esperamos que essa sistematização ajude a contribuir com a demanda que nos foi trazida pelo Grupo de Mulheres de Antônio Pereira: amplificar suas vozes, fazer com que suas lutas sejam conhecidas em outras partes, usar dessa rede internacional que construímos para denunciar as tantas violações que há muito tempo elas vêm sofrendo. Embora admiremos sua força e coragem, a luta que enfrentam em seu território não pode ser só delas. A luta contra a mineração é, antes de tudo, uma luta em defesa da humanidade, portanto, diz respeito a todas e todos nós.

Como forma de organizar as denúncias e as histórias que íamos trocando via mensagens, e-mails, ou nas conversas soltas antes de iniciar alguma atividade, organizamos um grupo focal<sup>[37]</sup>. Reunimos cinco mulheres do Grupo Antônio Pereira e duas mediadoras, a fim de dar intencionalidade para o processo de escuta, sendo assim, todos os depoimentos apresentados aqui são fruto desse espaço que experimentamos juntas, construído com muita confiança e afeto. Por questões de segurança e de cuidado com a proteção individual e coletiva, as identidades das mulheres não serão reveladas. Tampouco nos preocupou criar pseudônimos para identificar quem disse o quê, pois nossa intenção é sistematizar o processo, captando as denúncias de violações e anunciando as conquistas que se desdobram das lutas que travam cotidianamente.

## Contextualizando o território

**Antônio Pereira era um lugar ótimo de morar, mas depois que a Vale chegou aqui, acabou o sossego de todos. Ninguém aqui tem paz. Se a barragem romper, vai atingir Antônio Pereira inteiro e matar todo mundo aqui** (relato de uma Atingida pela Vale em setembro de 2021).

Entre montanhas e rios em Minas Gerais, guardando os pés da Serra Geral, a 14 km da cidade de Ouro Preto, encontra-se o distrito de Antônio Pereira. A região é de grande beleza natural, cercada por montanhas e cachoeiras. As ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a Gruta de Nossa Senhora da Lapa, com missas aos domingos às 10h e em todas as primeiras sextas-feiras às 19h, e o Pico do Frasão são

[37] O grupo focal é uma técnica de pesquisa que pode ser compreendida como intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Trata-se da observação de uma discussão estimulada e orientada por uma pergunta geral e outras secundárias. [...] uma vez que os e as participantes devem afirmar as suas posições e percepções em relação às dos outros/as, o que resulta, com frequência, em mudanças das posições iniciais. É correto afirmar que se trata de uma discussão aprofundada pela moderação (ALMEIDA, 2016, p. 42).

alguns dos locais para visitar em Antônio Pereira. É assim que encontramos a descrição do território foco do nosso capítulo no *website* de uma agência de turismo<sup>[38]</sup> de sua cidade-sede. Mas, ao considerar os relatos das mulheres que ali residem, o território não é, ou ao menos não tem sido, esse cartão-postal.

Além de Ouro Preto, o distrito de Antônio Pereira está próximo, também, cerca de 9 km, do município de Mariana, duas cidades históricas que estão no epicentro da exploração mineral desde os tempos coloniais e que, hoje, infelizmente, são palco de um dos maiores desastres-crimes ambientais do mundo – o rompimento da Barragem de Fundão<sup>[39]</sup>. Por isso, antes de adentrarmos por esses caminhos dos sentidos e das consequências nos corpos-territórios das mulheres, é preciso entender de que lugar estamos falando, localizá-lo e compreender o papel que ocupa dentro da dinâmica da cadeia da mineração.

Antônio Pereira é um distrito minério-dependente desde a sua formação. O território começou a despertar interesse de mineradores ainda na primeira década do século XVIII, com a descoberta de várias minas. Séculos se passaram e, já no período recente, na década de 1980, foi que se instaurou a exploração do minério de ferro, com a chegada da Sociedade Anônima Mineração da Trindade (Samitri), que à época ocupava o posto de terceira maior mineradora do país.

Em 2000, a então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) comprou o controle da Samitri, no mesmo processo de negociação em que adquiriu a Samarco (que pertencia à Samitri), empresa especializada na produção de pelotas de minério de ferro. Desde então, a exploração da mineração no distrito de Antônio Pereira está sob o controle da Vale S.A.

[38] Disponível em Consultado em: <https://www.ouropreto.com.br/distritos/antonio-pereira>. Acesso em: 22.mar.2022.

[39] Em 5 de novembro de 2015, a barragem de rejeitos de minérios de Fundão, construída e operada pela Samarco Mineração S/A - empresa controlada pela BHP Billiton Brasil Ltda e pela Vale S/A -, rompeu, no distrito de Bento Rodrigues, no município de Mariana (MG), lançando mais de 40 milhões de metros cúbicos de lama na bacia do Rio Doce, por 663 quilômetros, até atingir o mar pelo estado do Espírito Santo. O desastre-crime socioambiental matou 19 pessoas, entre trabalhadores e moradores.

Mas, antes mesmo de todo esse processo da chegada dos megaempreendimentos, a população local já sobrevivia do “ouro manual”, que é o garimpo artesanal. Tal atividade, que era a fonte de renda das famílias e, no campo simbólico, fazia parte da cultura local, passou a ser proibida. A atividade contribuía, dentre outras coisas, com a autonomia financeira das mulheres. **“Desde os doze anos de idade que sou garimpeira. Minha mãe me criou trabalhando no garimpo, eu criei meus dois filhos mais velhos trabalhando ali também”**, comenta uma das mulheres atingidas. Importante destacar aqui que a relação com o garimpo artesanal parte de uma lógica diferente do modelo de destruição adotado pela Vale, a Samarco e das grandes empresas.

Embora, geograficamente, esteja localizado nas proximidades de Mariana, suas reservas de bauxita, ferro e topázio e a riqueza extraída do seu subsolo estão sob a administração de Ouro Preto desde o século XIX. No entanto, os *royalties* arrecadados dos imensos volumes de minérios explorados nunca chegaram à comunidade do Pereira que, como relatam as mulheres, vive sob o descaso do poder público e sem acesso a serviços básicos.

A vida da comunidade de Antônio Pereira, que já sofria há anos os impactos da mineração, mudou completamente desde que a mineradora Vale S.A. iniciou, em fevereiro de 2020, o processo de descaracterização (processo pelo qual a estrutura de uma barragem é reincorporada ao relevo e ao meio ambiente) da barragem Doutor (Mina Timbopeba, complexo de Mariana/Vale) e a remoção de dezenas de famílias da Zona de Autossalvamento (ZAS)<sup>[40]</sup>.

A situação de vulnerabilidade da comunidade se agravou com a pandemia de coronavírus (que durou de 2020 a 2023), uma vez que a mineradora, além de não ter paralisado suas operações, deu continuidade ao processo de remoção das famílias, desrespeitando todas as medidas

[40] De acordo com a lei nº 14.066, de 30 de setembro de 2020, que altera a Política Nacional de Segurança de Barragens (lei nº 12.334, de 2010), a zona de autossalvamento (ZAS) é o trecho do vale a jusante da barragem em que não se considera haver tempo suficiente para intervenção da autoridade competente em emergência, conforme mapa de inundação.



de segurança orientadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). As famílias eram desalojadas pela empresa, ou saíam de suas casas por medo, com cada vez mais lucros para as empresas mineradoras com o território das populações que vivem no entorno das barragens – processo este que temos chamado de “terrorismo de barragem”.

**A Vale veio e criou esse monstro em cima da nossa cabeça, ninguém mais tem sossego. Estamos enfrentando muita poluição pela poeira. A mancha não nos atinge mais, mas diziam que ela viria até o campo, bem perto de onde moro. A Vale acabou com tudo. Sinto muita falta das cachoeiras que nós íamos, as nossas áreas de lazer para ir com os filhos e o esposo no final de semana. Costumávamos levar carne, refrigerante e levar os meninos para fazer piquenique (relato de uma Atingida pela Vale, setembro de 2021).**

Ao pensar sobre todas as transformações que o território passou diante de seus olhos, uma outra mulher atingida lembra dos motivos que a fez eleger Antônio Pereira como lugar de sua morada, confirmando que o local já foi um dia visto como anuncia a propaganda do portal de turismo da cidade. Mas ela lamenta o modo como a Vale tem direcionado suas vidas, expulsando, direta ou indiretamente, as pessoas das suas casas.

**Vim para cá por causa do Colégio Arquidiocesano, uma escola muito boa que tinha aqui na comunidade, e vim também buscando sossego. Busquei vários lugares para morar e encontrei Antônio Pereira. Essas duas características me atendiam: uma boa escola para as crianças, que fica a um quarteirão da minha casa, e por ser esse lugar maravilhoso, de clima, ecossistema, com muitos pássaros cantando pela manhã. Aqui na Vila nós tínhamos uma qualidade de vida boa. A casa que comprei é confortável. Deus nos ajudou a comprar uma casa do jeito que queríamos, toda plana, enorme. Minhas meninas ficaram tranquilas durante a pandemia. Mas a Vale está apertando tanto, que nós vamos ter**

**que ir embora daqui** (relato de uma Atingida pela Vale, setembro de 2021).

Ao comentar sobre as remoções da Vale S.A., uma outra Atingida diz que precisou sair do lugar que escolheu viver para ir morar em uma “casa alugada e temporária”, como a empresa diz, em Ouro Preto (MG). Nas palavras dela:

Há onze meses, fui retirada de onde escolhi para morar e criar o meu filho, e agora estou morando em Ouro Preto. Choro praticamente todos os dias, sofro muito, continuo tendo medo da barragem, mesmo estando a uma distância de 20 km. Continuo tendo medo, sendo assombrada todos os dias por mensagens, situações que nos deixam temerosas, agressões verbais que machucam o nosso coração como mulher, como atingida, como removida (relato de uma Atingida pela Vale, setembro de 2021).

A vida em Antônio Pereira parece estar mesmo paralisada, como comentou uma das mulheres: **“Nós todos estamos com a vida suspensa, porque nós não temos perspectiva de futuro, não sabemos o que vai acontecer”**. O território tornou-se um canteiro de obras, algumas com tempo médio de conclusão estimado para 09 anos.

Daqui nove anos, minha filha que tem doze anos, terá vinte e um anos. É tempo demais, é uma vida. E eu fico pensando nos meus vizinhos idosos, que têm setenta, oitenta anos... E continuamos vivendo daqui a nove anos? Não existem palavras para descrever o que sinto. A vontade mesmo é colocar a bagagem no caminhão e mudar daqui, porque está simplesmente insuportável viver isso daqui (relato de uma Atingida pela Vale, setembro de 2021).

Os relatos sobre a história e o contexto de Antônio Pereira evidenciam as controvérsias e os limites do setor minerário. Populações inteiras são mobilizadas à mercê da dinâmica das mineradoras, rios inteiros são mortos, impactos na saúde física e mental das pessoas, em especial

das mulheres, são comprovados, tragédias com precedentes, anúncios e ameaças constantes de novos desastres-crimes que poderiam ser evitados, não fosse a ganância e a ambição do capital.

Diante desse contexto, no âmbito das organizações e dos movimentos sociais, temos adotado a expressão “lama invisível” para referir a territórios que, como Antônio Pereira, não são reconhecidos pelos programas de Reparação, mas que, como se constata nos relatos das mulheres, são também atingidos, concretamente falando, pelo rompimento da Barragem de Fundão e, de forma mais ampla, pela atuação do setor minerário.

**“Nós perdemos o direito de viver no lugar onde o seu filho vai para o colégio, para a natação, para o mercado, para o correio, no campo, no clube, jogar bola na rua, onde aprendeu a andar de bicicleta, soltar pipa”,** disse uma Atingida. A fala sintetiza a realidade de Antônio Pereira por diferentes aspectos, mas, principalmente, pelo entendimento de que território é, antes de tudo, o lugar onde as pessoas escolhem morar, se reconhecem, criam seus laços e suas memórias afetivas. É o lugar onde alma e corpo habitam e coexistem.

## Os atravessamentos sentidos nos corpos-territórios das mulheres

Primeiro eu senti na mente, precisei passar por psicólogos e psiquiatras, e agora estou sentindo no corpo físico, além de uma anemia profunda, preciso operar um cisto no ovário. E quando imagino que são nove anos de obras [...] se em um ano e meio minha vida ficou suspensa e eu sinto tudo isso, imagina em 9 anos. Nós entregamos nossos corpos para uma luta que não tínhamos dimensão do que seria (relato de uma Atingida pela Vale, setembro de 2021).

As mulheres são as mais afetadas pelos projetos de desenvolvimento capitalista. Tal modelo impacta de forma direta o seu trabalho e a sua vida, visto que elas têm sido historicamente responsabilizadas pela gestão do cotidiano doméstico e comunitário. Olhando mais atentamente

para a mineração, podemos dizer que o setor se apropria e reproduz padrões machistas, racistas e de aprofundamento das desigualdades econômicas. Os relatos das Atingidas de Antônio Pereira caminham no sentido desse entendimento.

Entre as violações, estão atravessamentos materiais e simbólicos, que vão desde a falta de água para a produção de alimentos e para o cultivo dos quintais, até as interferências nos modos de vida e nas práticas culturais que ajudam a contar a história do território. As especificidades em relação aos impactos da mineração sobre a vida e os corpos das mulheres perpassam ainda pelo papel que elas assumem na organização comunitária, sua centralidade na gestão da casa e a importância do seu trabalho para o suprimento de alimentos, água e cuidados com a saúde da família e da comunidade.

Em Antônio Pereira, dentre os inúmeros impactos para o território, para as pessoas e seus modos de vida, aparece no relato das mulheres a preocupação com a dificuldade no fornecimento e na qualidade da água e o aumento da poluição do ar, ocasionado, dentre outras coisas, pela poeira do minério. **“Lavamos a roupa, colocamos no varal pela manhã e à tarde já está cheia de minério”**, comenta uma Atingida. Os impactos também são percebidos na produção do roçado, no quintal que agora perde o seu verde: **“As plantas não vivem mais, não dão frutos”**.

A falta d'água mobiliza toda a dinâmica familiar, mas afeta mais especificamente as mulheres, visto que são elas as responsáveis pelo trabalho doméstico, por cuidar das pessoas da família, ou mesmo da comunidade, que adoecem por doenças respiratórias e outras complicações decorrentes da emissão de poluentes. São as mulheres que, via de regra, precisam inventar maneiras de fazer o pouco de água disponível render para garantir o preparo dos alimentos, o banho das crianças, para matar a sede dos animais etc.

De igual maneira, aparece de forma recorrente nos depoimentos das mulheres o medo permanente do rompimento da barragem de Doutor, da lama invisível, e como ela trouxe diversas perdas. Nesse sentido, trazem um relato muito forte de como suas vidas foram suspensas e já não podem mais transitar pelo território “com sossego”, em decorrência da atuação da mineração.

Os projetos de reparação não abordam o sofrimento que recai sobre as mulheres quando ocorre a perda do território, o rompimento ou a ameaça de rompimento de uma barragem, a poluição dos rios etc. Tampouco incluem as diversas formas de violências contra elas, seus companheiros e companheiras, filhos e filhas.

**Assim como estamos sendo atingidos pela barragem de Doutor, nós estamos sentindo os efeitos e sintomas de um rompimento que não aconteceu. Nós não temos visibilidade porque a barragem não rompeu. Se a barragem romper agora, daqui a pouco vai estar o mundo inteiro olhando para Antônio Pereira, porque a barragem rompeu. Mas como isso não aconteceu, as pessoas não entendem o nosso sofrimento, que a nossa vida está suspensa** (relato de uma Atingida pela Vale, setembro de 2021).

Também é pouco considerada a ação política das mulheres na defesa do território e, por conseguinte, suas necessidades de proteção e segurança são negligenciadas, o que afeta o reconhecimento das mulheres como atingidas e a legitimidade de suas reivindicações. Logo após o rompimento da barragem de Fundão, uma das atingidas comenta:

**Fui lutar pela escola da nossa comunidade. Fui até a Câmara Municipal, peguei o microfone e falei sobre tudo que estava acontecendo aqui na cidade, que com o rompimento [da Barragem de Fundão] tínhamos perdido a escola. Todo mundo riu de mim. Os vereadores se entreolharam e falaram que “Ouro Preto não tinha sido atingida pela barragem”. Eles não se reconheceram como atingidos. Naquele dia, entendi que era uma dor e um sentimento só nosso** (relato de uma Atingida pela Vale, setembro de 2021).

Em seus relatos, as mulheres denunciam ainda a cooptação da Vale S.A. no território, que se articula por dentro do próprio Estado, elegendo parlamentares e influenciando nas ações da segurança pública local, para ampliar a penetração de seu discurso e garantir seus interesses

por meio de órgãos que deveriam estar à serviço da comunidade. Os(as) vereadores(as) são os(as) agentes públicos mais próximos aos(às) eleitores(as), logo, cabe (ou deveria caber) a esses atores a responsabilidade de fiscalizar o Poder Executivo e propor alternativas para o desenvolvimento pleno do Município onde atuam.

Mas, infelizmente, nem sempre é assim que acontece. Em uma localidade pequena como Antônio Pereira, quando parlamentares assumem o discurso da empresa, tais posicionamentos repercutem de forma ainda mais intensa no discurso popular, conquistando muitos apoiadores e apoiadoras, que passam a reproduzir a narrativa da mineradora e criar conflito entre os(as) próprios(as) moradores(as) que se levantam contra essas situações: **“A própria Vale, claramente, está usando alguns moradores de Antônio Pereira para desequilibrar a comunidade e ganhar tempo para alcançar os objetivos delas”**; **“É uma briga constante, de enorme desgaste emocional para nós, que somos constantemente atacadas. E essa briga está ganhando dimensões que realmente não sabemos mensurar”**.

Tudo isso se desdobra nos sentires dos corpos-território das mulheres, que falaram muito do medo, da tristeza, da dor, da pouca esperança em muitos momentos, do lugar atingidas por vários processos ao mesmo tempo. **“O nosso psicológico está extremamente abalado, vejo mulheres que antes não tinham medo de falar e hoje já se resguardam, tenho medo de um feminicídio acontecer aqui”**, desabafa uma delas.

A definição de corpo-território surge como uma crítica à ideia patriarcal de que o ambiente é instrumental e deve ser controlado e administrado, pois é preciso continuar fazendo uso dele, seguir com sua dominação e exploração. O mesmo processo é feito com as mulheres, que devem ser excluídas e dominadas, ao mesmo tempo em que são apropriadas, pois podem ser instrumentais para a conservação do ambiente ou para o “uso eficiente” dos “recursos naturais”, por serem “talentosas” e “mais capacitadas”, noção que estrutura, inclusive, os programas de responsabilidade social e ambiental e a própria lógica da conservação.

Por isso, olhar para a forma como a mineração atinge diretamente a vida das mulheres é olhar para a forma como o machismo, o patriarcado e outras opressões contribuem e fortalecem a lógica de desenvolvimento capitalista. **“Eu nunca vivenciei um machismo de uma forma tão forte e tão violenta como eu tenho vivenciado nessa luta”**, comenta uma Atingida. **“Todas nós aqui estamos sem voz, sofrendo um cancelamento, machismo. São homens completamente leigos, ignorantes e que não aceitam que estão sendo machistas. Estão sempre intimidando, convidando para ir para a casa deles, disseminando calúnias sobre nós”**, fala outra Atingida.

As relações de gênero e os papéis historicamente definidos (atribuindo aos homens cisgênero a esfera pública e o direito à palavra e à razão, ao passo que às mulheres cabe a esfera privada, o silenciamento e a dúvida sobre suas opiniões) são recursos recorrentes para deslegitimar a luta das mulheres contra a mineração em Antônio Pereira, como comenta outra Atingida:

Na luta contra a mineração eu percebi que, quando o homem toma a palavra, os outros respeitam mais. Mas quando é a mulher que fala, ela é atacada como “analfabeta”, “barraqueira”, que quer atrapalhar o profissional da mineração, o pai de família que leva comida para dentro de casa. Quando é com um homem, eles são mais mansos, camaradas, mas com as mulheres é sempre na base da ofensa no intuito de desmoralizar (relato de uma Atingida pela Vale, setembro de 2021).

“Vai caçar uma roupa para lavar”, diz um morador, ironizando uma mulher atingida após ela se manifestar em um diálogo sobre a atuação da Vale em Antônio Pereira. Por trás desse comentário, está não só a diferença de opinião entre as partes, mas, sobretudo, a tentativa de humilhação e silenciamento daquela mulher a partir de seu gênero. Ao afirmar que ela deve buscar uma roupa para lavar, o comentário resgata e reforça o lugar das mulheres: em casa, cuidando dos afazeres; e nunca na organização, na ação política, na luta por direitos, na direção dos movimentos.

Quando a intimidação e a tentativa de silenciamento não são suficientes, a violência física é acionada. Uma Atingida relata que quando os homens oponentes não conseguem contrapor o que ela diz, começam a intimidá-la. **“Passam dois ou três dias e minha casa é invadida. Com isso, me silencio nos grupos, já que todas as vezes que falo algo, eles ficam calados, invadem a minha casa e eu levo de dois a três meses para me reestruturar”.**

Em outro relato, uma Atingida lembra dos embates:

O meu vizinho começou a desestruturar toda organização que nós tínhamos com o Ministério Público como comissão de atingidos. Ele era aquele machista que nos silenciava mesmo, ele poderia repetir a mesma ideia de que eu falei, mas ele ia lá, com a voz dele, metia o pau, arregaçava e não deixava a gente falar. Se falássemos, ele queria réplica. E o problema dele não era só esse, ele partia para essas questões em público. Qualquer reunião que nós fôssemos era direcionado às mulheres (relato de uma Atingida pela Vale, setembro de 2021).

Depoimentos de doenças físicas e emocionais sentidas pelas Atingidas e da luta contra a Vale S.A. sendo perpassada também pela luta contra o machismo colocam-se como uma questão central dos impactos da mineração para as mulheres. **“Eles nos calam, nos atacam, põe palavras na nossa boca”.** Os ataques são físicos, discursivos, mas também no nível moral e emocional, provocados, dentre outras coisas, pelas campanhas de descrédito ou difamação– processo que tem sido bastante comum na ofensiva contra a organização das mulheres em toda a América Latina e Caribe, vide o que também passam as mulheres em México, Guatemala e Nicarágua, por exemplo.

Mas, se por um lado, as mulheres são silenciadas e difamadas por se levantarem contra a lógica de morte do setor minerário, por outro, às vezes, elas são as únicas com condições de fazê-lo. Isso porque muitos homens trabalham na mineração e acabam não podendo se somar aos atos e às manifestações, devido ao risco de perderem seus empregos. Então, são as mulheres que assumem esse protagonismo



nas reivindicações e na linha de frente das lutas. **“Nós já tivemos muitas manifestações onde as mulheres estavam na rua e recebemos lanches e refrigerantes enviados pelos homens como apoio para que a gente continue na rua”**, comenta uma Atingida. **“Muitos nos desrespeitam, dizendo que somos vagabundas, sem serviço, mas tenho certeza de que a maioria deles, até os que criticam, fazem isso porque não têm a competência de fazer o que nós fazemos”**, completa.

## Processos de resistência e (re)existência das mulheres

Historicamente, o percurso de lutas e conquistas das mulheres em movimento tem possibilitado novas formas de viver, de ser e de estar no mundo, novas formas de trabalhar, de pensar e de agir, resignificando, de modos libertários, transgressores e questionadores, o espaço-tempo em que habitam. A luta feminista e antirracista recria a realidade, questionando a estética, os valores e a ordem de tudo que diz respeito à vida, seja no aspecto individual ou coletivo.

As Atingidas pela Vale S.A. em Antônio Pereira somam-se a esse movimento de auto-organização das mulheres, antes mesmo de ter a intenção de fazê-lo. As resistências e o levante contra a mineração no território do Pereira foram incorporados à prática e ao cotidiano dessas mulheres – mães, trabalhadoras, filhas, companheiras e tantas outras identidades que assumem – pela necessidade de defenderem seus corpos-territórios cansados e, tantas vezes, violados. **“São as mulheres que tem o trabalho para a limpeza da casa, que cuidam das crianças com problemas respiratórios. São as mulheres que correm atrás dos direitos nas reivindicações e nas lutas”**, contam.

Os espaços políticos e o próprio entendimento sobre o que é política têm sido, intencionalmente, reduzidos à elaboração de ações centradas na governança consensual, técnica e gerencial dos domínios ambientais, sociais e econômicos, formatando a sociedade de acordo com os sonhos, os desejos e as necessidades da elite. Assim, o grande desafio é fortalecer e reinventar a política. Nesse sentido, a apropriação dos espaços sociais por grupos até então privados das esferas de poder é urgente.

Por meio de embates que iam travando pelo direito à água, à moradia, à saúde de seus familiares, partilhados nas trocas entre amigas, nos cochichos entre vizinhas, na admiração de uma companheira quando ela criava coragem para fazer alguma denúncia, as mulheres de Antônio Pereira foram se reconhecendo e forjando novas subjetividades. Uma reinvenção de si e, por conseguinte, uma reinvenção do território. **“Assim eu entendi que tudo era sobre política”**, declarou uma delas. As Atingidas foram se tornando experientes em afirmar a vida como uma teia complexa, olhando e pensando de maneira integrada os espaços domésticos e comunitários, a luta pelo direito de ser mulher e pela defesa da natureza, resistindo às violências e às estruturas física, moral, espiritual e psíquica.

**Quando iniciamos a luta contra a Vale para não fazer a obra emergencial, éramos seis mulheres e fizemos muitas coisas. Fizemos a obra ser embargada, paralisamos o trabalho de centenas de homens. Centenas de homens parados por causa de meia dúzia de mulheres, é muito significativo. Enquanto acontecia tudo, não caiu a ficha da grandeza do que nós estávamos realizando (relato de uma Atingida pela Vale, setembro de 2021).**

É o trabalho das mulheres que, de diferentes maneiras, produz e reproduz a vida e garante a defesa dos territórios. **“Nós vamos para a luta, as mulheres têm essa coisa do maternal, do cuidado com a comunidade, de ter o olhar sensível. Tem o ato de cuidar que o homem não enxerga, não entende. É algo muito difícil algum homem se colocar no nosso lugar e entender por que carregamos essa luta”**.

A luta das mulheres não é fácil e não pode ser romantizada. As mulheres de Antônio Pereira sinalizam em seus relatos o esgotamento diante da situação em que vivem e, ao mesmo tempo, são nesses relatos que elas se reconhecem, se identificam e se fortalecem. A história contada por uma é sentida por outra. O choro compartilhado, o silêncio em respeito ao tempo que cada uma precisa para falar e a indignação nos olhares que se encontram compõem a mística que alimenta a caminhada dessas mulheres. Assim, apesar das tantas dores, fica evidente

que a primeira forma de resistência das Atingidas em Antônio Pereira foi se reconhecer enquanto um “grupo de mulheres”.

Quando provocam e cobram que o Estado exerça seu papel de fiscalizar e impor limites à atuação da mineração e aos impactos-crimes por ela gerados, as mulheres percebem que o velho jeito de fazer política – dos homens brancos ricos – na macro esfera se repercute também na microesfera. **“Nós, que não temos experiência com política e eles, que já são antigos nisso mas o que fazem é politicagem baixa, é o tipo de coisa que fazem é reflexo do que acontece em Brasília. Consigo fazer essa comparação e é muito claro quando vejo no jornal que o que fazem no Congresso não é nada diferente do que acontece aqui na cidade”.**

O exercício cotidiano de compreender “que tudo é política” reposiciona as mulheres dentro das lutas em defesa de seu território. Ao tomarem consciência de que se indignar contra o pó de minério nas roupas do varal significa se levantar contra uma cadeia de dimensão global, fica posta a necessidade de compreender mais sobre as dimensões desse processo, de se organizar em redes, de tornar-se coletivo e de co-labor-ação comunitária.

**Quem escuta a comunidade somos nós mulheres. Nós precisamos nos organizar mais, colocar em ordem essa bagagem e conhecimento que temos em mais de um ano e meio de luta, por uma associação, para ter um número de atendimento ou algo do tipo. Não podemos continuar estacionadas, com medo, esperando o pior acontecer. A vida é um sopro e se pudermos ter essa ajuda de como nos organizarmos e agir daqui para frente, conseguindo preservar nossas vidas, superando o cancelamento, sinto que conseguimos avançar (relato de uma Atingida pela Vale, setembro de 2021).**

Em meio a tantas ameaças e retaliações, essas mulheres perceberam que já não falavam apenas por si mesmas. Quando tomam a palavra ou fazem algum protesto, estão se assumindo como sujeito político, e o fazem na primeira pessoa do plural – nós. Falar em nome de um coletivo, além da responsabilidade de representar o grupo, é também

uma questão de segurança, de reservar as identidades individuais. Por essa razão, um desafio identificado pelo grupo de mulheres do Pereira é o de consolidar uma estrutura e uma organicidade para essa rede que as conecta: **“Precisamos caminhar nesse sentido, seja em formato de comitê ou associação de mulheres”**.

Mas, quem cuida de quem cuida? Tal questionamento é uma provocação dos corpos-territórios para as Organizações e os Movimentos que se solidarizam com as lutas por justiça ambiental, que atuam em prol dos direitos humanos e da natureza, mas também para que o Estado e todo o conjunto da sociedade assumam, antes de tudo, o compromisso de cuidar e de contribuir para a saúde mental dessas mulheres que seguirão se articulando e resistindo ao modelo de morte da mineração. **“Nosso desejo é lutar por nossa comunidade, ter saúde, ter uma condição mínima para viver a vida pessoal, um tempo para o autocuidado, porque agora tudo está entregue na luta”**. O cuidado é um investimento a curto, médio e longo prazo para a autonomia territorial.

Visibilizar as desigualdades de gênero e raça (como também de classe e de geração) nas reflexões sobre o contexto e as estruturas de poder não pode estar à parte do debate, ou apenas em dados estatísticos, mas na própria estrutura e nas experiências cotidianas em que violências, violações, perdas e danos são sentidos. Não é mais possível tratar dos problemas ambientais sem uma reflexão sobre a distribuição desigual do poder sobre as arenas políticas, materiais e simbólicas, visto que a ocorrência simultânea das opressões de classe, raça e gênero são responsáveis por injustiças ambientais.

A nossa luta deve ser pautada nesse caminho de buscar e manifestar por um modelo de mineração que seja mais humano, que seja menos pautado no lucro e que valorize a vida. Não só a vida do seu entorno natural, mas dos trabalhadores da mineração. É um discurso verdadeiro que valoriza nós mulheres que temos maridos que trabalham na mineração e porque efetivamente estamos em uma região minerária. Não é possível dizer que não queremos mais mineração

**nesse território, porque é só disso que sobrevive a região. No momento presente, não há alternativa para outras fontes de renda. O que precisamos é buscar um modelo de mineração que vá ao encontro da vida e seja menos opressor** (relato de uma Atingida pela Vale, setembro de 2021).

Ouvir as histórias e partilhar das experiências do Coletivo de Mulheres de Antônio Pereira é muito potente. Encerro esse ensaio com a certeza de que ainda há muito o que falar, muita coisa para sistematizar. Quando procuraram a AIAAV, as Atingidas de Pereira disseram que precisavam da nossa ajuda, que queriam aprender a se organizar. Apresentaram-se com a humildade que só as pessoas sábias têm. Cumprindo o papel de rede que nos cabe, logo tratamos de acolhê-las. Mal sabiam que quando pensavam estar aprendendo, eram (e continuam sendo!) elas que estavam ensinando.

**“Ainda temos muita coisa para falar”,** avaliou uma das Atingidas. **“Nossa luta não é só pelos direitos humanos, mas é pelo meio ambiente, de ter as ruínas preservadas. Nossa luta não é pequena não, é grande. Por isso que sofremos muito”.** Sem dúvidas, ainda há muito o que ser dito e o que ser feito, tanto no nível local quanto no nacional e internacional, mas o primeiro passo já foi dado, isto é, as mulheres em Antônio Pereira já não caminham mais sozinhas. Juntas, elas resistem e (re)existem. Resistir é manter-se firme, não sucumbir, não ceder. Resistência, palavra feminina. Tinha que ser.



# 3

## A luta dos(as) trabalhadores(as) do Sindicato Metabase Inconfidentes (MG)

---

*a “pedra no sapato” da Vale*

Marina Praça

Para falar do Sindicato Metabase Inconfidentes (SMI), localizado em Congonhas (Minas Gerais), escutei dois trabalhadores e uma trabalhadora da Vale S.A., além de militantes do Sindicato. Eles – Bruno Teixeira, Fátima Cunha e Valério Vieira – me ajudaram a entender os caminhos que dão vida ao Metabase Inconfidentes a partir das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras da região contra a Vale. Assim, exponho aqui a estrutura opressora e expropriadora da empresa, as greves marcantes, o machismo e os impactos específicos sobre as mulheres, bem como a importância da inserção em articulações amplas de luta, a lógica de cooptação dos sindicatos de trabalhadores da Vale, dentre outros assuntos.

Para começar, apresento os entrevistados. Bruno Teixeira é formado em direito, militante do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), trabalha há nove anos na Vale como operador de equipamentos e instalações na planta de tratamento de minério e há três anos é diretor do Sindicato Metabase Inconfidentes. Nasceu e foi criado em Mariana (MG) e, nas horas vagas, também é pedreiro. Bruno teve, em outubro de 2020, seu contrato de trabalho rompido por conta de perseguição sindical. Ao longo do capítulo, vocês saberão como isso se deu. Valério Vieira é trabalhador da Vale desde 1983, formado em eletrônica e há muitos anos compõe o SMI. Atualmente, é dirigente e vice-presidente do Sindicato. Já foi por três vezes presidente. Fátima Cunha trabalha na Vale há quinze anos, faz provisionamento e requisição de peças de equipamentos em manutenção. Entrou no SMI no final de 2015, com a principal intenção de debater sobre assédio moral e sexual e defender as mulheres que sofrem assédio dentro da Vale.

O que trago aqui é uma construção narrativa a partir de memórias, olhares, histórias e fatos que Bruno, Fátima e Valério me contaram, somados às informações obtidas em pesquisas e leituras. O pano de fundo dos capítulos deste livro é a união da diversidade de lutas contra a corporação Vale S.A. e o seu megaprojeto altamente destruidor de vidas e ambientes. Uma parte dessa unidade na diversidade se encontra em movimento na Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV), uma rede de organizações, movimentos, coletividades e sindicatos, da qual o Sindicato Metabase Inconfidentes faz parte e de onde essa publicação se origina.



Seguimos então com essa história para entendermos quais são as práticas, as expressões e as identidades políticas coletivas construídas por um sindicato de luta como o Metabase Inconfidentes. De início, é importante dizer que o SMI representa os trabalhadores da Indústria de Extração de Ferro e Metais Básicos nos municípios mineiros de Congonhas, Belo Vale, Ouro Preto e região. A entidade é filiada à Central Sindical e Popular (CSP) - Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) - e atua junto com outros movimentos sociais para defender os trabalhadores e por uma sociedade mais justa. O SMI possui um foco de atuação nos embates com a Vale S.A. pela sua magnitude e hegemonia no setor, mas atua também representando os trabalhadores de outras mineradoras da região, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Congonhas. Existem muitos outros Metabases pelo Brasil, como o de Itabira (MG), o de Belo Horizonte (MG), o de Carajás (PA) etc. Todos são sindicatos do setor, mas variam muito na forma e na atuação política e no nível de combatividade e inserção ampla na luta de classe.

## Surgimento do Sindicato

As narrativas sobre a origem do Metabase Inconfidentes cruzam tempos e eventos distintos, pois se origina de vários processos, com denominações diferentes da que se conhece hoje, com momentos de fusões e disputas. Se considerarmos o sindicato tal como ele é hoje, sua origem se dá em 2000, mas ele foi reconhecido como sindicato em 1989. Se levarmos em conta toda a trajetória que deu origem a ele, já são sessenta e nove anos de luta organizada dos(as) trabalhadores(as) na região, celebrados anualmente no dia 20 de setembro.

A história dos Inconfidentes tem dois eixos principais. O primeiro teve início em Congonhas, quando os trabalhadores passaram a ser organizar em uma associação representativa na região. Ainda não existia a expressão de sindicato - muitos no Brasil foram criados a partir desse formato de associação - para atuar em causas trabalhistas. Depois, passou a ser o Sindicato Metabase de Congonhas. O outro eixo se constituiu em 1984, quando começou a operação da Mina Timbopeba, localizada em Ouro Preto, e formou-se outra associação de trabalhadores(as) da

Vale, chamada Metabase Timbopeba, a qual foi uma força muito combativa na época, junto ao Metabase Itabira.

Em 1989, foi realizada uma greve histórica, sobre a qual contaremos mais adiante, que parou as principais unidades da Vale (naquele momento, Itabira e Timbopeba) e a ferrovia Minas Vitória, forçando a Vale, entre outras coisas, a reconhecer o sindicato Metabase Timbopeba como legítimo representante dos(as) trabalhadores(as). Assim, em 1989, a Associação de Timbopeba foi reconhecida como Sindicato Distrital Metabase Timbopeba. Valério, naquele tempo, já atuava no sindicato distrital e na organização nacional, pela qual viajava o Brasil inteiro para discutir com os trabalhadores.

Em 1998, depois de privatizada, a Vale passou a não reconhecer o Sindicato Metabase de Timbopeba, cortando o vínculo com o sindicato ao cancelar o repasse, em folha de pagamento, do desconto da mensalidade. O motivo era muito claro: a luta contra a privatização da Vale em 1996, 1997 e 1998 se transformou em uma luta nacional por uma intervenção importante da diretoria local do Metabase Timbopeba. Depois de muitas lutas, o sindicato Metabase de Congonhas aceitou a unificação com o de Timbopeba e, posteriormente, após o acordo entre as entidades, foi feito o comunicado à empresa Vale, que acatou a decisão. Em 2000, então, realizou-se a unificação das duas entidades e a composição da diretoria única, que durou por dois mandatos. Em 2004, não houve mais acordo entre as duas antigas entidades e, em 2006, por nove votos de um total de quase oitocentos, o pessoal da antiga Timbopeba ganhou as eleições e assumiu a direção do sindicato.

Segundo os entrevistados, a empresa acreditava que, com a presença do Metabase de Congonhas, conseguiria de alguma forma controlar a política sindical tão combativa de Timbopeba. Assim, o dinheiro dos(as) trabalhadores(as) que era retido anteriormente pela Vale foi repassado à organização, foram pagas todas as dívidas acumuladas e feito investimento na reforma da sede em Congonhas. Ali se originava o Metabase Inconfidentes. Pouco depois, ficou evidente o engano da empresa, pois o SMI se tornou uma “pedra no sapato”, seguindo a trajetória combatente de Timbopeba.

## Formas de resistência do Sindicato contra a Vale e outras mineradoras

O Sindicato Metabase Inconfidentes, assim como outros, tem como principal tarefa defender os direitos dos trabalhadores de forma ampla, pensar no lugar do(a) trabalhador(a) na empresa, qual seu papel e seus direitos. Na prática, o que mais se vê é a luta por questões salariais, benefícios e acordos relacionados à jornada e às condições de trabalho. As principais estratégias de luta são formações políticas, paralisações, greves e acordos realizados a partir de bases consistentes.

Enquanto organização sindical, o SMI busca ir além do básico e seguir firme diante de tantos assédios para ceder aos interesses e às chantagens das empresas. Isso envolve a compreensão do papel dos(as) trabalhadores(as) no sistema hegemônico capitalista, da luta de classes de ontem e de hoje, e a firmeza ideológica para seguir nas lutas, apesar de toda a ofensiva das empresas. Ainda mais quando se trata da Vale S.A., uma das maiores empresas do mundo, altamente preparada para o embate com os trabalhadores, com milhares de técnicas para impor suas políticas de exploração, seja de maneira sutil, evidente ou mesmo violenta. Diante de tudo isso, o SMI busca se manter firme.

Venho da mina de Águas Claras, em Belo Horizonte (MG), e lá era outro sindicato. Quando cheguei aqui na Mina de Fábrica, percebi que o sindicato incomodava demais a empresa. Incomodava a liderança, a supervisão, a gerência e eles tinham uma indignação contra o sindicato e percebi que os sindicalistas usavam uma linguagem e propunham uma atitude diferente. Isso foi algo que chamou minha atenção e, por acreditar que eles estavam certos, aceitei o convite para me associar. Depois, entrei na chapa e me tornei uma diretora. O Sindicato Metabase Inconfidentes tem uma política completamente diferente dos outros, nós não nos vendemos a nenhum custo. Nós temos um compromisso de buscar uma melhor qualidade de vida não só para os trabalhadores, mas para a so-

cidade também. Nós nos sentimos responsáveis por permitir que a Vale, a CSN ou outras empresas mintam ou se omitam. Mesmo com todos os ataques que a empresa pratica contra os trabalhadores, nós seguimos falando e denunciando. Algumas lutas nós ganhamos e outras perdemos, mas sempre temos algum resultado importante. Na luta contra o turno de 12 horas, nós falamos que aconteceriam demissões e por questão de apenas 28 votos, nós perdemos e a empresa conseguiu implantar o novo turno. Agora já são centenas de demitidos. Todos aqueles que viram nosso trabalho de meses contra essa transformação viram que estávamos certos. A empresa alegou que seria uma melhora na qualidade de vida, que teria horário de descanso (...). Tudo mentira! Mesmo com essa realidade, não perdemos a credibilidade, porque não mentimos em nossas pesquisas, no que falamos (Fátima).

Para o SMI, a principal forma de resistir é a conscientização dos trabalhadores. Unir forças, ter uma base forte, fazer greve, reivindicar e negociar melhores condições de trabalho para todos. **“Os trabalhadores precisam compreender que, se eles pararem, as coisas mudam. Na CSN, nós já fizemos greves em que a empresa deu a ordem para a segurança empresarial nos agredir, e só não sofremos essas agressões lá porque os trabalhadores passaram na frente e não deixaram. Quando eles (os seguranças) cercaram o sindicato, os trabalhadores cercaram eles. Aquilo foi emocionante”** (Fátima).

Outra forma é buscar envolver a sociedade local no problema da mineração. Segundo Bruno, **“um emprego que se perde na mineração encadeia a perda de oito empregos no mercado de trabalho local. Por exemplo, a aprovação recente do turno de 12 horas cortou dois horários de transporte de passageiros e de trabalhadores. Demitiu-se motoristas, quem limpa o ônibus...”**. A mineração movimenta toda a economia da região, é toda uma cadeia de atividades que a mineração alimenta. O SMI traz o debate da importância da defesa dos trabalhadores em programa

de rádio, *lives* e distribuição de panfletos nas cidades mineiras onde atua, buscando mostrar à sociedade a importância de condições dignas de trabalho e da manutenção dos empregos vinculados à mineração. A intenção é mostrar como eles são fundamentais para a economia local, sem deixar de fazer crítica ao modelo de mineração vigente, altamente impactante e violador de direitos humanos.

## Reivindicações dos trabalhadores

A principal reivindicação é relacionada à questão salarial, com maior ou menor ênfase, dependendo do contexto vivido. Atualmente, existe uma defasagem salarial absurda na Vale. Segundo os apontamentos das entrevistas, são 14,59% de acúmulo de perda desde 2015. Há um aumento da carga de trabalho de quem já está contratado, não há reajuste salarial e o salário base é irrisório. Uma das empresas mais poderosas e ricas da América Latina paga R\$ 1.700 de salário base.

Foi relatado que quando os trabalhadores chegam a quinze anos, vinte anos de atuação na empresa, recebendo um salário de apenas R\$ 3.500 ou 3.800, eles mandam esse trabalhador embora e contratam outro por um salário de R\$ 1.700. De acordo com as entrevistas, a empresa só está preocupada com o lucro e a exploração máxima dos trabalhadores. Segundo Bruno: **“há seis anos a empresa segue um movimento recorrente de redução de custos, a cada novo acordo coletivo alega que precisa reduzir mais custos, para manter a taxa de lucro alta. Se a taxa de lucro do ano deu 300%, tem que manter esse valor para sempre e, para isso, corta mais “carne”. Onde está a “carne”? É o trabalhador”.**

As ações mais efetivas para romper esse dinâmica de recrudescimento constante da exploração dos(as) trabalhadores(as) são as paralisações e as greves. As paralisações na rodovia federal próxima à Vale acontecem sempre, mas são rapidamente desarticuladas com liminares e pressão policial. Para a paralisação ser efetiva e duradoura, é necessário muita organização, mobilização e unidade. Mas é nesses momentos que os(as) trabalhadores se aproximam, que há conversas e diálogos sobre a conscientização da situação vivida, sobre os direitos e os caminhos para algumas conquistas. A conscientização é o foco, sempre.

No meu ponto de vista, nossas vitórias vêm com a consciência política. Nós perdemos a luta contra o turno das 12 horas, demitiram dezenas e vão continuar demitindo. Mas quando o sindicato fala com o trabalhador, eles não duvidam mais, nós temos credibilidade. Vemos isso nos acordos coletivos, trabalhadores de outras representações sindicais que querem ler o nosso boletim, que desejam ouvir o que o Inconfidentes fala, porque a nossa visão é diferente. E muitos outros sindicatos são questionados pelas suas bases a respeito do porquê o Inconfidentes fala e parece ser melhor. Apesar das retaliações e demissões, essas são as nossas vitórias. No campo jurídico, nós temos vitórias que buscamos por meio de processos para recuperar direitos dos trabalhadores (Fátima).

Mas a Vale não fica para trás e faz propostas indecentes para “recuperar” as consciências e garantir que os direitos não sejam vistos como tal. Tudo vira propaganda, marketing e instrumentos de convencimento e cooptação. No caso jurídico, a Vale propôs pagar um valor baixíssimo de benefício no cartão-alimentação para os trabalhadores representados pelos sindicatos que não organizassem ações contra a empresa. Os trabalhadores de sindicatos não combativos recebem cerca de R\$ 300,00 a mais do que os do SMI, porque o sindicato que os representa não ajuíza ações contra a Vale.

É um absurdo, porque ele ganha R\$ 300, mas perde R\$ 15 mil, R\$ 30 mil, R\$ 50 mil, e são minas que não têm cartão de ponto. São pessoas que sabem a hora que chegam, mas não sabem a hora que saem. Esses sindicatos reproduzem a mesma fala que o setor de relações trabalhistas da empresa apresenta no acordo coletivo. Não é possível que um sindicato e a empresa estejam em concordância em uma mesma proposta como essa, achando que é boa, porque um ali ganha e outro perde. E nós sabemos que a empresa sempre está ganhando (Fátima).

## As mulheres no sindicato, na empresa e na luta

Ao iniciar os diálogos com o Sindicato e a realização das entrevistas, fui percebendo que as principais manifestações vinham dos homens e parecia que, se fossemos seguir o rumo “natural” das coisas, só eles se colocariam. No entanto, por ser uma mulher feminista na luta contra os megaempreendimentos, que busca olhar para a estrutura patriarcal e os impactos diferenciados vividos pelas mulheres nos territórios, eu sabia o quão fundamental era escutar uma mulher. Só assim essa perspectiva seria trazida para o centro das conversas e seria possível entender como se dava a luta do SMI e dos(as) trabalhadores(as) contra a estrutura patriarcal, os machismos e os assédios vividos na empresa. Por isso, entrevistar Fátima e escutar sobre o que vem sendo combatido pelas mulheres foi essencial para a construção deste capítulo.

Fátima me contou que o número de mulheres na direção e na composição do SMI e outros sindicatos é mínimo, e que dentro da empresa as mulheres são um pouco mais de 10% dos(as) trabalhadores(as). Nos três mandatos dela na direção, só duas mulheres passaram pelo sindicato e nenhuma delas permaneceu, pela pressão que sofrem dentro da empresa e de casa (marido, filhos e família). Contou também que, ao que tudo indica, ela seguirá sendo a única mulher na chapa nos anos seguintes.

O que lhe trouxe para o sindicato foi a certeza de que precisava lutar contra o assédio moral e sexual e, assim que entrou, viveu isso na pele.

**Na minha primeira reunião como parte do sindicato, nos encontramos com o supervisor para falar sobre a proposta de um acordo coletivo. Eu tinha me preparado e estudado o relatório financeiro da empresa e sabia qual era o lucro líquido. O supervisor alegou que 0% de reajuste era uma proposta boa. Eu combati, alegando que era uma proposta horrível. Tínhamos feito a nossa parte, a empresa tinha lucrado milhões e 0% de reajuste não era justo. Com isso, o supervisor me atacou, dizendo o seguinte: se eu não calasse a minha boca, ele quebraria a minha cara. Nessa reunião,**

tinham outros diretores do sindicato e mais de 200 trabalhadores presentes, e ele teve a coragem de me dizer isso. Os outros diretores também falaram coisas até piores do que eu disse, mas por que o supervisor não falou que quebraria a cara deles também? Mas falou que quebraria a minha, porque mulher é frágil e fácil de bater. Esse acontecimento foi levado para justiça, eu fui indenizada e ganhei, mas isso faz um estrago e assusta. Que outra mulher da Vale aceitou o desafio de entrar para uma chapa e se tornar uma diretora? Nenhuma, até hoje. Quando nós entramos na luta, temos muitos objetivos e acreditamos que é algo democrático, mas não é. Infelizmente, as mulheres não conseguiram o espaço no sindicato que precisam por causa do machismo (Fátima).

Nas propagandas e nos documentos públicos, a Vale se diz uma empresa cidadã, preocupada com a desigualdade de gênero no setor mineral, assim como com a questão racial. Mas não há dúvida que é apenas discurso. Segundo o site da empresa, ela tem a meta de dobrar a força de trabalho feminina até 2030, passando de 13% de seus empregados para 26%. De acordo com Fátima, desde os rompimentos das barragens de Mariana e de Brumadinho, houve uma obrigatoriedade de contratação de mulheres na Mina de Fábrica, onde ela está alocada hoje. Diante disso, as mulheres escutam falas do tipo:

“Você só está aqui porque é mulher, porque a Vale quer que contratem mulheres” e “você está aqui por dois motivos: porque é mulher e porque é negra e a empresa precisa fazer esse marketing”. É horrível. Infelizmente, a Vale que se apresenta nas propagandas não existe. Ela é feita de gestores podres, sujos, cruéis e criminosos. Oprimem tanto homens e mulheres, que as pessoas chegam a surtar lá dentro e essa é a melhor forma de matar sem ser por medo. Matam com lama, com acidente, mas também acaba com a saúde mental do trabalhador. As pessoas que saem de lá doentes e



acabam se suicidando foram assassinadas pela política cruel e pela falta de respeito da Vale. Quem trabalha lá e vivencia a política da Vale, sabe que ela não tem nada de empresa cidadã. É uma das piores empresas. Hoje, o que mais existe na empresa é assédio moral, não só contra as mulheres, mas contra todos os trabalhadores. Assédio moral dentro da Vale é ferramenta de gestão (Fátima).

Essa ferramenta de gestão é vivida pelas mulheres de forma ainda mais cruel, pois o assédio não é apenas moral, mas é também sexual. O evento vivido por Fátima em sua primeira ação no sindicato pode ser visto como assédio moral, mas também como um ato de misoginia, um desrespeito e agressão verbal (quase física) “simplesmente” por ser mulher. Parece irreal que nos dias de hoje ser mulher seja algo que ainda nos gere tanto medo e ansiedade. Mas é isso nu e cru, demasiadamente real.

O machismo, a misoginia e os assédios vividos pelas mulheres dentro da empresa, no próprio sindicato e em suas casas precisam estar no centro dos debates. Não pode ser uma pauta só das mulheres. O machismo é algo estrutural, presente em todas e todos nós. Assim, a luta também precisa ser de todos, mas com o protagonismo das mulheres e a escuta atenta a tudo que é dito por elas ao denunciarem suas experiências. É preciso lembrar também da importância de espaços auto-organizados e autônomos das mulheres, lugares seguros para se expressarem e se escutarem, pois o vivido pode ser altamente traumático e difícil de ser compreendido por quem não tem um corpo entendido e visto, permanentemente, como assediável.

Fátima relatou que as denúncias de mulheres que viveram assédios são cotidianas e invisibilizadas. Para aumentar a indignação, contou que quando são evidentes, a Vale, comumente, demite o assediador e a vítima juntos. Culpar a vítima é a base de uma política patriarcal e machista. Se existisse alguma política contra assédio sexual na empresa, o primeiro item da cartilha de boas práticas seria punir o assediador e proteger a vítima. A dupla demissão, além de ser injusta, inibe novas denúncias, o que parece ser, justamente, o objetivo da empresa. Existem casos ainda piores, em que o assediador não é demitido, e a mulher sim.

Uma denúncia recente é de uma mulher que foi até o gerente para falar que não estava aguentando mais o supervisor assediando-a. O gerente disse que a culpa era dela, porque usava uma calça apertada. As pessoas denunciam e a empresa muda os assediadores de área, e se aprontam alguma coisa na nova área, são movimentados de novo; eles não são demitidos. Mas na primeira oportunidade, a mulher é desligada, com a alegação de que é “baixa performance”. E é por isso que as outras mulheres sofrem caladas e decidem não denunciar. Muitas mulheres são chefes de família, assumem um lar sozinhas e se submetem. Isso acaba comigo, me destrói porque sei que elas deveriam lutar e não ceder a isso (Fátima).

Há também casos de mulheres que são exploradas sexualmente e aceitam a situação para não perderem o trabalho ou para sustentarem um cargo, pois sabem que uma denúncia gera demissão e culpabilização. Mas seguir em silêncio é carregar no corpo uma dor sem fim, é gerar traumas, e as famílias vão se desestruturando por conta disso. No Sindicato, Fátima acompanha denúncias, coleta relatos das mulheres, busca fortalecê-las e apoia no direcionamento dos casos para ouvidoria. Conta como é desgastante e doloroso para ela, mas principalmente para as mulheres assediadas.

Uma mulher que acompanhei, eu levei mais de uma semana para coletar o relato dela, porque era tão difícil e doloroso, porque ela estava muito desgastada. Eu estive ali, dando apoio e fortalecendo. Tínhamos que começar, parar e tentar outro dia, porque ela estava muito frágil. Essa denúncia foi feita há semanas. Eu sigo cobrando da ouvidoria, que me pede calma, que ainda está sendo investigado. O supervisor e o técnico foram afastados, mas já voltaram para a empresa. Essa mulher surtou, teve que ser retirada pelos colegas de trabalho. Ela está doente, fazendo tratamento psiquiátrico e afastada pelo INSS. É uma mulher que só sabe

chorar. E o que a Vale fez? Depois dessa denúncia, nós descobrimos que já havia duas denúncias contra esses homens na ouvidoria, mas nada foi constatado e nada foi feito. Se a investigação tivesse sido séria, teria sido descoberto. A Vale passa a mão na cabeça do assediador (Fátima).

O Sindicato Metabase Inconfidentes ainda tem muito a avançar na luta contra as diversas formas de assédio às mulheres, nas formações sobre o tema e na presença das mulheres no Sindicato. Fátima clama por mais companheiras de luta, por formas de se sentir menos só e de sentir, de maneira mais efetiva, que seu trabalho está em movimento, gerando mudanças, pois sofre junto a todas as mulheres e se sente impotente diante disso tudo. Ela compreende hoje que a luta é maior, que é do chão da empresa para a casa, para o sindicato, para o mundo.

É necessário fortalecer Fátima, fortalecer o Sindicato como lugar de luta contra a opressão das mulheres e fortalecer todas as mulheres que vivenciam cotidianamente a exploração específica sobre si e seus corpos.

## As Lutas Marcantes da História em Movimento

### *A Greve Histórica de 1989*

Ao conversar com Bruno, Valério e Fátima e pesquisar sobre a história de luta sindical na região, a greve de 1989 aparece como um grande marco temporal, seja pela paralisação em si, que suspendeu toda a produção e escoamento da Vale, seja por ter gerado ganhos políticos e materiais vividos até os dias de hoje. Valério esteve lá. Ele era um dos líderes do Metabase Timbopeba e tem a história viva na cabeça: **“Nessa época não existia Carajás, Mato Grosso nem em outros locais, estava praticamente tudo focado em Minas Gerais. Nós paralisamos as principais áreas de produção da Vale na região: Itabira e a mina de Timbopeba, que era a mais recente a ser inaugurada; a paralisação da região significava a paralisação da Vale na região sudeste”** (Valério). Ele conta que os movimentos se iniciaram ainda em 1988, depois de muitos

anos sem greves e com muitas reivindicações acumuladas, uma vez que preparavam o terreno para o que viria a ocorrer no ano seguinte.

Além disso, em 1988, ocorreu a Grande Greve na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de Volta Redonda (RJ), também conhecida como Massacre de Volta Redonda, quando os trabalhadores da siderúrgica ficaram 17 dias parados e tiveram confrontos com o exército, o que resultou na morte de três operários. Foi uma greve com reivindicações relacionadas a condições de trabalho, reajuste salarial de acordo com a inflação e jornada de trabalho. Ficou conhecida nacional e internacionalmente pela organização dos(as) trabalhadores(as), mas também pela truculência e violência repressiva.

Assim, em abril de 1989, os dois sindicatos de regiões próximas, Timbopeba e Itabira, deflagram a maior greve de trabalhadores da Vale, a segunda dos mineiros da então estatal Companhia Vale do Rio Doce, tendo a primeira acontecido em 1946. A greve ocorreu em uma conjuntura econômica recessiva, de extremo arrocho salarial, com impacto na qualidade de vida do trabalhador. Havia também a necessidade de que as conquistas sociais e trabalhistas advindas com a Constituição de 1988 fossem aplicadas na prática, o que só aconteceria com a mobilização dos(as) trabalhadores(as), para fazer valer os direitos conquistados.

Segundo relatos, a greve durou aproximadamente uma semana e parou tudo, o que só foi possível com organização, mobilização de quase todos os(as) trabalhadores(as) envolvidos(as), diálogo com a sociedade e consciência dos direitos possuídos e não gozados. **“A greve estourou, a empresa foi comunicada e foi montada uma barricada no acesso para as mineradoras no trevo mais próximo da cidade, o único acesso para as mineradoras. Nenhum trabalhador passava, todo mundo nesse esquema de revezamento no acampamento recebendo doações da cidade inteira”**, conta Bruno, a partir dos muitos relatos que já ouviu sobre aquele tempo. Mas escutamos também de Valério como se deu essa história, ele que estava lá e é memória viva do processo:

**A greve de 1989 foi a seguinte: Itabira estava muito mobilizado e nós - Matabase Timbopeba - também. O contexto social era de uma inflação muito alta, nossa**

perda salarial chegava a mais de 60% e as condições de trabalho estavam cada vez mais difíceis. Já estavam anunciando que a Vale entraria na lista de privatizações do governo federal. Estávamos no processo de eleição [para presidência da República] e disputa entre Lula e Collor e, com o processo de privatização, as condições de trabalho iam piorar muito. A Vale já tinha errado bastante em como agir conosco e nós organizamos uma assembleia em um clube em Mariana para discutir francamente a situação dos trabalhadores e nessa reunião a greve foi aprovada por 90% do pessoal - apenas os cargos de confiança que não estavam na sala da assembleia ou que não queriam a greve foram contra. Assim que a greve foi aprovada, nós fechamos o clube e, nas 24 horas seguintes, nós permanecemos lá para organizar e sustentar o movimento. Nos dividimos em comissões de negociação, convencimento dos trabalhadores e para impedir os “fura greve”, pelo menos nas primeiras 24h. Tínhamos líderes que organizavam grupos de trinta, quarenta pessoas, que sustentavam a greve e seguiram assim até o fim. Tivemos uma organização tão grande que começamos a cozinhar nas próprias barracas, recebemos doações de alimentos da cidade, trabalhadores do serviço público ofereciam assistência médica gratuita para nós. Foi uma greve que repercutiu nas cidades de Mariana e Itabira, que eram as principais cidades produtoras da Vale no momento, e nós paralisamos completamente a produção. Nós, um grupo de representantes das duas cidades, viajamos para Vitória (ES), para ajudar a paralisar o transporte ferroviário. Lá havia uma resistência, um medo por parte dos ferroviários de realizar a paralisação e isso levou aos trabalhadores de Itabira pedirem nossa ajuda para empenar trilhos nas estações. Temos fotos desse momento... E com isso não teria como passar trens.

Nosso fundamento foi fortalecer a greve em Mariana, em Itabira e em Vitória, o que paralisou totalmente a Vale. No sexto dia, nós fomos chamados para uma negociação e saímos com uma proposta excelente: dos mais de 60% de perda, conseguimos quase 50% de aumento; conseguimos 150 dias de estabilidade de emprego após a greve, garantia de não-retaliação; assistência médica no país inteiro e vários benefícios que até hoje são dados aos trabalhadores - algo que algumas pessoas acham que a Vale deu, mas que foi fruto dessa luta. Com o nosso cartão de saúde, podemos nos consultar no país inteiro, caso esteja viajando e aconteça algo, poderá ir ao hospital e ser atendido. As condições de trabalho e os benefícios melhoraram muito após a greve e isso também abriu espaço para a discussão dos trabalhadores em relação à participação nos lucros da empresa, algo que era constitucional, mas muito mal escrito, sem clareza, mas que também foi fruto de paralisações em Minas e no Brasil inteiro.

Assim, foi garantido o reajuste salarial com um aumento de 45%, o que possibilitou uma estabilidade para os(as) trabalhadores(as), e a garantia de cartão-alimentação e plano de saúde, direitos conquistados que permanecem até hoje. Mas, a partir de então, a Vale iniciou o processo de perseguição contra os sindicatos de luta e o Metabase Timbopeba foi um deles. Naquele momento, a Vale deixou de repassar para o sindicato a contribuição que era descontada dos sócios no contracheque, como contamos acima, sobre o surgimento do SMI. A empresa descontava do trabalhador e não repassava para o sindicato, com a intenção de quebrar a instituição. Naquela época, o nível de associados nos sindicatos era de 90%, quase todo mundo dentro da mineradora era sindicalizado.

## *Trinta e dois anos depois – em 2021 – a Greve da Univale Transportes Ltda<sup>[41]</sup>*

O Sindicato Metabase Inconfidentes foi procurado em meados de 2021 por trabalhadores(as) da Univale (empresa de transportes terceirizada da Vale, que realiza o transporte no complexo de Mariana), com objetivo de pedir apoio no levantamento de aspectos de risco da situação de trabalho deles. O SMI deu todo o apoio e colocou à disposição toda a estrutura do sindicato. **“Qualquer trabalhador que chegar no sindicato pedindo ajuda, a porta sempre está aberta, seja ele nosso representado ou não, mesmo que isso não seja uma política da CSP Conlutas”**, diz Bruno. Esses(as) trabalhadores(as) buscaram construir um processo de reivindicação junto ao sindicato deles, por conta das péssimas condições de trabalho, por exemplo, carga de trabalho superando 15 horas diárias e sem direito a hora extra. Mas nada efetivo ocorreu.

A partir daí, ocorreu o pedido de apoio mais concreto do SMI aos(às) trabalhadores(as) autônomos. Houve uma assembleia, os(as) trabalhadores(as) elegeram uma comissão para representá-los(as) no diálogo com a Univale e decidiram que, se a negociação não fosse iniciada, eles(as) iriam fazer a paralisação. A empresa sequer quis sentar-se para conversar. No dia seguinte, 14 de outubro de 2021, iniciou-se a paralisação por tempo indeterminado. Todo o transporte para as minas parou e a Vale parou a produção do complexo inteiro por dois dias - só tiveram algumas poucas movimentações por parte de trabalhadores(as) de Santa Bárbara que residem na cidade. A paralisação durou oito dias, de 14 a 21 de outubro de 2021. As vitórias não foram tantas, como as da Greve de 1989, mas, segundo Bruno:

**Os trabalhadores saíram muito fortalecidos e a visão dos trabalhadores da Vale sobre essa movimentação**

[41] A Univale é uma empresa que opera em todo o Vale do Aço com transporte coletivo, fretamento e turismo; nas regiões de Mariana, Santa Bárbara e Itaúna em MG com fretamento, e na região Metropolitana de Salvador na Bahia, também com transporte coletivo, fretamento e turismo. Fonte: <https://www.univale.com/univale/institucional>. Acesso em: 10 maio 2022.

dos trabalhadores da Univale causou muita preocupação, porque eles começaram a enxergar nos motoristas que estavam ali de braços cruzados e que recebem um salário maior do que os próprios trabalhadores da Vale, um exemplo de luta, de determinação, de união. A empresa tentou de todas as formas desmobilizar o movimento e, inclusive, chegou a peticionar contra o sindicato Metabase Inconfidentes na justiça, só que o sindicato não era, de fato, o representante dos rodoviários. Os representantes deles são aqueles que foram eleitos e o sindicato deles não lhes deu apoio, foi para a imprensa negando o conhecimento, falando que o movimento era ilegal e ilegítimo. Foi “pelegagem” descarada. (Bruno)

Foi uma paralisação quase total, um grande feito, ainda mais com uma organização autônoma, não centralizada, sem recursos sindicais. Valério diz: **“Em termos de categoria, foi a maior greve depois de 1989, porque os trabalhadores pararam quase 100%, uma grande unidade. A grande diferença é que nós paramos uma empresa nacionalmente em 1989. Paramos a produção, carregamento, transporte e mar. E a dimensão do que ela buscava economicamente. Mas a solidariedade, a mobilização, a integração dos trabalhadores foi a mesma, vontade de fazer a greve e o apoio da cidade”.**

Segundo os relatos, havia muita força e dedicação. Nos primeiros dois dias, eles permaneciam ali, firmes, em pé. Então começaram os diálogos com as lideranças de 89 e, com isso, conseguiram dicas de como proceder para se manter e não perder a força. Era necessário fazer revezamento, dividirem-se em comissões, fazer a comunicação com a cidade, diálogos com as igrejas, o comércio, buscar apoios aos trabalhadores e à greve. **“É essencial fazer a política com a cidade, para que enxerguem que há uma greve importante acontecendo e dar apoio. Isso foi tirado a partir da experiência de 1989. Tem que ter essa política dentro e fora”**, diz Valério. Bruno, que esteve lá apoiando, acampado e junto aos trabalhadores da Univale, conta da organização e desses



ensinamentos de outros tempos, que foram fundamentais para manutenção da paralisação:

Entrei em contato com o camarada Valério, dirigente sindical e liderança de 1989, e ele foi me passando dicas de como proceder. A partir do terceiro dia de paralisação, os trabalhadores precisam de um tempo de descanso e, com isso, precisa iniciar um revezamento. Os trabalhadores puderam ir em casa ver a família, iniciou uma troca de turno dentro do acampamento. Os bastidores disso aí é louvável, os trabalhadores estavam muito conscientes do processo de greve. Por exemplo, o trabalhador que gosta de tomar uma cerveja só tomou álcool no dia que ele estaria de folga, mesmo ele estando em paralisação e no acampamento. Outro exemplo foi quando precisamos movimentar os ônibus de um lugar para o outro e fizemos um bate papo perguntando a eles se eles tinham condições de dirigir. Eles estavam de bermuda, de chinelo e camiseta no acampamento e rapidamente eles se trocaram, vestindo os uniformes bem passados, alinhados e em quinze minutos tudo estava organizado para desmobilizar. O que a gente fala de acreditar na classe trabalhadora é isso que aconteceu. A turma toda consciente. A própria PM fez vários elogios ao movimento porque durante a noite nós revezamos para tomar conta dos ônibus para não correr o risco de alguém vir de fora e colocar fogo nos ônibus, porque é o que acontece em quase toda movimentação a nível nacional de rodoviários quando entram em greve. Nós fizemos uma paralisação sem precisar desse extremo. A empresa cobrando uma ação por parte da PM e eles falando: “Eu vou bater em trabalhador? Eu sou pago para pegar bandido e não para bater em trabalhadores” (Bruno).

Todos os dias chegavam doações de trabalhadores da Vale, de outras empresas de transporte, de outros sindicatos, vereadores e

partidos políticos de esquerda, uma mobilização grande de apoio ao movimento. Vinham dos(as) trabalhadores(as) doações de dez, vinte e trinta reais, para ajudar e garantir as quentinhas. A paralisação circulou na imprensa local. O jornal de maior circulação que cobriu a paralisação foi *O Tempo*. Diziam que se chegasse na Grande Mídia, os impactos poderiam afetar a cotação das ações da empresa. E o movimento só não foi maior por causa do posicionamento do Sindicato dos Rodoviários, que durante uma audiência de mediação no Ministério do Trabalho falou que o movimento era ilegal. A federação de transportes também veio para a mediação e falou que o único legítimo era o sindicato, sendo que a reforma trabalhista permite aos trabalhadores se auto-organizar e eleger representantes. Isso fez com que a paralisação perdesse força, mas a pressão já estava colocada.

Segundo Fátima, **“se mais greves daquele tipo acontecessem, eles não seriam tão cruéis nos acordos, seriam mais cuidadosos com os trabalhadores. Mas a Vale é muito suja. Uma empresa que presta um serviço para ela não foi penalizada por nenhum dos dias que ficou parada, mas a Vale fez questão de atacar os diretores sindicais. Demitiram o Bruno, deram uma advertência ao Valério”**. Mas Bruno estava feliz e fortalecido com a luta, mesmo com a demissão por apoiar a greve. Nas palavras dele:

O principal de tudo, para mim, foi a solidariedade de classe. As esposas começaram a ir para o acampamento para demonstrar apoio, os filhos mandavam áudio para a Univale, pressionando a negociação para ter os pais em casa logo. Teve um trabalhador que falou que tinha feito doação pelo pix de outra pessoa, para não aparecer no nome dele. Teve um trabalhador da Univale que não entrou no movimento e ajudou comprando oito almoços para nós. Pessoas de outras cidades da Univale mandando ajuda, reivindicando para a greve ir para lá para acontecer uma paralisação também.

Alguns compromissos pontuais foram assumidos pela empresa, mas desses acordos vêm sendo cumpridos. A Univale alegou que não

haveria retaliações quando os trabalhadores voltassem ao trabalho, mas, desde então, a empresa a cada dia demitia algumas pessoas, e chegaram a dizer que todos os envolvidos seriam demitidos. Assim que a paralisação começou, já circulavam na rádio anúncios de contratação urgente de motoristas com ou sem experiência.

As vitórias são processuais e relacionam-se com a atmosfera de disputa que se estabelece, e com a perspectiva tanto de novas ações quanto da presença de mais trabalhadores nas lutas cotidianas. Bruno recebeu por telegrama a suspensão do contrato, mas segue na luta, e os advogados do sindicato entraram com processo contra a Vale, pois, sendo diretor sindical, a Vale não pode demiti-lo por fazer o que lhe cabe. Além dele, o próprio Valério, que é dirigente sindical liberado há vinte anos, tomou advertência por ter apoiado a movimentação. Além disso, a Vale entrou como terceiro interessado no processo da Univale contra o movimento e começou a fazer as ameaças de sempre para evitar novos levantes. No entanto, aliviou a multa contratual da Univale pelos dias parados. Um exemplo da união de classe empresarial.

Para o SMI, o que resta é buscar as brechas para seguir na luta, sempre: **“É inédito que uma comissão eleita pelos trabalhadores seja aceita pela empresa para negociar e isso não é pouca coisa. Nós pegamos a reforma trabalhista que era para maltratar o trabalhador e revertermos para maltratar o patrão. E tomara que a moda pegue, para começar a caírem sindicatos “pelegos”. Essa é a torcida do Metabase Inconfidentes”** (Bruno).

## A importância da atuação em Redes: a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV) e a outras articulações

A aproximação do Metabase Inconfidentes com a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale aconteceu por intermédio do Didi (Dirceu Travesso), que era dirigente da CSP-Conlutas e um dos fundadores da Articulação Internacional dos Atingidos e das Atingidas pela Vale (AIAAV). Ele também foi figura central na aproximação e no intercâmbio de lutas entre os trabalhadores do Canadá, do Brasil e

de Moçambique<sup>[42]</sup>. O Sindicato Metabase Inconfidentes era, naquele momento, e segue sendo, o sindicato “pedra no sapato da Vale”, pois não estava no rol dos cooptados e entendia a luta contra a Vale como uma questão social. Defender o trabalhador por si só não bastava.

O trabalhador também é sociedade. É aquele que frequenta a escola, que frequenta o hospital da cidade, que bebe a água do serviço público. Por isso, é que nós não limitamos a nossa base territorial enquanto representação dos trabalhadores, mas sim buscamos entender a sociedade em um contexto em geral. Estar junto da AIAAV, entendendo os impactos a comunidades. E ajudar a construir esse diálogo é fundamental para nós. Existem algumas expertises dentro da gestão da Vale que nós conseguimos enxergar até mesmo antes dos AIAAV e, com isso, contribuir nessa troca que é mútua. Assim como aprendemos com as comunidades, os pesquisadores [...]. É muito bom chegar para o trabalhador e dizer que o sindicato faz parte de uma articulação internacional. Isso dá um empoderamento para as lutas. Nós não nos limitamos em só fazer acordo com a empresa, nós vamos além. O trabalhador é a sociedade. Ele é o vizinho da mina, é aquele que continua sofrendo os problemas pós mineração - seja aposentado, desligado durante o curso de trabalho, algo que também aumenta a miséria dentro da cidade (Bruno).

Os três entrevistados contam da importância dessa relação do SMI com a AIAAV e outras redes para ampliação da luta e aproximação dos(as) trabalhadores(as) com as comunidades e para conhecer outras formas de enfrentamento. Naquele espaço, é possível perceber as múltiplas formas de ser “atingidos(as)” pela empresa, desde os(as) tra-

[42] Um pouco mais sobre isso pode ser lido no Capítulo 1 desta publicação, sobre a história e as práticas políticas da Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale.

balhadores(as), passando pelas comunidades e até mesmo a sociedade como um todo. Os intercâmbios, as caravanas e os encontros realizados pela AIAAV foram as ações mais mencionadas para falar da construção desse elo, pois foram os momentos nos quais os(as) trabalhadores(as) vivenciaram os impactos em diversos territórios no Brasil e no mundo, e as comunidades puderam entender que os(as) trabalhadores(as), organizados(as) em luta, também eram atingidos(as). Estavam ombro a ombro na luta contra a Vale e na construção de um outro modelo de mineração. Valério nos conta da sua participação nas primeiras atividades do SMI junto à AIAAV e da necessidade dessa AIAAV ser cada vez mais forte:

Eu participei desses primeiros contatos com a Articulação. Fomos para o Maranhão, fomos ao Rio de Janeiro, fizemos essa articulação em cada cidade com sindicato. Com a dificuldade que começamos a ter em relação aos sindicatos e a unificação, o SMI distanciou-se um pouco da Articulação. Tínhamos uma representação no Maranhão, mas isso foi perdido por causa de um atrito entre nós. Nós sempre aproveitamos as viagens que fazíamos pelo sindicato para fazer os contatos com outros membros da AIAAV. Todas as atividades realizadas juntas foram essenciais para avançarmos, realizarmos atos, articulações políticas e intervenções internacionais muito boas. Conversamos com o pessoal do Canadá através da Articulação, eles nos visitaram aqui e depois fomos lá. Eu viajei para o Canadá através da indicação da minha organização e dos AIAAV, também estive na África do Sul, em Moçambique. Viajei durante um mês, conversando com os companheiros do exterior, trocando experiências e apresentando palestras sobre nossa realidade. Foi um momento muito bom e rico para o aprendizado dos mineiros daqui com a experiência internacional. Queremos resgatar esse contato com os movimentos sociais. A pressão internacional e local em cima dos sindicatos da Vale é o que fará com que os sindicat-

tos retomem a unidade tão necessária para que os trabalhadores daqui desenvolvam unidade com os movimentos sociais e estimulem nossa participação nessa luta que é internacional. A luta dos trabalhadores de Moçambique, do Canadá e do Brasil é uma luta só.

Além da AIAAV, o Sindicato participa de outras redes e movimentos, dos quais os entrevistados destacaram a Frente Mineira de Lutas das Atingidas e dos Atingidos pela Mineração (FLAMa-MG), liderada pelo Sindicato de Professores da Universidade Federal de Ouro Preto (ADUFOP) e composta por uma gama de entidades e representações. A proposta na FLAMa-MG é refletir sobre a mineração e dialogar com a sociedade sobre o modelo mineral vigente e sobre as alternativas territoriais a ele. Seu funcionamento se dá por meio de encontros periódicos para pensar um novo modelo de mineração. Bruno falou sobre essa busca: **“Temos total consciência que esse modelo de mineração atual não serve para ninguém, só serve para o acionista que está em Nova Iorque e não tem ideia de para que lado fica o Brasil. Esse tipo de construção que nós tentamos fazer é, de fato, tentar direcionar os trabalhadores a se localizar e se movimentar na luta, mesmo que seja difícil, dado toda a repressão e ditadura que a Vale constrói dentro do seu território e dentro das fábricas”**.

## Sindicatos de trabalhadores(as) da Vale e o papel do Metabase Inconfidentes

No Brasil, há apenas treze sindicatos de trabalhadores da Vale, e apenas dois deles na região Norte do país, apesar da amplitude de atuação da Vale ali. Há sindicatos no Mato Grosso, no Maranhão, no Pará e alguns no Sudeste. O gerente executivo de relações trabalhistas da Vale disse para o SMI: **“Eu respeito muito o sindicato de vocês e é por isso que eu ainda me sento para conversar. Dos 13 sindicatos que tem na Vale, o de vocês é o único que não come aqui (na mão)”**. O SMI é pequeno, mas o é “cravo no pé” da Vale e sofre perseguição e advertências por qualquer ação de apoio a outros sindicatos. **“É uma luta grande e a nossa base é pequena. Muitas vezes, propostas de acordo coletivo são aprovadas**

quase que em unanimidade em outros sindicatos e a nossa ou passa muito apertado ou não passa. Temos um trabalho de conscientizar o trabalhador do tanto que ele é explorado e, a partir disso, ele toma suas decisões”, diz Bruno.

Atualmente, existe a tentativa de criar uma unidade nacional para buscar um reajuste para todos os(as) trabalhadores(as), mas tem sido complicado. Com muitos sindicatos cooptados e que aceitam o que vem de cima sem reivindicações, não há unidades para buscar os acordos. A empresa alega que o Sudeste tem produzido menos e tenta criar uma rixa entre a região e o Norte, propondo acordos diferenciados, ela usa a diminuição de produção pelas minas paralisadas pelos rompimentos para tentar rebaixar o salário do trabalhador. Enfim, são muitas as faces do crime cometido todos os dias pela empresa, tanto contra comunidades e trabalhadores(as), quanto contra a sociedade e o que ainda resta de humanidade entre nós.

Para finalizar, trago a fala de Fátima sobre a união necessária para a luta:

Precisamos da união de classe porque, se não fizermos isso, não teremos força para seguir na luta. Precisamos esquecer as diferenças, abraçar a causa e caminhar por ela. Depois que acontecer a união, vamos lutando por outras várias causas, porque isso vai nos ensinar, ensinar os outros, e assim vamos reivindicar e lutar. Se o meu sindicato contasse com a união da base da classe, teríamos conquistado muita coisa que, infelizmente, ainda não conseguimos.





# 4

## Vidas perdidas em Minas Gerais

---

*cotidianos, lutas e percepções de três  
mulheres atravessadas pela Vale S.A.*<sup>[43]</sup>

Marina Praça

[43] Esse capítulo e as histórias contadas são frutos das entrevistas realizadas virtualmente, em novembro de 2021, pela pesquisadora-autora com Luzia Queiroz, Valéria Carneiro e Maria José Araújo.

Quando chega a época que aconteceu a tragédia, minha cabeça fica fervilhando e eu não consigo dormir, fico pensando que não pode deixar impune, que não pode deixar cair no esquecimento. Mesmo que o tempo vá passando e nós esperemos um bálsamo, o sentimento só aumenta. É uma morte todos os dias (Luzia).

Tudo de luta, que me chamar, participo, mas fomos perdendo companheiros ao longo da caminhada. As pessoas estão mortas por dentro, não dão mais conta. Hoje somos pouquíssimos, todos doentes e cansados (Valéria).

Minha casa é um canto gostoso, simples, bom demais, um cantinho do céu. Eu queria morrer aqui, nunca quis sair daqui, mas estou vendo que preciso. Sinto que se eu vender minha casa estou cedendo a vontade deles, mas não quero ficar aqui esperando que isso se rompa em cima de nós (Zezé).

As histórias de Zezé, Luzia e Valéria estão enramadas. O que as une? A permanente sensação de raiva, angústia e tristeza, somada ao fato de serem mulheres-guerreiras-feridas que permanecem em luta pela vida. Cada uma à sua maneira. As três são atingidas diretamente pela Vale S.A. e seus crimes em Minas Gerais. Crimes vividos, vivos e previstos.

Hoje, 25 de janeiro de 2022, quando se inicia a escrita que une essas histórias, completam-se três anos do crime da Vale em Brumadinho (MG): o rompimento da barragem de rejeitos do Córrego do Feijão, que deixou 272 mortos e destruiu ecossistemas inteiros na bacia do Rio Paraopeba. Valéria estava lá, percebeu que algo aconteceria ao ver formigas traçando um caminho incomum. Depois ouviu estrondos, correu e viu a lama vindo. Foi protegida por viver numa “ilha” em meio à floresta. A natureza e sua crença ativa na agroecologia lhes salvaram da morte imediata. Mas seus sonhos se romperam, sua vida foi atropelada pela lama e pela crueldade permanente da Vale S.A. Ela se diz uma morta-viva.

Já são mais de 6 anos do Crime da Vale-Samarco-BHP em Mariana (MG). Em 5 de novembro de 2015, ocorreu o rompimento da barragem

de Fundão, o maior desastre socioambiental da cadeia da mineração no país até aquele momento, com o lançamento de cerca de 45 milhões de metros cúbicos de rejeitos sobre pessoas, cidades e todas as vidas da bacia do Rio Doce. Luzia estava na cidade de Mariana trabalhando, desesperou-se, ficou 15 horas sem ter notícias do marido, de casa e de amigas, de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, por onde a avalanche de lama arrastou tudo.

Luzia trabalhava organizando casamentos e outros eventos, arrumava as noivas, as damas. Ela diz que era produtora de sonhos e alegria. Em paralelo, investia seu dinheiro e energia para ter seu cantinho na roça com o marido, em Paracatu de Baixo. Vivía entre as duas cidades. Perdeu o emprego e a vida. O tempo encurtou e a dor alargou. Ela precisava correr atrás de seus direitos (o tempo destinado à comissão de atingidos era enorme) e já não tinha fontes de alegria para seu trabalho. São 6 anos de luta, dívidas, invisibilidade e difamação (na cidade, criou-se a ideia de que os atingidos são folgados, “sustentados pela Vale”).

Luzia, em Mariana, nunca poderia imaginar que veria sua vida submersa em lama tóxica. Antes do rompimento de Fundão, o povo não sabia dos riscos. Quase ninguém sabia. Os funcionários da empresa não mencionavam e apenas alguns poucos pesquisadores e militantes socioambientais gritavam, sem ser ouvidos. Em Brumadinho, os riscos eram menos invisibilizados, afinal, o Crime em Mariana tinha ocorrido há menos de 4 anos, mas a Vale S.A. seguia ignorando o fato de que outras barragens podiam se romper a qualquer momento. Fatos já sabidos e expostos pelos movimentos ganhavam o palco público. Organizações como o Movimento Águas e Serras de Casa Branca - Brumadinho/MG, o Movimento Águas e Serras de Minas Gerais (Movisam) e a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale denunciavam e expunham a real possibilidade de rompimento da barragem do Córrego do Feijão nas Assembleias de Acionistas da Vale S.A. dos anos anteriores (como acionistas críticos), na Comissão de Meio Ambiente de Minas Gerais e em outros espaços. Gritavam, mas não eram ouvidos. A insani-dade e a surdez reinam nos espaços corporativos onde o capital circula.

Valéria, agricultora e assentada em Brumadinho, tinha medo do rompimento, mas seguia com a sua vida, não tinha para onde ir e o que fazer diante disso e nem abandonaria seus sonhos por um problema que era da Vale S.A. Os rompimentos de 2015 e 2019 evidenciavam que o poder das mineradoras em Minas e no Brasil é sem limites, que a vida de povos, rios, montanhas, animais e bacias hidrográficas inteiras são descartáveis. Não foram acidentes, foram crimes que causaram desastres socioambientais por causas não-naturais. A mineração e sua lógica de destruição são legitimadas nacional e localmente pelo poder público e, para além disso, o modelo vigente é produtor de mortes, pois os rompimentos são previstos, calculados. Avalia-se o custo das reparações frente ao custo de desativação das barragens. As vidas são colocadas nos balanços da empresa.

Em Itabira, Zezé vive ao lado de velhas barragens de rejeitos. Ela e milhares de pessoas vivem apavoradas. Em diversos municípios de Minas Gerais e pelo Brasil afora há risco de rompimento de barragens de rejeitos de minérios.

Quantos novos crimes “premeditados” estão por vir? Segundo a o Relatório de Segurança de Barragens 2022 (RSB 2022) da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), os órgãos de fiscalização identificaram 122 barragens como preocupantes no Brasil, sendo que em 2021 houve 187 estruturas nessa situação, com destaque negativo para as de rejeitos de minérios. As unidades da Federação que mais registram barragens desse tipo foram Pará (35), Minas Gerais (14), Pernambuco (13), Rio Grande do Sul (13) e Espírito Santo (10). Entre aquelas com alto risco e alto dano potencial associado, 40 estavam em Minas Gerais e 15 delas pertenciam à Vale, especialmente nos municípios de Nova Lima, Ouro Preto, Brumadinho, Itabira e Barão de Cocais<sup>[44]</sup>. Outras cinco barragens da empresa nessa situação estão no estado do Pará.

Zezé vive o que está sendo chamado de “terrorismo de barragens”, situação na qual pessoas, famílias e comunidades inteiras vivem a permanente sensação de medo, pois a qualquer momento podem

[44] <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-tem-40-barragens-em-situacao-de-emergencia-diz-agencia/>.

perder tudo, inclusive a vida. Sofrem de pesadelos com a sirene do rompimento soando e sentem-se reféns da empresa, lutando por seu direito à vida, enquanto ela cria protocolos de riscos, planos de fuga (para localidades em que bairros inteiros serão invadidos pela lama em cinco minutos) e avalia os custos da reparação do rompimento. Ele vive entre três barragens em Itabira. Ela sente que está ao lado de uma bomba prestes a explodir.

Apesar das tentativas, os homens não controlam o momento da explosão, pois não controlam as chuvas, os ventos, a temperatura, a revolta das forças da natureza.

\*\*\*

Fiquei desesperada, não tinha ideia de para onde correr. Fiquei doída, porque é como se esperasse por um acontecimento invisível, porque não tínhamos como mensurar de onde estava vindo. Nós fomos para a parte alta, esperamos um pouco e começamos a ouvir os helicópteros, a sirene. Quando subimos e contornamos, eu vi a pior cena da minha vida. Era como se fosse uma massa de bolo de chocolate levando tudo, já com pedaço das casas, de postes. Nós perdemos nossa vida nesse dia. O sentimento que tenho é que ficamos presos dentro de uma lacuna no tempo e não vivemos outro dia. Amanhece e anoitece e é dia 25 de janeiro. Quando vimos aquela cena, começamos a ajudar de qualquer jeito. Nós perdemos oito pessoas conhecidas. Oito dias depois, meu marido sentiu o corpo inteiro empolar, as mãos, as solas do pé. Ele estava com uma intoxicação, porque foi ajudar. Todos nós mexemos naquele barro, era um desespero muito grande. Parecia e parece que estamos em um filme de ficção científica onde somos zumbis, mortos-vivos (Valéria, de Brumadinho).

\*\*\*

Nós não tínhamos acesso fácil a internet nessa época e minha sobrinha correu para um espaço para usar o

wi-fi. Nesse meio tempo, minha filha me ligou muito nervosa, porque o marido dela faz parte da equipe de resgate da Samarco. Ela me ligou querendo saber se eu tinha notícias do meu marido e me mandou ligar para ele, para pedir que todo mundo em Paracatu de Baixo saísse de lá o mais rápido possível. Ela me disse que a lama já tinha matado pessoas em Bento Rodrigues e estava descendo com uma força enorme. O rompimento aconteceu às 15h e eu só tive notícias de Paracatu às 6h da manhã do dia seguinte. Meu marido chegou em estado de choque, chorando e dizendo que tudo tinha acabado, que nossa casa tinha ido embora. Ele me relatou que a lama chegou às 19h40 e demorou quinze minutos para destruir Paracatu. Para avisar as pessoas, um helicóptero sobrevoou a área e pediu para todos irem para o campo. Foi o tempo de pegarem os documentos e correrem para o alto do morro, para a área de segurança. Mas as pessoas não acreditavam (Luzia, de Mariana e Paracatu de Baixo).

\*\*\*

A sirene toca todo dia quatro, às dez da manhã, para treinamento caso ocorra um rompimento. Uma música fúnebre, que não sabemos por que tocam, mas sei que vamos nos acostumar com essa música e esquecer da sirene. O som é muito baixo. Aqui, nem dentro nem fora de casa consigo ouvir. Às vezes, a música já está tocando há dez minutos e aí que escutamos. Para mim, não existe um milagre que segure isso. Não será Ele (Deus) que vai segurar a barragem e dizer “não rompe, porque matará todo mundo”, pois não foi Ele que construiu isso. Não está nas mãos Dele. Ele pode nos dar forças para conseguir um milagre e modificar a situação com a Vale antes da barragem se romper. Que eles nos removam daqui com dignidade antes mesmo que aconteça o primeiro sinal de rompimento.

O que a Vale está esperando para nos remover? (Zezé, de Itabira).

\*\*\*

O que mais me incomoda nesse sistema todo é que de vítima você se torna réu, é visto como preguiçoso, explorador [...]. E a empresa é excelente. Outro dia falei para um funcionário da Vale que gostaria de morar na propaganda deles, porque é tudo ótimo, uma maravilha e tudo funciona, mas, na vida real, nada disso acontece. E as pessoas não sabem disso, dá a impressão de que tudo foi reparado aqui. Até hoje não vi nenhuma obra de reparação para tomar a nossa vida de volta. Quicá a gente consiga, já são três anos de crime. Como uma empresa mata 273 trabalhadores em um dia, de uma vez só, e os lucros e ações dela na bolsa triplicam? A Vale nunca ganhou tanto dinheiro quanto depois do que aconteceu aqui em Brumadinho (Valéria, de Brumadinho).

\*\*\*

Luzia Queiroz nasceu e foi criada no bairro de Saramenha, em Ouro Preto, ao lado de uma barragem chamada Mazagão. Seus avós já viviam em Mariana, onde ela brincava nas águas do ribeirão do Carmo quando criança. Seu pai trabalhava na Alcan, produtora de alumínio canadense com unidades no Brasil. Sempre morou, como ela diz, ao lado do inimigo, mas só depois do rompimento da barragem de Fundão, ela se deu conta de que sempre teve que lidar com os rejeitos da mineração na água que consumia e com a poeira de minério. Mudou-se para Mariana fugindo da contaminação, para cuidar de sua saúde e proteger a saúde de sua filha, mas até aquele momento ainda julgava as mineradoras algo bom para a cidade. Estava feliz de voltar para área rural com seu segundo marido, com a perspectiva de ter uma roça sua em Paracatu de Baixo, um lugar tranquilo e belo, onde poderia plantar e ter paz. Antes de ser atravessada pela lama tóxica da Vale/Samarco/ BHP Billiton, havia tempo-espaco para sonhar.

Valéria Carneiro nasceu na região metropolitana de Belo Horizonte e se diz, antes de tudo, agricultora. Mas é também professora, técnica em agroecologia e militante da luta pela terra. Filha de sindicalista e agricultor, sua história de vida sempre esteve misturada com a luta e a resistência. Ingressou no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra por ideologia e veio para Brumadinho para a ocupação que aconteceu em 25 de julho de 2001. Conta: **“De lá para cá me tornei agricultora de profissão e sou defensora da agroecologia. Fiz vários cursos na área, hoje trabalho com sistema agroflorestal e produção orgânica e acredito muito nesse sistema de igualdade, de divisão de terra para gerar emprego, renda e, principalmente, trazer segurança alimentar, que é o que mais aflige o nosso povo desde sempre”.**

Depois de 18 anos no Assentamento Pastorinhas, sua produção ia de vento em popa e, antes da lama, havia conseguido fechar dois contratos com o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e dois outros com as prefeituras de Sarzedo e Brumadinho. Sua área de produção era referência em Agroecologia e, no dia 25 de janeiro de 2019, quando a barragem de Brumadinho rompeu, estava recebendo dois professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro para uma visita técnica. Eles viram, junto com ela, as formigas mudarem de prumo e a avalanche de lama.

Hoje, sua produção não tem mais valor. Ninguém quer comprar o que esteve próximo da lama. Mesmo protegida pela floresta, que defendeu sua terra e produção, gasta o dinheiro que tem (e que não tem) para fazer testes de contaminação na água e no solo. Os testes deram negativos para contaminação, a lama não atingiu sua área diretamente. Mas a imagem do crime é forte demais e as pessoas não confiam, até porque, em geral, as terras estão contaminadas e as produções comprometidas, como na região de Paracatu de Baixo, onde Luzia e a família produziam. Oito famílias de agricultores são o que permanecem, são a última marca da (re)existência. Mas para ficar, ingerem todos os dias, literalmente, a toxidade que a Vale-Samarco-BHP despejou no Rio Gualaxo do Sul. Valéria se diz marcada e engolida pela lama tóxica “invisível” da Vale.

\*\*\*



Sofremos com um embargo onde ninguém podia consumir nada que fosse de nossa região. As pessoas entendiam que tudo tinha sido destruído aqui, mas ainda tinha muita produção. Nesse desespero para sobreviver, nós usamos recursos para fazer a análise da nossa água, para mostrar que nossa nascente estava fora da bacia Ferro Carvão, pagamos a análise, pagamos flyer para circular as informações, mas até hoje não recuperamos financeiramente. Apesar da proximidade, estamos na mesma altitude, então a lama se derramou para os lados. Ficamos em uma ilha. Temos 140 hectares de mata, ela nos protege. A produção está no vale e nós estamos protegidos pela natureza que preservamos por vinte anos. Sempre brigamos por isso e é nesse momento que ela faz seu papel. Em nossas amostras de ar, a mata faz um bloqueio, segura a poeira e isso não vai para as plantas. A água também está em outra vertente, estamos acompanhando as análises desde o ano passado e não teve alteração (Valéria, de Brumadinho).

\*\*\*

Algumas pessoas estão se arriscando a plantar na lama. A universidade daqui já fez um estudo e comprovou que tudo está contaminado. As pessoas insistem em comer, mas já estão desenvolvendo problemas mentais, câncer, problemas nos rins e no sistema respiratório. Os animais estão morrendo, mas, mesmo assim, tem pessoas desenvolvendo horta, plantando milho, feijão. Como colocar isso no seu prato? São oito famílias que continuam no território e elas insistem nisso porque dizem que ali têm liberdade, que se tiverem que morrer pelo menos vão morrer no território. Que preferem aproveitar a vida na terra deles do que esperar por algo. Na internet e nas redes sociais, eles dizem que Paracatu tem dezenas de casas construídas, mas não

**tem nem duas casas prontas** (Luzia, de Mariana e Paracatu de Baixo).

\*\*\*

A professora Maria José Araújo mora em Itabira há algumas dezenas de anos, mas nasceu em São Jorge. Conta que se formou professora por desejo do pai, mas queria ser advogada, para trabalhar com justiça, mas não pôde, pois isso era “coisa de gente rica”. Fez questão de dizer seu nome de solteira, Maria José Albano da Cruz, e de ressaltar que está divorciada há quinze anos de um casamento que foi feliz enquanto durou e que lhe deu quatro lindos filhos. São Jorge, a cidade em que Zezé nasceu, mudou de nome, e hoje se chama Nova Módica. Fica a noroeste do estado de MG, perto da Bahia. Sua família foi para São Jorge em função do trabalho do pai na construção da rodovia Rio-Bahia. Zezé conta que eles se mudavam muito: **“éramos quase ciganos, vivíamos um ano em uma cidade para logo depois mudar”**.

Quando foram para Itabira, ela tinha 16 anos. A mudança se deu também pelo trabalho do pai, então empregado pela MIP Engenharia, em Vitória, empresa contratada para prestar um serviço para a Vale, em Itabira. Na cidade, se fez professora primária e alfabetizou muitas crianças, hoje, já com diplomas universitários. À época, morava no centro da cidade. Anos depois, mudou para a Vila Conceição, uma área mais rural, onde mora atualmente, e ali começou a entender um pouquinho sobre as lutas locais contra a Vale S.A. Acompanhava seu pai nas reuniões com a empresa e ouvia as reivindicações dos trabalhadores da mineração sobre as condições de trabalho e sobre a destruição das áreas naturais da cidade. Em Itabira, conheceu a poesia de Carlos Drummond de Andrade, natural da cidade, e pela poesia dele foi entendendo o que significava ser uma “cidade mineira de nascença” e os males provenientes da mineração.

A Vale S.A. surgiu em Itabira ainda como a estatal Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, explorando a mina instalada no Pico do Cauê, identificado como uma das maiores jazidas de ferro do mundo. Mas, antes disso, a cidade já era conhecida pela exploração de ouro e a presença de empresas mineradoras estrangeiras. Itabira é uma palavra de origem

tupi que significa “pedra que brilha”. O brilho, no caso, vinha do minério de ferro. A “vocalção” da cidade já estava dada desde o início do século XX. Zezé nos conta sobre sua experiência: **“Quando cheguei ainda tinha o Pico do Cauê, já bem desgastado, logo depois ele se acabou. Lá em cima tem o Pontal, que é a primeira barragem construída, que já teve um vazamento e soterrou umas cinco casas. Me questionava na época porque deixaram isso acontecer e porque o povo daqui não gostava muito de Drummond”**. Nessa época, Zezé não conhecia nem 10% dos riscos e dos impactos vividos pelos atingidos, o que só foi entender, realmente, quando passou a buscar informações sobre as barragens de rejeitos de minérios de onde vivia, após o crime-desastre-não-natural ocorrido em Mariana.

\*\*\*

Quando professora, trabalhei a literatura infanto-juvenil e utilizava a obra de Drummond. Entendi o porquê Drummond aborda tanto em seus poemas sobre a devastação do meio ambiente da cidade. Mas quando aconteceu o acidente em Mariana, levei o maior susto da minha vida porque não sabia que existiam barragens. Sabia das águas, mas sobre as barragens de rejeito de minério, não. Fiquei curiosa, pesquisei mais e fiquei apavorada, porque percebi que isso poderia acontecer conosco a qualquer hora, algo que “ninguém sabia”. A empresa nunca contou nem explicou para a comunidade que isso existia. Na minha pesquisa, descobri que em Itabira existem 17 barragens e três delas são enormes. Temos as barragens de Itabira do Sul e de Pontal que são as maiores, tem a de Conceição, que fica em cima da vila em que moro, que contém 56 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos, um número três vezes maior do que a de Brumadinho. Minha vila fica ao pé da serra da barragem que se encontra a 100m acima das casas, ou seja, caso essa barragem rompa, nossa vila vai ser completamente inundada em menos de cinco minutos. Não tem plano de fuga que dê conta. Caso a barragem

de Itabiruçu se rompa, vai acabar com praticamente metade de Itabira.

Quando realizamos reuniões com a empresa, reclamamos sobre isso, mas eles alegam que não é preciso se preocupar, porque fazem vistorias todos os dias, que tudo está sob controle. Mas eu sempre questiono: é 100% seguro? Para dormirmos tranquilos em nossas casas, deve ser 100%. E eles respondem: acidentes acontecem, mas que Deus [...]. Eu rebato que Deus não tem culpa e nem responsabilidade de nada [...]. Já pesquisei na internet sobre as coisas que podem causar um rompimento e até um tatu pode furar uma barragem. As três barragens têm mais de 40 anos, quando me mudei para cá, estavam sendo construídas. São velhas e quanto mais antigas mais problemas podem causar, a Vale não pode garantir 100% de segurança para nós. Tenho certeza que todo mundo no meu bairro tem medo, mas a empresa arranhou emprego para pelo menos um membro de cada família [...] (Zezé, de Itabira).

\*\*\*

Lira Itabirana

*O Rio? É doce.  
A Vale? Amarga.  
Ai, antes fosse  
Mais leve a carga.*

*Entre estatais  
E multinacionais,  
Quanto ais!  
A dívida interna.  
A dívida externa  
A dívida eterna.*

*Quantas toneladas exportamos  
De ferro?  
Quantas lágrimas disfarçamos  
Sem berro?*

Carlos Drummond de Andrade  
Publicado originalmente em 1984,  
no jornal Cometa Itabirano.

\*\*\*

Fizemos muita luta, muitas reuniões, assembleias com o povo unido em coletivo ao lado das pessoas das universidades. Contamos com muitos apoios [...], a sociedade civil organizada, os voluntários, as pessoas da logística, os funcionários das prefeituras [...]. Tivemos que aprender a fazer articulação entre grupos e subgrupos, a falar, a caminhar com o povo. Tivemos que aprender a ser liderança e sair do Brasil para fazer as denúncias ao lado de outros movimentos, da sociedade civil organizada, como o GESTA-UFMG [Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, da Universidade Federal de Minas Gerais], o GEPSA-UFOP [Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais, da Universidade Federal de Ouro Preto], o MAB, o MAM, que nos levaram para esses espaços. Muitas pessoas nos ajudaram a ir para fora, denunciar, falar sem medo e partir para a briga. Mas autoridades máximas não dão valor real ao que está acontecendo aqui. Essa empresa é reconhecida internacionalmente e, mesmo assim, não toma vergonha na cara. Nós da comissão de atingidos e poder público desenvolvemos a matriz de danos, reformulamos o cadastro dos atingidos e conseguimos definir várias diretrizes conquistadas em audiências públicas. Daí construímos uma cartilha junto com o Ministério Público, para guiar atuação de reparação da empresa, ela devia atuar dentro dessa

**cartilha. Mas a cartilha deles é a da maldade** (Luzia, de Mariana e Paracatu de Baixo).

\*\*\*

As três mulheres guerreiras atuam em comitês de atingidos, comissões populares e coletivos locais de defesa de seus direitos, sua terra e morada<sup>[45]</sup>. Lutam por reparação integral<sup>[46]</sup>, seja porque foram atingidas pela lama, seja porque, evidentemente, correm esse risco. Cada uma vive essa realidade e o enfrentamento à Vale S.A. de uma forma, mas as três tiveram suas vidas totalmente tomadas pelo crime do qual são vítimas. **“O trabalho com a comissão era muito intenso, com reuniões que duravam o dia inteiro, algumas chegavam até meia-noite. Sofremos assédio por todos os lados. Da imprensa, dos advogados que queriam ser contratados para nos defender, dos pesquisadores [...]. Ficamos doidas”**(Luzia, de Mariana e Paracatu de Baixo).

Luzia e Valéria, além de terem suas vidas viradas de cabeça para baixo, ainda precisaram provar que tinham o direito à reparação integral. Luzia não é reconhecida como atingida, seu marido é considerado o beneficiário e, além disso, trazem como argumento que ela não vivia

[45] Luzia faz parte da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão de Mariana (CABF) por Paracatu de Baixo. Valéria faz parte do Coletivo de Atingidos que é apoiado pela Região Episcopal Nossa Senhora do Rosário (Renser), do Grupo Somos Todos Atingidos e do Fórum dos Atingidos. Zezé compõe o Comitê Popular dos Atingidos pela Mineração de Itabira e Região, entre outros espaços e ações comunitárias da Igreja Católica em Itabira.

[46] “A reparação integral pressupõe o retorno da situação de vida antes da violação de direitos, ou seja, antes do desastre da Vale S/A. É um conceito que está sendo construído pelas próprias pessoas atingidas. A reparação integral envolve o pagamento da indenização, mas também muitos outros fatores como: devolver bens e a condição econômica que as pessoas atingidas perderam em razão do rompimento da barragem; aliviar a intensidade dos danos causados, o que deve ser feito por meio do pagamento emergencial e das medidas emergenciais; reabilitar a vida das pessoas atingidas, visando amenizar os traumas e adoecimentos sofridos; garantia de não repetição; etc”. Texto retirado da Cartilha “O que é Reparação Integral?”, do Instituto Guaicuy. Disponível em: <https://guaicuy.org.br/o-que-e-reparacao-integral/>. Acesso em: 05 fev. 2022.

todo o tempo em Paracatu de Baixo e possui outro imóvel em Mariana (condenado pela Defesa Civil). Assim, ela foi uma das mulheres que viveu na pele a estrutura patriarcal dos megaempreendimentos e da justiça, em que apenas os considerados chefes de família homens recebem o auxílio-emergencial, e o trabalho doméstico e reprodutivo (não remunerado) é, mais uma vez, invisibilizado.

Valéria, como dito acima, foi salva pela floresta, mas viu vizinhos morrerem pela lama e pela tristeza. Além disso, teve o seu ganha-pão afetado. As duas se viram sem trabalho, com dívidas e deprimidas. Valéria recebe um salário-mínimo, mas não tem nenhum auxílio para plantar e diz que esse valor não garante os insumos para o agricultor, que não paga nem as contas básicas.

Essas duas mulheres-guerreiras-feridas que construíam suas vidas de maneira autônoma e que em nada dependiam da empresa, agora se veem dependentes de um auxílio e de que a empresa cumpra com a lei. Elas não querem migalhas e nem que a empresa apareça em suas propagandas como benfeitora que está “sustentando” o povo que ela mesmo destruiu a vida e os sonhos. **“Nos dizem que somos os “folgados da Samarco”, que vão ganhar uma casa dada pela empresa. Não é um presente, ela está nos devolvendo algo que era nosso, algo que meu marido fez com as próprias mãos. E mesmo assim, vão nos dizer sempre que foi a Samarco que deu”** (Luzia, de Mariana e Paracatu de Baixo).

Já Zezé está na luta por seu impulso de fé e de justiça e pelo medo de ver sua família no meio dessa bomba de rejeitos. Ela diz que gostaria de fugir disso tudo, mas algo a traz de volta. **“O que me move é minha fé, que não me faz perder essa vontade de lutar. Fico deprimida, desanimada, choro muitas vezes quando penso nessa realidade. Se eu conseguir tirar minha filha e netos que moram aqui comigo, eu fico até o final. O que me move é essa força de lutar pela vida”**.

As três sofrem no corpo as dores da perda da vida, de uma quase morte que lhes foi imposta.

\*\*\*

É algo como pegar uma roupa e virar do avesso: não se enxerga nada, só se sabe que está ali e você precisa

arrumar. Eu não consigo voltar para o meu trabalho, enterrei ele com a lama. Não temos mais os mesmos vizinhos que tínhamos lá e muitos deles aqui nos taxam de oportunistas. A nossa casa ficava em um canavial e só entrando na casa do meu sogro é que era possível ver a nossa casa e, com isso, muitas pessoas não sabiam que tínhamos um imóvel em Paracatu. As pessoas preferiam nos atacar, falar mal, do que conferir o que realmente tínhamos – com isso, nos afastamos de todos. Nós vivemos isolados por muito tempo para nos protegermos desses ataques e, mesmo que agora tudo esteja mais esclarecido, eu e meu marido ainda estamos muito machucados. É o mesmo que vidro quando se quebra: não dá para colar. E desde esse tempo nós tentamos sobreviver, passamos muito aperto lidando com dívidas. Nem sabia que tinha uma boa condição de vida antes. Minha sorte é que tiveram muitas doações que eram distribuídas no centro de convenções e nós falávamos que era o nosso shopping. Eu trocava peças, pegava sapatos, roupas e alimentos. Vivemos na esperança da construção vir depressa, que logo iria equipar uma nova casa em Paracatu [...]. Nós achávamos que em um ano e meio nós estaríamos de volta, mas já tem seis anos. A minha maior tristeza foi ver um plano de vida indo por água abaixo. Minha casa era nova, tinha me casado há pouco tempo. Aqui em Mariana, eu morava na casa de meu bisavô, que já estava velha e condenada pela Defesa Civil, e em toda época de chuva nós sabíamos que a casa podia não aguentar. Tudo que nós tínhamos de valor estava na casa em Paracatu, lá era nosso refúgio e nossa fortaleza. Tudo o que ganhei a lama entrou invadindo e tomou conta (Luzia, de Mariana e Paracatu de Baixo).

\*\*\*



Em janeiro desse ano, eu sofri um acidente dentro da minha propriedade, por causa do esgotamento, do cansaço, pelo nível de estresse e preocupação. Fraturei minha coluna, tive que ficar sete meses imobilizada e só agora estou voltando a retomar a vida. Antes, nós não tomávamos nenhum remédio e agora meu marido faz tratamento psiquiátrico e toma remédios. Ele já teve um surto, sumiu, perdeu a noção e não sabia como voltar para casa. Nós ficamos desesperados. Toda a minha família precisa tomar algum tipo de remédio para dormir. Ninguém consegue, porque tem o medo e a incerteza de saber o que vai ser de nós. Vivemos em um país onde o que impera é o dinheiro e, se é sobre isso, eles podiam dizer que não nos querem aqui, que saíssemos. Seria muito mais digno, mas isso não acontece, estamos há três anos nisso. Nada me faz sentir mais violada do que sentar com um funcionário da empresa, um advogado em uma reunião – os advogados sempre são os piores, porque com eles parece que fomos nós que cometemos o crime. As dores da alma são piores do que as dores físicas. Sempre digo que queria dizer que não dou conta, mas tem que dar, ainda mais sendo mulher, porque você tem que levar a família junto, dizer que vai dar tudo certo, que está tudo bem, mas por dentro você está destrozada, em farrapos. Não temos mais alegria hoje, temos momentos de brincar e sorrir, mas olhamos e só se pensa: o que vai ser da minha vida? Eu sou agricultora porque escolhi, gosto do que faço, tenho amor por essa profissão. Tenho minhas ideologias, tenho muita coisa (Valéria, de Brumadinho).

\*\*\*

As estratégias da empresa envolvem também lidar com as emoções e com o controle psicossocial do processo. Muitas das pessoas que estão na luta por seus direitos são apresentadas como “doidas”,

descompensadas, como aquela pessoa a quem ninguém deve dar ouvidos. Trabalhar com o psicológico das pessoas é, desde sempre, uma estratégia do capital. Mas parece que, nos últimos tempos, tem ganhado novas caras, com o controle a partir da blindagem da raiva, da revolta e da insatisfação. Nos tempos da ditadura civil-militar-empresarial de 1964-1988, ser denunciada pelos vizinhos era o mais comum. Transformar a sociedade em vigilância gratuita do sistema era uma estratégia pensada, uma forma de controle sociocultural por meio do medo coletivo, o temor ao “fim da ordem”. Isso segue parecido. Nas cidades mineiras, quem vigia a luta e gera o mal-estar cotidiano nas mulheres-guerreiras são os amigos, os familiares e os vizinhos, que as colocam como exageradas e radicais. Afinal, por que elas não esquecem tudo isso, silenciam e deixam as coisas serem como são?

Paralelamente, a dinâmica do tempo se transformou e as pessoas hoje são controladas, também, pelo cansaço. Não há o tempo do descanso e do ócio. Vivem ansiosas, com crises nervosas, precisam de remédio para ter atenção, remédio para acalmar, remédio para dormir, remédio para acordar e viver o dia. E o Capital precisa disso para seguir girando. Destruir as relações comunitárias, os espaços de plantio e de roça, os lugares de conexão com natureza e tornar diversas pessoas dependentes de remédios e do auxílio da empresa é fazer o capitalismo funcionar. É preciso inserir os atingidos na lógica do consumo e das dinâmicas urbanas de vida. O projeto de desflorestar a vida, a humanidade, destruir as formas de autonomia e de subsistência é o que tem sido feito por empresas extrativistas nacionais e transnacionais, Bolsonaros<sup>[47]</sup>, latifundiários e tantos outros poderosos capitalistas por aí a fora, para cercar e controlar as terras e as formas de reprodução da vida.

O desastre de causas não-naturais gerado pela Vale e pela BHP-Samarco, e tantos outros que podem vir a ocorrer, são concomitantemente consequência e combustível para o projeto capitalista altamente predatório. Afinal, na bolsa de valores e nos balanços da empresa, suas

[47] Em referência a Jair Messias Bolsonaro, militar reformado, líder política da extrema-direita e que foi presidente da República entre 2019 e 2022, atualmente filiado ao Partido Liberal.

ações seguem em alta e sua lucratividade só aumenta, mesmo depois das perdas fatais e processuais causadas pelos rompimentos.

\*\*\*

Meu sogro está morando em uma casa aqui em Mariana que é pequena, com dois andares, e ele diz que “isso é vida de malandro, porque não tem nada para fazer”, que essa não é vida para ele. Ele vai da sala para a cozinha, só tem televisão e ele não gosta de assistir porque diz ser pura bobagem. Aconteceu uma inversão de valores grande. Não digo que quem não tinha nada tem mais do que quem tem tudo, mas foi uma condição imposta pela Renova, com o cartão de auxílio. Nesse processo, alguns foram reconhecidos e outros não, e isso causou muitas brigas familiares (Luzia, de Mariana e Paracatu de Baixo).

\*\*\*

As empresas em cima do lucro financiam as mortes e eu me sinto em uma guerra que não tem tiro direto. Mas não é assim. Nós morremos um pouco todos os dias. E uma das piores estratégias da Vale é colocar as pessoas contra nós. Tenho dito que quem vai nos matar será o vizinho, um colega, não será ninguém da empresa. Eles têm uma habilidade tão grande de jogar um contra o outro, de construir uma narrativa de que nós estamos no lucro, com dinheiro. A visibilidade só está para a empresa, invisíveis somos nós. A nossa dor, a nossa falta de reparação. É preciso dar visibilidade que o mercado de reparação virou uma indústria, que o crime compensa. As pessoas precisam saber que tem gente morrendo, são mais de dezessete suicídios aqui depois do crime, de jovens entre 12 e 17 anos. Isso está invisível. É muito pesado e algo mais difícil ainda é que a empresa só reconhece onde a lama passa. A lama invisível é muito pior, porque, para nós, fica essa sensação que somos desonestos. Nós, agricultores,

não temos nenhuma ação direta para a agricultura. Acredito que seja porque estamos em uma área de interesse para a mineração, então, o que eles mais querem é que a gente suma daqui. Porque, para bater o prego em nosso caixão, bastou esse acordo imoral, sem a escuta dos atingidos. Uma vez que para votar é preciso ter e-mail. 80% da população rural não têm (Valéria, de Brumadinho).

\*\*\*

Mudei completamente e ninguém aguenta conversar comigo, vou acabar ficando sozinha. Sempre trabalhei muito na comunidade, na linha de frente, como coordenadora, catequista... já estive envolvida em muitas coisas. Já fui presidente da associação de moradores daqui. Muita gente me conhece e eu conheço todo mundo. Quando comecei a me aprofundar no assunto das barragens, marquei reuniões com a Vale, levei a comunidade e estava revoltadíssima. Sou braba para falar, cobro muito, sou sincera, franca e não tenho medo, mas foi isso que apavorou as pessoas da comunidade, porque muitos trabalham na empresa ou têm filhos lá. A princípio, não compreendia isso e achava que todos deveriam entrar na luta comigo, mas depois que as pessoas começaram a se afastar, que ninguém queria conversar, tive que reconhecer que esse era o trabalho, a forma de colocar o pão na mesa dessas famílias e, por isso, eles ficariam calados. Alguns têm raiva de mim, rebatem meus argumentos e eu entendo, não vou mais cobrá-los. A Vale “maravilhosa” faz a cabeça deles com um simples encontro como o “Atitude Ambiental”[48], que realiza aqui na comunidade,

[48] Programa desenvolvido pela Vale em parceria com a agência Molaa que realiza *hackathons* - eventos em que pessoas se reúnem para criar soluções - feito com estudantes de cursos técnicos e do ensino superior de dez municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo voltado para questões

trazendo quadros, vasos, oferece suco, comida, todos os meses (Zezé, de Itabira).

\*\*\*

Muitas cidades mineiras assim o são em um duplo sentido. São mineiras, pois estão em Minas Gerais, mas também porque a mineração é parte de sua identidade, é o que “sabem fazer”. Cidades que se tornaram o que são em torno do trabalho na mineração e que não sabem o que seriam sem a existência dessa atividade. Contudo, nem sempre falamos da riqueza gerada por essa “vocação” e de para onde ela vai. As empresas que exploram são transnacionais, controladas por acionistas de todo o mundo, em geral, pouco preocupados com os malefícios causados pelas atividades que financiam e pouco dispostos a arcar com sua reparação.

Hoje, Luzia não guarda nenhum resquício da visão que tinha sobre a mineração, sobre essa vocação, e até mesmo algum orgulho de sua cidade, pois a mineração mexe com a identidade e com o pertencimento do povo. **“Tenho até nojo de falar sobre isso e, por mim, queria que a empresa encerrasse suas atividades e fosse embora. Essa cidade tem um potencial turístico enorme e os marianenses tinham que crescer contra essas empresas. Aqui em Mariana, todos nós deveríamos ser bem tratados e bem pagos porque foi essa terra que proporcionou que essa empresa produzisse minério numa região histórica, onde esse patrimônio era nosso orgulho”**.

Valéria, por sua vez, vive outra realidade e faz questão de lembrar que a agricultura é a segunda maior fonte de produção de riqueza do município de Brumadinho. Para ela, a forma de resistir ao modelo predatório da mineração é construir alternativas econômicas e sociais à mineração. E uma dessas alternativas é a agroecologia, em que o foco é o respeito às dinâmicas da natureza e à manutenção da biodiversidade, fazendo produzir alimentos e extrair alguns recursos naturais, respeitando os ciclos e mantendo as florestas em pé e a natureza viva.

ambientais.

Zezé vive no berço da Vale, onde a empresa nasceu e fez sua riqueza inicial. E o que sobrou para população? **“Nossos governantes tinham tudo para fazer de Itabira a melhor cidade do Brasil, mas deixaram nas mãos de uma empresa. Não temos indústrias aqui, temos uma agricultura quase que domiciliar que realiza feiras. Não temos condições de manter os itabiranos empregados se a Vale sair daqui”**. E hoje vive-se ainda o medo de a Vale ir embora. Estimam-se mais dez anos de operação, pois estão se esgotando os “recursos”. A empresa esgotou tudo e todos. A riqueza se foi e a cidade pode ir também, embaixo da lama. Outra possibilidade é começar a extrair minério-subterrâneo. Aí, segundo Zezé, será barragem em cima e buraco em baixo.

\*\*\*

A raiva delas se materializa na crítica radical ao modelo de mineração vigente, a partir da compreensão de que o que viveram não foi pontual e está longe de ter sido uma tragédia. Foi um crime anunciado, fruto de uma forma de produção, de um modelo de desenvolvimento, de uma estrutura e de uma maneira de produzir que torna invisíveis os povos, os rios, tudo o que é natureza. Muitos sábios da terra, da água e das florestas têm falado sobre a necessidade de parar o dito “desenvolvimento” e redirecionar a vida para o envolvimento, só assim a espécie “homem” será capaz de se manter por aqui.

Digo “homem”, ao nomear a espécie, porque o patriarcado é base dessa estrutura, não é à toa que o homem dá nome e domina a nossa forma de estar no mundo. A exploração, a subordinação e a violência direcionadas à mulher são parte desse modelo e dessa forma de expropriação da vida, assim como o racismo e o colonialismo. Não sabemos exatamente como seríamos se não tivesse ocorrido a opressão branca, masculina e colonizadora de povos e culturas, mas imagino que correríamos menos risco de ser atropelados por lama tóxica.

O que alguns sempre souberam, e poucos escutavam, é que precisamos realmente ser natureza para nos envolver e produzir vida. Largar mão do poder, da ganância, da perspectiva de controle que constitui a espécie homem.

\*\*\*

O que quero dizer mais uma vez é que o que aconteceu aqui em Mariana não seja acobertado pela lama de novo. Em Minas Gerais, só existem barragens. É como tomar sopa e comer pelas beiradas: o miolo continua. Se todas as barragens romperem ao mesmo tempo, ninguém que está no centro do estado de Minas Gerais vai escapar. Nós já estamos com uma cova aberta. O que desejo é que o que aconteceu em Fundão e Brumadinho faça parte da grade curricular das escolas e das universidades, para que nunca se esqueçam. Que esse acontecimento seja colocado para todo mundo ver e tirar suas próprias conclusões. Para que vejam o que a ganância fez (Luzia, de Mariana e Paracatu de Baixo).

\*\*\*

Comento com meus companheiros que estamos lutando contra uma multinacional que não tem rosto, que é um polvo cheio de tentáculos, esmagando tudo por onde passa. Eles brincam conosco, não adianta falar nem chorar. São as violações, a forma com que somos tratados, os acordos, os conchavos, tudo é invisível. E isso dá muita revolta. É muito complicado e precisa ser falado, ouvido. Alguém precisa ouvir o nosso grito em algum lugar. Nós gritamos o tempo inteiro, mas ninguém escuta (Valéria, de Brumadinho).

\*\*\*

Eu lamento que exista esse modelo de mineração. O que aconteceu em Mariana, Brumadinho e o que segue acontecendo em várias cidades também pode acontecer aqui. Nós não temos culpa de nada, isso é um fardo da empresa e de seus donos. Eles deveriam ter uma lei extremamente rígida, que não permitisse nenhum tipo de mineração que colocasse a vida das pessoas e da natureza em risco. Que fosse uma extração mais leve, devagar, com melhor estrutura, que não se restringisse a durar cem anos, mas trezentos. É uma ganância de

ter o poder, de retirar riqueza da terra para fazer essas coisas eletrônicas. Sempre falo que o celular é algo maravilhoso, mas quanto custa isso para nós? Se está tão caro ao ponto de ter que destruir vidas humanas e a natureza para termos uma tecnologia avançada, é preferível mil vezes ter plantas, alimento plantado para a gente comer. O mundo está virando de pernas para o ar e enquanto não estiver pensando no futuro, no que vai acontecer com a Terra, com nosso planeta que já está apresentando desastres e sinais que não aguenta, tudo vai piorar. A mensagem que deixo é para os grandes poderosos: que mudem esse conceito de evoluir, que cuidem da nossa Terra e não a destruam. Que possamos caminhar, ter alimento, sustento, cuidar da terra ao invés de destruir. É um sonho, uma utopia, mas quem sabe? É isso que nos move para viver (Zezé, de Itabira).

\*\*\*

Seguir sorrindo e respirando é o maior desafio dessas mulheres e de tantas outras pessoas e comunidades atingidas. Elas não são fortalecidas, nem estão ficando loucas. São pessoas que sentem, todos os dias, em seus corpos, as injustiças e a crueldade que lhes são impostas pela empresa, pelo Estado e por quem legitima esse processo, causador de múltiplos danos. Por serem mulheres, carregam, além de todo peso de serem atingidas, a necessidade de garantir a vida dos seus familiares, realizar o trabalho (não remunerado) de cuidado da casa, da comida, da saúde e de todo o necessário para a reprodução da vida. Elas são, em geral, o esteio emocional das famílias e de suas comunidades.

Mas a vida continua e elas precisam se manter em pé. Às vezes, o que dá sentido para seguir é a própria luta, mas, em muitos outros momentos, o cansaço e a tristeza as derrubam e parece que não há de onde tirar forças. Nessas horas, a natureza, a solidariedade, o companheirismo e as amizades construídos em luta, as artes, e a família (principalmente, as crianças) são as principais formas de seguir.



Aí surgem as histórias sobre a família, a emoção que não é fruto da raiva, e um olhar um tantinho alegre sobre a vida. Nesse momento das conversas, vejo canto da boca, vejo um pequeno sorriso surgindo em Zezé, Luzia e Valéria.

Trançar as histórias delas é saudar a vida dessas mulheres e de tantas outras pessoas que resistem, é evidenciar que a luta delas por sobrevivência é uma determinação e não uma escolha, é visibilizar o pouco possível, dentre os diversos outros esforços já realizados, como as realidades vividas, a crueldade e a desumanidade presente nos desastres-crimes.

Falar dessas e com essas mulheres é uma forma de dizer para Valéria, Zezé e Luzia como elas são admiráveis, como suas histórias e lutas são fundamentais e espelhos para tantas outras, como a construção dessa história coletiva de resistência é essencial para todos que acreditam em outras formas de sociedade e de construção de vida.



# 5

## Intercâmbios entre Brasil e Moçambique:

---

*articulando territórios, lutas e sonhos*

Larissa Cabral

## Introdução: Intercâmbio para (re) existir

O diálogo Sul-Sul é um dos eixos centrais para a capilaridade e a incidência internacional da Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV). Destaca-se, nesse processo, a parceria com diversas organizações moçambicanas que a integram desde a sua criação, como a Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC)<sup>[49]</sup>, a Justiça Ambiental (JA)<sup>[50]</sup> e a Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU)<sup>[51]</sup>. É no diálogo entre essas organizações moçambicanas e as brasileiras - em especial a Justiça Global, o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs) e a Justiça nos Trilhos (JnT) - que, ao longo da última década, foram feitas diversas ações coletivas, dentre as quais destacamos, neste capítulo, a realização dos intercâmbios entre Brasil e Moçambique.

Os intercâmbios são espaços de encontros que possibilitam a troca de experiências, afetos, lutas e sonhos. Como já apresentado no primeiro capítulo desta publicação, eles são instrumentos fundamentais que fazem parte da estratégia política da AIAAV. É a partir do vivido, da realidade compartilhada, que se se criam os processos de fortalecimento e identidade que tecem a rede dos atingidos e atingidas pela Vale. Mas os intercâmbios nem sempre tiveram um lugar previamente pensado dentro da Articulação. Na verdade, a organização de intercâmbios como atividades planejadas e como eixo de ação na AIAAV são desdobramentos de um longo e contínuo processo de trocas “informais”, as quais dão origem à Articulação.

[49] É uma organização da sociedade civil moçambicana de advocacia, não-governamental e sem fins lucrativos, de âmbito nacional, com sede na Cidade de Tete. Fundada há mais de 15 anos, a ONG tem foco na proteção e defesa dos direitos das comunidades locais vulneráveis.

[50] Sediada em Maputo, a Justiça Ambiental (também conhecida pelo acrônimo JA!) é uma ONG moçambicana fundada em 2004 a partir da preocupação em relação ao aumento do investimento estrangeiro no país antes de haver uma democracia consolidada e uma regulamentação interna capaz de proteger a população e o meio ambiente.

[51] Organização da sociedade civil fundada em 2007 por jovens estudantes universitários com o objetivo de impulsionar os focos da consciência cidadã e a agenda de desenvolvimento local com foco nas comunidades rurais.

A relação com Moçambique começou em 2010, quando a Justiça Ambiental veio para o Encontro Internacional que se desdobrou no nascimento da AIAAV como ator político. De lá para cá, muitas foram as trocas informais e descentralizadas possibilitadas pela relação direta entre alguns militantes das organizações. Dessa forma, merecem destaque os intercâmbios entre os(as) trabalhadores(as) e os(as) líderes sindicais do Brasil, de Moçambique e do Canadá, a partir da aproximação do Sindicato *United Steelworkers* Canadá com as organizações moçambicanas que, em 2011, culminou no Encontro Tripartite Moçambique-Canadá-Brasil. Depois, em 2012, pesquisadoras do Instituto Pacs estiveram em Moçambique, apresentando-se também como militantes da Articulação.

O contato e os deslocamentos de militantes e pesquisadores brasileiros e moçambicanos para reuniões nos assentamentos e vivências nos diferentes territórios foi levantando a ideia de construir um processo mais consolidado e intencionado de troca não somente entre esses representantes, mas também entre os grupos atingidos dos dois países. Dessa forma, os intercâmbios permitem que os atingidos e atingidas partilhem suas vivências, pois, embora estejam em territórios com realidades e contextos diferentes, são atravessados por violações e lutas comuns.

Em novembro de 2019, integrantes da ADECRU e da Província de Nampula, Moçambique, estiveram no Brasil para conhecer o Quilombo Santa Rosa dos Pretos<sup>[52]</sup>, no Maranhão. A Província moçambicana é cortada pelo Corredor Logístico de Nacala<sup>[53]</sup>, que atinge diversas comunidades. Por sua vez, a comunidade quilombola de Santa Rosa dos Pretos convive, desde 1980, com as violações e os impactos da Estrada de Ferro de Carajás. O território maranhense possui, atualmente, mais de 600

[52] Santa Rosa dos Pretos é uma comunidade quilombola localizada no município de Itapecuru Mirim, Maranhão. O povoado, juntamente com os povoados Boa Vista, Pirinã, Barreiras, Leiro, Centro de Águida, Fugido, Barreira Funda, Sítio Velho, Picos I, Picos II, Curva de Santana e Alto de São João, mais Matões, Fazenda Nova, Pindaíba e Conceição formam o Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos.

[53] O Corredor Logístico de Nacala liga Moçambique ao mar, passando pela República do Malaui. A Vale S.A. é uma das acionistas do projeto logístico.

famílias que sofrem violações de seus direitos socioambientais devido às operações da ferrovia da Vale, que provoca assoreamento de igarapés, impacto na segurança alimentar da comunidade, poluição sonora e do ar e interferência nas dinâmicas sociais. Além disso, o aumento do número de trens e a parada constante dificultam a mobilidade das pessoas e há riscos de atropelamentos.

Tendo como questão de fundo as ameaças que sofrem com esses grandes empreendimentos, esse intercâmbio, em 2019, cumpriu um importante papel de ampliar as capilaridades, a atuação e a solidariedade internacional, e culminou ainda na participação dos representantes de Moçambique na Pré-Audiência do Tribunal Permanente dos Povos em defesa dos Povos do Cerrado, onde compartilharam um pouco da realidade do país e as questões que envolvem o Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSAVANA).

Diante do contexto da pandemia de Covid-19, os intercâmbios entre Brasil e Moçambique seguiram acontecendo de maneira virtual. Em maio de 2021, em parceria com a Justiça Ambiental (JA), foi realizado o Intercâmbio entre as Juventudes de Brasil e Moçambique, colocando em discussão a pluralidade dessa juventude atingida, entendida não somente pela faixa etária, mas a partir de vários símbolos, estereótipos e expressões que variam com o tempo, o espaço e as formas de interação.

O evento objetivou contribuir com o protagonismo das juventudes atingidas pelos megaprojetos, com a luta em defesa de suas comunidades e da natureza, e com o fortalecimento de uma rede de solidariedade entre os territórios. A comunicação entre os e as jovens de diversas regiões do Brasil e de Moçambique se evidenciou também nas manifestações culturais, bebendo da fonte da cultura popular, da ancestralidade e da espiritualidade originária, elevando a consciência das juventudes em relação à diversidade de expressões culturais e a como isso se conecta com a defesa dos territórios.

Ainda em 2021, no mês de outubro, foi realizado mais um Intercâmbio entre Brasil e Moçambique, no âmbito da AIAAV. O evento foi organizado em parceria com a Associação de Apoio e Assessoria Jurídica

às Comunidades (AAAJC) e a pauta tinha questões relativas às violações de direitos humanos e da natureza, objetivando contribuir com os processos de denúncia internacional acerca da atuação da Vale S.A. nos dois países, em especial, com os processos que envolvem a saída da mineradora do território moçambicano<sup>[54]</sup>.

Intercâmbio é troca, escuta, oralidade e partilha. É ensinar e aprender com o outro. É ser semente e ser plantio. Ensinos passados ao longo do tempo, usando cantos e rimas, toques de tambores e resistência da poesia. Símbolos de lutas no tempo. Intercâmbio é se conectar não apenas pelas violências em comum, mas, sobretudo, pela vida. **“Por mais que a gente não tenha a mesma realidade, elas são semelhantes. Em algum ponto a gente se encontra”**, como comenta uma atingida participante do Intercâmbio entre Brasil-Moçambique, realizado junto à Justiça Ambiental, em maio de 2021.

É a partir das reflexões coletivas feitas nesses encontros que o presente capítulo se desenha, trazendo alguns eixos e temáticas que assumem proeminência nesse processo de partilhar as experiências. Dessa maneira, as próximas seções estão organizadas em três eixos que nos permitem discorrer sobre as discussões elucidadas nessa construção e sobre alguns caminhos que se desdobram dela, a saber: 1) resgate da ancestralidade; 2) questões étnico-raciais, autonomia das mulheres, protagonismo das juventudes; e 3) fortalecimento da rede e denúncias no âmbito internacional.

## A África que habita em nós: (re)encontros com a ancestralidade

“Ficamos plenos de esperança, mas não cegos diante de todas as nossas dificuldades. Sabíamos que tínhamos várias questões a enfrentar. A maior era a nossa dificuldade interior de acreditar novamente no valor da vida. Mas, sempre inventamos a nossa sobrevivência” **(Conceição Evaristo)**.

[54] Veja mais: *Club of Mozambique - Brazil's Vale to divest troubled coal assets in Mozambique*, publicado em 21 de janeiro de 2021.

Brasil e Moçambique são países de natureza e cultura fantásticas, marcados por uma grande diversidade material e simbólica, que pode ser observada nas diferenças de Norte a Sul de ambos os territórios. São países conectados também por processos históricos de violações de direitos e carregam as dores da colonização europeia – em especial, portuguesa, da escravidão e o racismo, do saqueio pelas grandes potências e da história de uma elite que sempre concentrou o poder em suas mãos.

Moçambique fez parte da última rota do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, rota essa que não foi acionada durante o período mais intenso da escravidão pois, por estar o país situado no sudeste africano, o traslado exigia um percurso muito grande. Foi somente quando a Inglaterra intensificou a repressão aos navios negreiros, principalmente em Angola, que Moçambique se tornou uma opção para a continuidade do tráfico humano, organizado de maneira tardia e ilegal.

Como desdobramento desse processo, principalmente a partir da década de 1790, moçambicanos e moçambicanas começaram a se disseminar pelas Américas, em especial pelo Brasil, de modo que as memórias da escravidão e do colonialismo português se misturam nos dois países. Assim, podemos afirmar que as histórias desses territórios se entrelaçam e nos mantêm em conexão. A África que habita em nós é múltipla. Foi aqui nesse chão, que hoje chamamos de Brasil, que povos de diferentes partes da África se encontraram. Aqui se casaram, trocaram seus valores, suas histórias, suas tradições, sua maneira de tocar e de fazer música, sua maneira de narrar a história, de comportar-se. Esse encontro é parte do que nos constitui.

As dores da colonização e da escravidão estão vivas até hoje na história, nos nossos corpos e nos nossos lugares de memória. Mas, a partir de processos de resistências e do entendimento de que a história eurocêntrica não é a nossa história, esse sofrimento também deu lugar para a afirmação da cultura que compartilhamos. Nós, desse lado do mundo, nas Américas, em especial, no Brasil; do lado de lá, africanos e africanas, como os de Moçambique.

Assim, pensar num intercâmbio entre Brasil e Moçambique é, antes de tudo, pensar no reencontro com as origens. É resgatar a ancestrali-



dade negra, o orgulho da cor da pele, do cabelo, da boca, do nariz. Das estampas das roupas à religiosidade. Várias das coisas que ao longo dos séculos da construção e da formação brasileira nos foram tomadas, questionadas, desqualificadas, e até mesmo desumanizadas, são ressignificadas nesses intercâmbios.

**“Nosso corpo é raiz, segredo, forjamento, pedra da memória coletiva. Ancestralidade. Sou corpo preto, equilíbrio, ação. Eu sou a verdade visível de um mundo onde nada se pode ver. Sou ancestralidade, a continuidade de milhões de histórias, a memória da vida”** (Trecho de poema declamado durante o Intercâmbio de Juventudes Brasil e Moçambique, por uma liderança jovem do Quilombo Santa Rosa dos Pretos, Maranhão, Brasil).

Nesses encontros, **“além das denúncias das diversas violações e das dores partilhadas, a gente percebe também as manifestações culturais”**. São as festas, os cancioneiros e as musicalidades que se assemelham de um lado e de outro do Atlântico, e não por acaso, mas porque esses mesmos barcos que traziam as pessoas em cativo, traziam também ideias, crenças, formas de ver o mundo, formas de dançar, de cantar, instrumentos musicais. São as heranças que essas pessoas, arrancadas de seus territórios, traziam consigo. Quando nada mais podiam carregar, eram seus próprios corpos que falavam, suas memórias que mantinham vivas a esperança que carregamos até hoje.

## Brasil e Moçambique: territórios atravessados pela mineração

A África é um dos continentes mais antigos do planeta. A formação geológica da superfície africana, provavelmente, originou-se no período situado entre 3,6 bilhões e 300 milhões de anos (MACEDO, 2015). De acordo com Macedo (2015), essa antiguidade da sua formação geológica possibilitou que o continente produzisse grandes volumes de massas rochosas, chamadas de crotões, os quais preenchem mais da metade da superfície africana e abrigam superfícies minerais riquíssimas. Segundo

o autor, algumas partes do continente possuem reservatórios minerais aparentemente inesgotáveis de ouro e diamantes, bem como platinas e outros minerais raros, o que acarretou, ao longo dos séculos, no desejo dos negociantes e, atualmente, segue despertando o interesse das grandes corporações transnacionais, como é o caso da Vale.

Testemunha do tempo. Árvore da vida. Assim são conhecidos os Baobás ou Embondeiros, fonte de alimento, sombra e de elo com a ancestralidade negra e a cosmologia de territórios do continente africano. Na província de Tete, em Moçambique, o seu fruto, de sabor agri-doce e potencial nutritivo, ganha o nome de “malambe”. É uma árvore que atravessa milênios, que carrega em seu tronco a firmeza na terra, o pertencimento, presença do ontem e do hoje. Não por acaso, foi o símbolo trazido pelos jovens das comunidades de Tete ao se apresentarem no Intercâmbio de Juventudes entre Brasil e Moçambique, que aconteceu nos dias 15 e 16 de maio de 2021, em formato virtual, junto a outros jovens que estão em resistência contra as violações provocadas pela mineração e megaempreendimentos em seus territórios.

Com a exploração desenfreada da extração do carvão pela Vale Moçambique, os Baobás vêm sendo eliminados dos territórios de Tete, ficando cada vez mais difícil encontrar o malambe. Por ser uma árvore que cresce durante centenas de anos, quem planta um baobá, não o vê grande, fica para as seguintes gerações poderem sentar-se sob sua sombra e comer do seu fruto. Assim, ao arrancar um baobá da terra, a Vale não somente destrói o ambiente, como também arranca os referenciais e os sentimentos de pertencimento que são passados de geração a geração. A violência da mineração nos territórios é contra a terra, os corpos, as identidades, as memórias e as narrativas.

Os intercâmbios entre Brasil e Moçambique, organizados pela AIAAV, possibilitam o (re)encontro de ancestralidades, a disposição para a luta coletiva e para a construção conjunta de horizontes de bem-viver. Esses encontros são a prova de que as trocas e partilhas experimentadas por nossos ancestrais continuam vivas em nós.

## Atuação da Vale no Brasil e em Moçambique: chãos distintos, impactos e lutas comuns

Para contextualizar melhor o cenário em que se realizam os intercâmbios, é importante traçar um panorama das violações de direitos humanos cometidas pela mineradora Vale no Brasil e em Moçambique. Em Moçambique, as ações da Vale foram iniciadas em 2004, num contexto de pós-guerra civil, com a exploração de minas em Moatize, na província de Tete. A região foi eleita por ser rica em bens da natureza, como carvão, ferro e ouro. Desde então, comunidades tiveram de ser reassentadas compulsoriamente e em lugares distantes, sob a argumentação oficial de que, assim, não sofreriam as consequências das atividades da mineração – como se a própria desapropriação já não fosse, em si, um impacto dos mais violentos às populações.

A província de Tete detém uma das maiores reservas de carvão mineral de todo o hemisfério Sul, com cerca de 23 gigatoneladas (Gt), mas segue empobrecida por falta de leis e vontade política capazes de promover um desenvolvimento sustentável. **“A maior parte das comunidades no país, incluindo em Tete, vivem ainda abaixo da linha da pobreza, num ambiente de exploração desenfreada de recursos e de desrespeito à dignidade humana”**, como denunciou uma representante da Justiça Ambiental, numa das discussões feitas durante o Intercâmbio realizado em maio de 2021.

Comunidades tiveram de ser reassentadas compulsoriamente em lugares distantes sob a argumentação oficial de que, assim, não sofreriam as consequências das atividades da mineração – como se a própria desapropriação já não fosse, em si, um impacto dos mais violentos às populações.

As diversas organizações de Moçambique, envolvidas com os direitos humanos e da natureza e que integram a AIAAV, criticam a narrativa da Vale ao denunciar que, ao contrário do que propagandeia a mineradora, não há melhorias na renda e na qualidade de vida das comunidades moçambicanas. Também foram denunciadas as ações enganosas da empresa, que constrói casas de qualidade precária para os(as) reassentados(as) e as distribui em terras não aráveis, compromete-

tendo a soberania alimentar desses grupos. Além disso, tal processo impactou as dinâmicas de deslocamento e a segurança das pessoas, agora mais expostas a roubos e violências diversas em seus trajetos até a Vila Moatize e Tete.

As organizações moçambicanas denunciam o abandono em que se encontram as comunidades impactadas pela mineradora: suas formas de convivência **“foram entregues à sorte”**. De igual maneira, as comunidades de Catete, Nchenga, Mpandue, Mphonde, Bagamoio, entre outras, vivem em um ambiente **“deplorável e de desespero”**, devido a várias irregularidades, tais como falta de reassentamento, poluição sonora e crescente degradação ambiental (dos rios, do ar e do solo), sob o olhar impune do governo moçambicano. Outros problemas que se desdobram desse processo são: o fraco envolvimento da comunidade nas consultas comunitárias, os conflitos envolvendo indenizações e a repressão policial às manifestações populares.

No cenário brasileiro, a situação não é diferente. Fazendo um recorte para o estado do Maranhão, é possível perceber que, na base da atuação da mineradora, desponta a articulação de percepções, conhecimentos e impressões sobre o que é o Corredor Carajás na vida das pessoas que o circundam. Assim, a AIAAV toma como exemplo a Ferrovia Carajás como símbolo emblemático de como a Vale atua para a exploração ininterrupta de ferro e seus lucros. Afinal, trata-se de um empreendimento feito para escoar a produção da maior mina de minério de ferro a céu aberto no mundo, operada pela companhia no sudoeste do Pará.

A representatividade do Projeto Carajás também se reverbera em números: em 2020, a companhia Vale reteve 45,7% de todo o faturamento do setor mineral brasileiro, tamanha a concentração de suas atividades e poder (AIAAV, 2021). Tendo em vista que dados quantitativos como esse são costumeiramente mobilizados pela empresa em sua narrativa de promoção à economia nacional, o desafio das articulações populares é mostrar, a partir das vivências dos e das atingidas, que esse desenvolvimento se pauta na desigualdade e na destruição da natureza e, portanto, na destruição da vida.

Como dito por uma liderança quilombola durante um dos intercâmbios, o projeto da Vale **“é um projeto que des-envolve, des-articula e destrói”**. Isso posto, cabe abordar os diversos outros conflitos trazidos pela Vale e por outras mineradoras aos territórios onde se instalam. Nesse contexto, como denunciado nos Intercâmbios, cabe um recorte: salientar como a estratégia de exploração e dominação dessas companhias afeta, sobretudo, a vida e os corpos das mulheres e das meninas. As mulheres, principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo<sup>[55]</sup> e gestão do espaço doméstico, sofrem impactos diferenciados da mineração, os quais precisam ser debatidos e visibilizados. A questão da água espelha, em si, essa realidade.

A mineração demanda enormes quantidades de água para seu funcionamento, o que, unido ao percurso da estrada de ferro, compromete o ciclo vivo da água e os modos de sobrevivência dos territórios. Em cenários de escassez, as mulheres são as mais afetadas. De onde extrair água para beber, cozinhar e lavar roupas? Como garantir os peixes que nutrem a comunidade com rios adoecidos? Esses são alguns dos questionamentos feitos pelas mulheres atingidas pelo Corredor Carajás (Maranhão), pelo Corredor Logístico de Nacala na Província de Tetê (Moçambique), também pelas atingidas pela Siderúrgica Ternium Brasil, antiga Thyssenkrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), localizada no bairro de Santa Cruz (Rio de Janeiro, RJ). Tais depoimentos são permeados por lamento e saudade dos igarapés e mar limpos e dos rios abundantes de outrora. Hoje, se não morreram ou secaram, estão gravemente ameaçados pelos megaprojetos.

Para além de materializar os danos e as dores da mineração no Brasil e em Moçambique, os Intercâmbios são espaços para pensar nessas denúncias como manifestação de resistência e esperança presentes

[55] Chamamos de reprodutivo o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado que, historicamente, tem sido imposto às mulheres e que foi socialmente construído como um atributo natural da pisque e da personalidade feminina. O trabalho reprodutivo é fundamental para o capitalismo e, embora não seja reconhecido, está intimamente ligado à produção de mercadoria, uma vez que é indispensável para o barateamento do preço da força de trabalho.

nas vozes das mulheres, das juventudes, de atingidas e atingidos que não se calam, daqueles que protagonizam o enfrentamento à Vale. No Brasil, as companhias acionam as mulheres a partir de uma relação muito clientelista e patriarcal (promessas de construção de cisternas, hortas e banheiros secos, por exemplo). Aquelas que contestam e não se rendem são assediadas e processadas. Caberia, ainda, articular e enriquecer o debate sobre o machismo presente não só na ação empresarial, mas no interior das próprias comunidades, o qual é explorado pelas companhias para enfraquecer a unidade popular.

Para isso, é preciso entender esses conflitos também a partir de uma concepção de raça, uma vez que a maioria dessas mulheres são negras e, muitas delas, quilombolas. Em geral, são elas e as juventudes que podem e estão liderando os movimentos de solidariedade popular e resistência criativa às violações de direitos pelas corporações e ao extrativismo empresarial, em defesa dos territórios, da mãe-Terra e da vida. Desse modo, fica ainda mais evidente a importância da troca de experiências que gera conhecimento, práticas e atuações transformadoras nas comunidades.

**Antigamente, antes da chegada da Vale, meus pais, meus avós, tinham terras férteis perto deles. Eles capinavam, traziam comida, serviam para toda uma geração. Eles doavam terras para os filhos e netos. Uma terra que era rica pra gente. Então, com a chegada da Vale, acabamos sendo arrancados pelo governo para dar espaço à exploração de carvão. Nós tínhamos terra para capinar, tirar lenha, fazer caça. Toda essa terra foi levada pela mineração. Não tem mais de onde tirar, tem que comprar** (Moçambicano da província de Tete, em um dos Intercâmbios).

Esses relatos se repetem também no Brasil, em territórios que possuem um histórico de saque e de poluição de suas terras, águas e ar. Territórios cortados por linhas de trem, por estradas e pelos grandes dragões de ferro, onde os moradores são deslocados das terras tradicionais para locais inférteis ou sem qualquer qualidade de vida.

**“O que aflige nesses vários territórios, a gente sabe que é o capital. Esse modelo de sociedade sempre produz mercadoria para produzir dinheiro, e não produzir qualidade de vida e desenvolvimento humano”,** como diz um jovem da comunidade de Serviluz, em Fortaleza, Ceará, que vem sofrendo com ações da especulação imobiliária em seu território, localizado à beira-mar. São nesses territórios que atingidos e atingidas vem se articulando em resistência, criatividade e junção de ideias e experiências contra a mineração e, em uma escala mais ampla, contra o modelo de desenvolvimento capitalista.

Durante os intercâmbios, aparecem diversos relatos sobre a importância de aprofundar o conhecimento das pessoas sobre suas próprias comunidades por meio das trocas, do fortalecimento das identidades, do protagonismo das juventudes, das mulheres e dos povos originários, agindo a partir da sabedoria que vem da terra e dos ancestrais. **“Somos outra coisa, uma identidade que tem a ver com outro entendimento. Tem a ver com a ideia do pertencimento, a relação com a terra, de saber o seu lugar, de saber o que te antecede, de saber que você é uma semente que irá alimentar quem vem depois de você”,** diz uma quilombola de Santa Rosa dos Pretos, zona rural do município de Itapecuru-Mirim, Maranhão.

Os Intercâmbios são momentos de troca de experiências que buscam criar um lugar onde é possível estar, garantir a vida no território, resistir e se autodeterminar, produzir e colher o alimento. O saber da terra vem das trocas feitas entre a filha de agricultores do Maranhão, ao refletir sobre lições vindas dos mais velhos e que hoje fomenta toda uma rede de agroecologia na região, e as experiências comunitárias moçambicanas. A autonomia e a soberania alimentar também agem como força motriz para a articulação. **“Não podemos perder mais coisas, mas sim produzir com o que temos. A única solução é trabalhar a terra, entender a necessidade de plantar”,** como comentou uma atingida.

As afirmações de protagonismo da juventude estiveram sempre presentes nos relatos dos participantes dos encontros. **“Ser jovem é tomar uma decisão. Queremos representar ou ser representados?”,** questiona uma das participantes, da comunidade Piquiá de Baixo, no município de Açailândia, Maranhão. A atingida reflete sobre a importância

de fazer uma contra narrativa aos discursos disseminados pela Vale S.A., que impacta a comunidade há pelo menos 40 anos, juntamente com siderúrgicas que se instalaram na região para transformar o minério que a empresa extrai e transporta.

Dentre suas ações partilhadas durante os intercâmbios, os e as jovens falam sobre a importância de consciência e compreensão do corpo, da criatividade e do intelecto como escudo e como força. **“O nosso corpo é uma proteção. Ele é a nossa arma que nos ajuda a produzir a transformação. É um corpo que lida com um estado, com instituições, com empresas muito violentas. É preciso cuidar do nosso intelectual, mas é preciso cuidar também do nosso corpo”**, diz uma das participantes, demonstrando a importância de despertar o corpo-território. Corpo esse que precisa estar em aliança com outros corpos e outras mentes. **“Territórios livres de megaprojetos está muito ligado à nossa capacidade de organização. Individualmente, é quase impossível conseguir, mas juntos é muito difícil eles nos derrubarem”**, afirma uma integrante da Justiça Ambiental, de Moçambique.

### À guisa de conclusão: desdobramentos e caminhos

As empresas mineradoras compõem conglomerados econômicos com grande capacidade de mobilizar recursos jurídicos, financeiros e sociais, e o próprio aparato estatal a seu favor. Dessa forma, o enfrentamento das violações de direitos humanos provocadas por suas atividades demanda a articulação de instrumentos jurídicos e extrajurídicos que tenham como pano de fundo uma base social engajada e atuando como protagonista desse processo.

Nesse sentido, vale mencionar que as trocas de experiências entre os territórios e as entidades que compõem a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale não são um fim em si mesmas, de modo que podem se desdobrar e culminar em denúncias a órgãos internacionais (Sistema ONU e Sistema Interamericano de Direitos Humanos), em pedidos de audiências, produção de conteúdo e incidência nos meios de comunicação para diálogo com a sociedade, provocação das instituições de justiça, produção de relatórios de direitos humanos,



ações diretas e coletivas de enfrentamento à empresa e participação nas Assembleias de Acionistas da Vale, como acionistas críticos.

Enfim, é preciso ocupar os espaços. Desde a construção das estratégias, passando por sua concretização por meio de falas para Estados e autoridades, até o retorno ao território. Os encontros tratam de dar nome às pessoas, de evidenciar seus laços, suas histórias e os impactos em seus territórios, mostrando que não se trata de números, mas de vidas com um emaranhado de sonhos e relações. E, para a AIAAV, somente com a participação ativa e o envolvimento de atingidas e atingidos isso será possível.

*“Que a luta siga! De mãos dadas estamos”*. Assim, a organização dessa rede internacional de solidariedade e luta, desde o Sul Global, é a mola propulsora dos intercâmbios e desperta, nos e nas participantes, o interesse em fortalecer os laços entre Brasil e Moçambique. E, por consequência, fortalece a própria AIAAV.



# 6

## Histórias de resistências ao Projeto Grande Carajás

---

Marina Praça

*Clama terra, céu e mar  
E o mundo silenciou  
Clama terra, céu e mar  
E o mundo silenciou  
Essa é uma grande travessia  
Para viver o mundo novo  
Essa é uma grande travessia  
Para viver o mundo novo.*

Canto de Anacleto Pires<sup>[56]</sup>

[56] Anacleto cantou essa composição de resistência ao vírus da Covid-19 em nossa conversa. Ela perdeu a mãe e sofreu de Covid. Cantou pela ancestralidade de sua mãe e para olharmos o mundo e a dor que nos atravessou. Uma travessia que Anacleto espera que gere reflexões e aprendizados: "De silenciar o mundo a partir do seu inteiro é nós juntos construirmos esse mundo novo que está em nós e que é nossa responsabilidade".

Contar a história da luta contra a Vale S.A. e outros megaprojetos da cadeia da mineração e da siderurgia no Pará, no Norte do Brasil, e no Maranhão, na região Nordeste, é se aprofundar naquelas terras, sentir as raízes que saem dos pés e tornam-se chão, é aproximar-se da destruição e dos corpos marcados pela dinâmica do Capital. E resistir é estar em guerra permanente pela vida. Conversar com os guerreiros que ali estão – Anacleta, Félix, Mikael e Charles – foi um privilégio, pela possibilidade de conectar fios que compõem essa imensa luta e construir conhecimentos a partir desses encontros.

Anacleta Pires é a força de hoje, ontem e amanhã, corporificada e vivida em luta. Um corpo-natureza, negro e quilombola, no qual a ancestralidade e a resistência são permanentes. Faz parte da territorialidade pertencente ao continente africano da tabanca Caió, da cidade de Cacheu, na Guiné Bissau e hoje está aterrada no Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos, em Itapecuru Mirim, no Maranhão. Uma liderança quilombola referência para os mais novos, carrega a sabedoria de quem luta pelos bens comuns e pela natureza desde sempre, é presente na luta em seu território, mas também na criação de diversos espaços coletivos a nível estadual e nacional<sup>[57]</sup>: **“Sou uma defensora dos direitos humanos e da natureza. São 38 anos de luta. A partir da força que carregamos, quem tenta nos silenciar não consegue. O pertencimento e a luta são sentimentos muito fortes do nosso ser vital”** (Anacleta Pires).

**“A história da minha família fala muito sobre quem sou”**, diz Félix, o Neginho das Palmares. Ele é filho da terra e da luta por ela. Nasceu no Maranhão, atravessou espaços e tempos, cresceu e viveu com a luta pela terra sendo sua guia. Os pais eram agricultores rurais analfabetos e sem-terra. Migraram para o Pará quando ele tinha um mês. Aos cinco anos

[57] Anacleta participou da criação e atua junto a diversos espaços coletivos de luta, como a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ), a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), a União das Associações de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Município de Itapecuru Mirim/ Maranhão (UNIQUITA), Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, dentre outros movimentos e articulações.

de Félix, os pais se separaram. A mãe decidiu ficar na cidade e alfabetizar os filhos mais novos e o pai foi para a roça. Em 1995, quando tinha nove anos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tornou-se sua morada. Mais tarde, passou a integrar o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). Foi através do MST que, junto a sua mãe e seus dez irmãos, ocupou e se tornou assentado no Assentamento Palmares, em Parauapebas-Pará, onde vive há 27 anos. Ao mesmo tempo, com a inserção no MST e no MAM, Félix construiu sua segunda morada, a identidade coletiva de luta. Quando mais velho, como todos os demais da região, virou operário nas empresas terceirizadas da Vale e passou a viver de forma mais intensa os impactos da cadeia da mineração e a luta como trabalhador. Seu nome de nascença é Antônio Marcos da Conceição Santana, mas seus apelidos ganharam vida. A própria Vale o denomina Félix em processos judiciais travados contra ele.

Mikaell Carvalho nasceu no Piquiá de Baixo, no município de Açailândia, no interior do Maranhão, localidade onde a Vale S.A. e mais cinco empresas siderúrgicas transformaram a vida em contaminação, poeira de minério e barulho permanente de trem. Aquela era sua vida. Mas, ainda jovem, a cultura, o teatro e o estar em coletividades o mobilizaram e tornaram a luta por seu território algo inerente a quem ele é. Hoje, faz parte da organização Justiça nos Trilhos (JNT)<sup>[58]</sup> como coordenador de trabalho e relações. A história de Mikaell se mistura com a da JNT, organização presente em outros capítulos desta publicação. Ele é criatura e criador da organização, pois cresceu e se transformou junto com a JNT.

Charles Trocate é paraense, nasceu em Castanhal e se mudou aos 5 anos, em 1982, para o sudeste do Pará. A mudança ocorreu porque sua mãe precisava “ganhar dinheiro”, segundo o que ouvia na época. Primeiro, foram para Curionópolis e, dois anos depois, para Parauapebas. Buscar trabalho era o objetivo da família e esse foi o caminho que eles segui-

[58] A Justiça nos Trilhos é uma organização que atua em direitos humanos e direitos da natureza em Açailândia, no Maranhão. Surgiu em 2007, como uma Campanha que unia movimentos sociais, sindicatos, universitários e lideranças comunitárias na reivindicação por indenizações e reparações integrais pelos danos provocados pela Vale e pelo Complexo Siderúrgico instalado em Açailândia.

ram até se tornarem Sem Terra, em 1992. Com o MST, eles ocuparam a Fazenda de Rio Branco em Parauapebas e viraram militantes. Charles tem décadas de movimento. Tornou-se uma liderança fundamental na região e foi um dos “criadores” do MAM. Uma das pessoas que entendeu que a questão da mineração precisava estar no centro da luta do povo no Pará e em todo Brasil. O tempo de Charles e de sua família na região acompanham o crescimento da Vale e as transformações vivenciadas em diversas escalas.

A partir dessas histórias, conheceremos o contexto de conflito do Grande Projeto Carajás, que abrange os conflitos da Estrada de Ferro Carajás. A proposta não é se aprofundar na estrutura do Projeto Grande Carajás, pois há outros materiais de cunho técnico e teórico que cumpram essa função<sup>[59]</sup>. Aqui, contaremos as resistências à Vale, vindas da trajetória desses sujeitos em suas coletividades.

## Projeto Grande Carajás atravessando a história e a floresta

O Projeto Grande Carajás é um símbolo nacional, pela grandiosidade do empreendimento e pela história que há por detrás. Carajás é o maior complexo de minério da Vale e do país, com ampla diversidade de minérios e a maior ferrovia acoplada. Uma versão da história diz que a região minerária foi “descoberta acidentalmente” em 1967, por um pouso de emergência de um voo de uma empresa americana. Alguns dizem que é um boato, para dar um tom novelesco à história e disfarçar o projeto já pensado para a região pelos militares em plena ditadura cívico-empresarial militar no Brasil (1964-1985).

O que é inquestionável é que ali encontrava-se uma das maiores reservas de minério de ferro do mundo e, em menor escala, de outros minérios (cobre, bauxita, manganês e níquel). Nesse contexto, Carajás tornou-se um exemplar perfeito para a ocupação da Amazônia pelos chamados megaprojetos de desenvolvimento, isto é, um empreendi-

[59] Destacamos o livro recente, publicado no final de 2021, pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, chamado *Quatro décadas do Projeto Grande Carajás: fraturas do modelo mineral desigual na Amazônia*.

mento imenso, com alto fluxo de capitais (nacionais e internacionais) composto por múltiplas estruturas e extremamente impactante social e ambientalmente. O discurso da “geração de riquezas e desenvolvimento para o país” era, e segue sendo, a justificativa para o desmatamento em massa, os conflitos por terra e territórios, a militarização e o controle territorial, os intensos fluxos migratórios, a urbanização da floresta e a geração de problemas sociais de grande magnitude, sem qualquer resposta do poder público.

Como dito acima, a territorialização da Vale em Carajás ocorreu no período da ditadura. A Vale, como outros projetos da época, tinha sua sustentabilidade garantida pelos empenhos do governo federal, que confluíam com interesses das potências econômicas mundiais. Politicamente, o respaldo era o crescimento do Brasil a partir da ocupação da “Amazônia Legal”.

O projeto “Amazônia Legal” (1953) instituiu o território de nove estados brasileiros, localizados no entorno da bacia amazônica, como área de interesse político nacional. A intenção era planejar e investir estrategicamente para garantir o desenvolvimento social e econômico da região e do país. Na ditadura, intensificou-se esse projeto, usando o conhecido slogan: “Amazônia: uma terra sem homens para homens sem-terra”, com incentivo à intensa migração de trabalhadores rurais de todo país (sobretudo os do Nordeste) para a construção da rodovia transamazônica e a ocupação das terras.

Na perspectiva econômica, o respaldo à espacialização e o investimento no território se dá a partir da criação, em 1966, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), órgão que surgiu para dinamizar a economia local. A SUDAM criou incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investidores privados, nacionais e internacionais para a região. O ponto de partida foi a mega obra de construção da rodovia Transamazônica, que abria caminhos concretos para a expansão da ideologia propagada pelo regime militar, do desenvolvimento e do progresso. A colonização das terras se dá por duas principais frentes: a instalação de grandes empresas, como a Vale e empresas automobilísticas; e a ocupação das terras pela pecuária, a partir da transformação

das terras públicas de médio e grande porte em fazendas de criação de gado no interior da região amazônica. Ambos com suporte da SUDAM.

\*\*\*

Nas rádios, na década de 1960, ouvia-se dos militares: “Ritmo de desenvolvimento, derruba-se as matas e aos poucos vai surgindo o leito da estrada. Mas não basta construir estradas, é preciso colonizar”. Era a ampliação das fronteiras econômicas e a ocupação por meio do que eles diziam ser a “integração do país”. Uma massa de migrantes, majoritariamente do Rio Grande do Norte e Ceará, mudou-se em busca de uma vida melhor. Na Amazônia, encontravam condições de trabalho desumanas para cumprir a tarefa de desbravar as matas e abrir a grande estrada. “Será uma vereda aberta aos nordestinos para colonização de uma região rica em vale férteis favoráveis à agricultura, pecuária e exploração de minérios. O coração da Amazônia é o cenário para que se diga ao povo que a revolução e esse governo são essencialmente nacionalistas. Homens sem-terra do Nordeste para as terras sem homem da Amazônia”<sup>[60]</sup>, diziam.

Há histórias de famílias inteiras que viveram décadas à margem da construção da BR-230, a Rodovia Transamazônica, nos chamados “travessões”, sem nenhuma estrutura social: Sem escolas, sem posto de saúde, só terra para trabalhar. Era o desenvolvimento às custas do trabalho dos migrantes e a destruição dos ciclos da natureza e dos povos que ali viviam. As cidades cresciam de qualquer forma, saltos populacionais sem planejamento e sem direitos para os trabalhadores. E a total negação da existência dos povos que viviam ali antes das obras.

A cada avanço do desenvolvimentismo, repetia-se a sina do norte do país: a repetição do cruel imaginário de uma região “vazia”, como um oásis a ser conquistado e “humanizado”. A intenção era apagar do mapa as populações que lá habitavam (e seguem habitando), suas for-

[60] Trechos de áudios da época retirados do Podcast Altamira – Episódio 2: “Os Poderosos”. O podcast faz parte do Projeto Humanos, dedicado a contar histórias reais, de pessoas reais. Produzido por Ivan Mizanzuk. Disponível em: <https://www.projetohumanos.com.br/temporada/altamira/>. Acesso em: 21 jun. 2022.



mas de viver e de se relacionar com a floresta. Comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e extrativistas soterradas pelos projetos que, como diz Anacleta e outros seres das florestas, os des- envolvem de suas terras. Ela defende a permanência e o envolvimento: **“Sempre vamos agradecer a vida em abundância e dignidade em meio à natureza. Mas as mazelas do desenvolvimento nós não aceitamos. Queríamos que as coisas boas do desenvolvimento fossem a bandeira do envolvimento que defendemos. Precisamos acreditar que é possível viver sem perder as relações com a natureza. O desenvolvimento é a reprodução da colonização que muda a vida, fala e escrita. Precisamos descolonizar, não aceitamos o que nos mata e mata nossas formas de ser”** (Anacleta).

\*\*\*

A floresta como uma relação social que precisa mudar. A Amazônia nasceu sem o Estado brasileiro e o Estado brasileiro nasceu contra a Amazônia. A floresta é uma forma de relação social. Para alguns, o importante é se relacionar com a floresta, enquanto para a outra parte da sociedade, o importante é cortar a floresta. A sociedade produziu esse tipo de indivíduo, é preciso construir uma nova forma de existência e como ela se relaciona com a natureza. É possível e necessário uma sociedade cujo prazer não seja cortar e sim plantar. A mesma natureza que se exaure em função de um projeto de mineração pode continuar conversando e apresentando outras formas econômicas, que são diversas, que pressupõem a existência da diferença, da alteridade, do conhecimento do outro, e não a história única ou o monopólio. É necessário estimular o entendimento de que a Amazônia não pode apenas nos dar uma redenção de futuro, porque ela já é presente. Mas é preciso instigar, visto que os elementos jurídicos e institucionais desse Estado que nasceu sem a Amazônia e contra ela não se colocam de brincadeira, é uma dinâmica que se coloca para transformar essa região em uma rolagem perpétua do capital em mercadoria.

Essa forma de exploração é intolerante porque não tem a intenção de baixar-se ao nível das pessoas que produzem a economia de formas alternativas, que visualizam outras formas de existência (Charles Trocate).

## A Vale e Carajás: o megaprojeto “modelo”

A Vale, ainda como empresa estatal, chega à região amazônica exatamente no final da década de 1960, com o objetivo de explorar o melhor minério de ferro do mundo e “desenvolver” o país. Carajás torna-se o carro-chefe da empresa, onde investe-se no avanço tecnológico e de infraestrutura e, a partir daí, a Vale torna-se uma das principais mineradoras do mundo. Ergue-se, ao longo das décadas, numa região antes parcamente povoada, esse monstruoso projeto de extração, beneficiamento e escoamento de minérios, produzindo enormes consequências sociais e ambientais.

Hoje, o Complexo Minerário de Carajás é composto por unidades de exploração e outras infraestruturas assim distribuídas: nas Serra Leste (a primeira unidade foi aberta em 1985), na Serra Norte, na Serra Sul e na Serra São Félix, que produzem minério de ferro; a Mina Azul, que produz manganês; as Minas do Sossego e do Alemão, que produzem cobre; e níquel no projeto Onça Puma. As outras estruturas garantem a grande escala de produção, escoamento e venda, abarcando os polos siderúrgicos em Marabá (PA), Açailândia (MA) e Santa Inês (MA); a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PA); linhas de transmissão elétrica; e equipamentos de monitoramento, segurança e controle territorial. Além, é claro, da Estrada de Ferro Carajás (EFC), que leva os minérios até o Porto do Itaquí e o Porto de Ponta da Madeira, exclusivo da Vale, ambos em São Luís do Maranhão.

A EFC começou a ser construída na década de 1970 e foi concluída em 1985, com 892 km de extensão. A maior ferrovia do país percorre, aproximadamente, 27 municípios e mais de 100 comunidades. A maioria dos territórios cortados e atingidos por ela é de povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pesqueiras, campesinas), mas há, também, territórios urbanos. Em 2012, iniciou-se o processo

de duplicação da ferrovia, que a Vale chama de expansão por módulos (uma estratégia para facilitar o licenciamento). Atualmente, grande parte da ferrovia já se encontra duplicada. Por questões judiciais em defesa das populações atingidas<sup>[61]</sup>, a obra chegou a ser barrada em alguns momentos, mas teve continuidade após alegação de que a duplicação da EFC era uma obra de interesse público nacional.

O Projeto Grande Carajás, como tantos outros megaprojetos, atravessa populações, devasta a natureza e extingue formas de vida. Seu impacto vai do alagamento de uma vasta extensão territorial de terras indígenas, com a hidrelétrica de Tucuruí, à implementação violenta de uma ferrovia que corta terras indígenas e diversas comunidades a partir de Parauapebas (PA) até São Luís (MA), passando pelo estabelecimento dos três polos siderúrgicos que promovem a queima da floresta para produzir um único produto: o manganês. Esse projeto está ainda atrelado ao agronegócio que, assim como a mineração, cerca a terra, domina territórios, derruba floresta, contamina os solos e acaba com a biodiversidade local.

\*\*\*

Eles acabam com tudo. Acham que é possível pegar uma muda de um lugar, desalojá-la e colocar em outro lugar, mas corre o risco da natureza não aceitar e ela não terá vida. Eles dizem que vão refazer um igarapé e reflorestar. A natureza não precisa disso, ela precisa de respeito. Quando a gente olhava para o fazendeiro desmatando tudo e a gente dizendo: “Não derruba as palmeiras! Essa árvore centenária! Não derruba minha casa! Não me atira!”. Sempre foram muitas frentes de ataque e hoje seguem da mesma forma. Antes, pensávamos que era só o latifundiário pistoleiro que nos mataria, mas hoje sabemos que quem está na direção

[61] Nas áreas indígenas, por conta de estudos específicos de impacto ambiental, alguns trechos foram embargados. Movimentos sociais foram à justiça, alegando que a duplicação da EFC era ilegal, já que não respeitava os protocolos de estudos prévios, de consulta das comunidades tradicionais, previstas pela legislação da Organização Internacional do Trabalho – Convênio 169.

da Vale também mata. Com o projeto, muitos saíram da comunidade, foram para a cidade e não resistiram. Alguns voltaram. Aqueles que ficaram fortes têm a responsabilidade de ter um retorno no futuro. Eu só vivo o futuro pela junção do passado e do presente. Quando algum de nossos jovens morre, é a morte de nosso território, nosso parente, e ficamos enfraquecidos. Vivemos em um conflito agrário como antes, que dormíamos em um casebre e acordamos sem nada, porque eles passavam os tratores. Cada um ataca de um jeito, mas sempre de uma forma perversa (Anacleto).

\*\*\*

## Entrelaçamentos em grande escala: mineração, agronegócio e produção de energia

Como dito acima, para o estabelecimento da mineração, foi necessária a construção de uma cadeia única de exploração, a qual segue em constante expansão. A consolidação da oligarquia minerária, agropecuária e latifundiária foi algo previsto e necessário para a dominação e o controle das terras Amazônicas, garantida pela entrega, apropriação e grilagem de terras, exploração da natureza e dos trabalhadores, bem como pelo extermínio de qualquer resistência e alternativa a esse modelo. A produção de energia, a mineração e o agronegócio estão atrelados e se fortalecem nessa unidade. **“Projetos agregados são atraídos por Carajás e adentram em nosso território, como é o caso de três linhões de energia no assentamento. Uma da Belo Monte, outra da Xingu Rio e a terceira corta o território e produz energia exclusivamente para a mineração. Nossa organicidade garante direitos e as compensações, mas existem comunidades não organizadas, que eles passam o trator por cima e não recebem nada”** (Félix).

\*\*\*

Em nosso território, tem: a Estrada de Ferro Carajás da Vale S.A. duplicada, a Ferrovia Transnordestina, a rodovia BR-135 e cinco torres de energia espalhadas.

Agora vai ter a duplicação da [rodovia] BR-135. Desde a pandemia, estão nos perseguindo com isso e a previsão é de duplicarem a Transnordestina que, pelo que sabemos, já é da Vale. E tem a moléstia do “Matopobre”, que é o corredor do Matopiba, que também passa por dentro de nosso território. Querem nos comprar por mixaria. Seguem nos perseguindo, a perseguição é centenária, não é só de hoje. Começou quando nos sequestraram em nossa terra de origem no continente africano. Continuamos em guerra (nunca teve trégua). Nosso paraíso é Pindorama, porque no Brasil não há felicidade, vivemos mazelas sempre reproduzidas na história. Somos atacados 24 horas por dia nesse território, ataques que resultam em perseguições, criminalização e assassinato (Anacleto).

\*\*\*

Hoje, o agronegócio se expande pelo Matopiba<sup>[62]</sup>, facilitado pelas Ferrovias da Projeto Grande Carajás, a Ferrovia Norte-Sul<sup>[63]</sup> e a Transnordestina<sup>[64]</sup>, componentes chave para o escoamento de grãos, junto

[62] Grande projeto de expansão da fronteira agrícola e produtiva. Iniciativa do agronegócio nacional e internacional, com apoio do governo federal. O nome vem do acrônimo dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Territórios com vastas terras planas e mecanizáveis. Gera: valorização do preço da terra, empresas entrando no território, grilagens, expulsões, trabalho em situação análoga à escravidão etc. Para saber mais: [www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/matopiba-na-fronteira-entre-a-vida-e-o-capital](http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/matopiba-na-fronteira-entre-a-vida-e-o-capital). Acesso em: 17 fev. 2022.

[63] Ferrovia que percorre de Açailândia/MA a Anápolis/GO e corta os Estados do Maranhão, Tocantins e Goiás. Para saber mais: <https://www.valec.gov.br/ferrovias/ferrovia-norte-sul>. Acesso em: 10 mar. 2022.

[64] A Ferrovia Transnordestina Logística (FTL) é uma empresa brasileira de logística controlada pelo Grupo Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A empresa opera ferrovias com 1.190 km de extensão, que ligam os portos de Itaqui (São Luís/MA), Pecém (São Gonçalo do Amarante/CE) e Mucuripe (Fortaleza/CE).

à apropriação ilegal das terras, grilagem e compras ou aluguéis por preços irrisórios.

A terra de Anacleta é a terra dos atravessamentos sem aviso, consulta ou permissão. O Quilombo Santa Rosa dos Pretos e mais dezenove quilombos vizinhos têm suas formas de viver permanentemente violentadas. Obras que passam por suas terras sem garantia de direitos e respeito à dinâmica e cultura local. Em 1940, a construção da BR-135 foi a primeira de muitas invasões. Na década de 1980, a Vale atravessou o quilombo com a Estrada de Ferro Carajás. Anos depois, o eixo da Ferrovia Transnordestina passou sobre as terras. E agora, a duplicação da EFC, junto aos avanços do agronegócio.

Os quilombos são reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares, mas suas terras ainda não são tituladas, isto é, não possuem a regularização fundiária, o que potencializa os conflitos agrários com as empresas que os atravessam. Não é de hoje que a conquista de direitos é sinônimo de luta para povos e comunidades tradicionais. Em 2008, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) publicou o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da comunidade Santa Rosa dos Pretos, mas, em 2015, o próprio INCRA voltou atrás e pediu “a desapropriação de terras para interesse social”,<sup>[65]</sup> . A Vale atua para travar a regularização dos quilombos. Diante das idas e vindas e dos conflitos, muitos vizinhos de Anacleta mudaram-se para a cidade, perderam a esperança em seu lugar de morada, mas há muitos outros que seguem fincados na terra e em suas ancestralidades.

## O que se sente: impactos e atravessamentos nas formas de viver

O Projeto Grande Carajás, por ser um perfeito exemplar de megaprojeto, é também um modelo das violações socioambientais e de direitos humanos causados pela mineração. Um corpo gigante de metal em forma de serpente, que a cada movimento causa estragos. A cabeça

[65] Para mais sobre titulações e conflitos por terra na região: [cpisp.org.br/santa-rosa-dos-pretos/](http://cpisp.org.br/santa-rosa-dos-pretos/). Acesso em: 10 mar. 2022.

da serpente está em Parauapebas, na extração do minério, mas o corpo alongado segue reverberando destruição em ondas, gera violações de direitos, empobrecimento das populações e destruição da natureza por onde passa. As transformações são sentidas também em ondas. Segundo Anacleta, as empresas chegam abrindo trilhas, como se ali, não houvesse nada e nem ninguém antes. Quando se instalam, aumenta a destruição, o sofrimento, as perseguições e as negações de direitos.

\*\*\*

A primeira morte que a Vale nos causa é a destruição do nosso psicológico, pelas ações praticadas contra a Mãe Natureza. A ferrovia e a mineração trouxeram mazelas sem cura para nós, matam nosso verde, nossa alimentação, nossos igarapés, nosso córrego. Tínhamos uma produção alimentar forte e hoje não podemos mais viver do pescado. O peixe era saudável, a natureza era saudável e isso nos dava vida. O homem possui essa maldade de destruir a natureza, corrompido pela ganância do ter. Vivemos um processo de desumanização. A Vale chega na região, mas nem o prefeito nem o governador aparecem para conter o avanço da empresa. São uma esfera silenciada, penso que ninguém entra na sua casa sem saber que você tem essa casa. Eles são os intermediários para que sejamos atingidos por essas mazelas. Dizem que somos a ponta desse processo, mas somos raízes. Essa doença psicossocial de desumanização acirra os conflitos coletivos e internos e adoce as pessoas. Falta afeto, solidariedade. Hoje, as pessoas se preocupam em propagar a morte daquele que estava ali (Anacleta).

\*\*\*

Quando apareceu, segundo contam, o trem parecia algo extraordinário. Mas, na verdade, chegaram o barulho ensurdecedor, a trepidação, as rachaduras nas casas próximas e a perda do direito de ir e vir das comunidades. O ritmo do movimento agora é ditado pela passagem do trem e não pela necessidade individual ou coletiva. Há atropelamentos,

a poluição do minério que cai dos vagões abertos e as falsas promessas de que ali nos trilhos também poderiam ser transportados os produtos das comunidades e, com isso, aumentar a renda local<sup>[66]</sup>. Não há a geração de empregos que havia sido prometida, pois eles são destinados às pessoas de fora, mas há o aumento dos casos de assédios, de violência sexual, da prostituição e do consumo de álcool e drogas. Dessa forma, cai por terra o discurso de que a Estrada de Ferro Carajás traria desenvolvimento, uma narrativa comum a todos os megaempreendimentos quando chegam aos territórios, que mexe com a esperança local. A realidade é o trem que passa levando a riqueza e deixando as mazelas.

Félix conta de impactos ainda maiores depois da privatização da Vale. Fala da mudança na amplitude da operação e da extração. Muito investimento, injeção de tecnologia pesada e a Vale lucrando mais a cada ano. **“Nossa cidade não cresceu, inchou. E o mais aterrador é ver uma cidade que fatura bilhões ter nas ruas famílias em situação de extrema pobreza”**.

Parauapebas é uma cidade que tem um volume de recursos por 100 mil habitantes superior ao de São Paulo. O orçamento anual da cidade de 200 mil habitantes é de 2,8 bilhões de reais. Muito recurso, mas nenhuma melhoria para os trabalhadores e a população. O Movimento pela Soberania Nacional na Mineração (MAM) tem trazido à tona o debate sobre o mal-uso dos recursos oriundos da mineração, que deveriam ser destinados às melhorias sociais e ambientais locais, e sobre a injeção econômica no aparelho público, oriundo do saque histórico da Vale na região. Voltaremos a falar sobre isso.

\*\*\*

[66] A EFC não se tornou um benefício amplo para a população. O único direito que possuem conquistado no processo de licenciamento (como uma condicionante) é um horário por dia para transporte de passageiros – um dia no sentido Serra de Carajás-Parauapebas e outro dia no sentido São Luís. Com a duplicação da ferrovia ou ampliação do complexo, isso não foi alterado, a pessoa precisa esperar dois dias para retornar. O trem de passageiros só existe por ser uma condicionante, não é uma boa vontade da empresa, apesar de dentro dos vagões ecoe a propaganda “a Vale agradece a preferência do passageiro que escolheu viajar com ela”.



Nosso assentamento tem 30 quilômetros cortados pela ferrovia. A 30 km tem duas Minas da Vale. Agora estão abrindo uma mina dentro do assentamento, a 6 km do centro da vila. A empresa diz que não é a Vale, mas é só um novo CNPJ, pois ela é a única empresa que compraria minério aqui. Diante disso tudo, vivemos uma migração sem controle e muita contradição. As pessoas vêm de todos os lugares pela promessa de empregos. Mal tem emprego e, quando tem, acaba logo após a construção. E com todas essas pessoas vem toda uma nova dinâmica social, a prostituição, o consumo excessivo de álcool e droga. Dentro do assentamento, tem até crianças de rua. Quando um migrante chega na região e sabe que Palmares é organizado, que tem um movimento de trabalhadores fortalecido, se aproxima do assentamento e do movimento. Ele é atraído pelo grande projeto e acaba vindo para cá. Não somos hipócritas de ser totalmente contra a mineração, mas não esse modelo que custa vidas humanas. Sejam dos territórios ou trabalhadores, a vida útil de um operário é de 17 anos. Além disso, a empresa vem comprando lideranças nas comunidades. Na época, nós alertamos que essa dinâmica teria um preço alto e, atualmente, aqueles que aceitaram esse dinheiro estão sendo ameaçados com processos pela Vale, por conta de prestação de contas. A Vale adentrar em espaços como associações de bairros, grupos de mães ou assentamentos de reforma agrária, enfraquece a luta (Félix).

\*\*\*

A presença da empresa e de trabalhadores na região aumenta o custo de vida das cidades, de modo que aluguéis e alimentos aumentam de preço e, mesmo com a saída dos trabalhadores, após a conclusão das obras, continuam altos, e as pessoas restam ainda mais empobrecidas e completamente desassistidas. Um exemplo de problemática

social vinculada à mineração foi o fenômeno dos “Meninos do Trem”: crianças e adolescentes que embarcavam clandestinamente nos vagões cheios de minério, saindo de suas comunidades no Pará com destino a São Luís (MA), esperando encontrar melhores condições de vida. Outro exemplo são as denúncias de exploração sexual de meninos e meninas às margens dos trilhos administrados pela empresa. A situação precisou ser tratada junto aos Ministérios Públicos Estaduais do Pará e do Maranhão, para que fosse criado um Termo de Ajustamento de Conduta nas condicionantes da operação da ferrovia da Vale para acompanhar essa problemática e realizar treinamentos para o atendimento adequado a essas crianças e adolescentes. Antes do Termo, não era incomum que eles fossem tratados como escória pela Vale S.A.

\*\*\*

No Maranhão, temos uma grande zona rural, parte da floresta amazônica e as comunidades que são cortadas pela EFC. São camponeses que vivem do cultivo, de roçados e de pesca. O principal impacto sofrido é a alteração total dos seus ritmos de vida. Para ir a roça, é preciso esperar o trem passar, e isso altera a dinâmica da vida cotidiana. O espaço físico também é modificado, uma vez que as casas começam a se afastar da linha do trem para terem mais silêncio e, com isso, aumenta a distância entre o lar e o espaço de trabalho, exigindo maior tempo de trajeto. Com as obras de expansão da via férrea, também houve o desmatamento de áreas verdes, o assoreamento dos rios e igarapés, e aqueles que viviam da pesca foram afetados diretamente. O impacto é direto na fonte de sobrevivência e, se forem buscar um emprego formal em outro local, afeta eles, pois não faz parte das subjetividades de quem é do interior, que é agricultor tradicional, pescador. Todas as drásticas mudanças na vida dessas comunidades não são vistas como impactos negativos por parte da empresa, uma vez que tudo isso é dos cotidianos, restrito a eles, e a Vale não se dedica a observá-los.

Quando denunciemos, há alegações de que não é a Vale que provoca isso. Provar que essas situações são fruto da operação logística da empresa é difícil. Como provar e fazer entender que a Vale é a culpada que um agricultor que levava 50 minutos para chegar à sua roça agora leva 1h30min porque precisa esperar o trem passar? São situações que tentamos provar e denunciar o tempo inteiro. Imagine dormir com o barulho do trem cotidianamente? (Mikaell).

\*\*\*

Com o tempo, as comunidades vão percebendo que a Vale não traz o desenvolvimento e começam a se manifestar contra as falsas promessas, reivindicando os seus direitos. Mas aí vem a criminalização e os processos judiciais contra as lideranças. Muitos sofrem do “interdito proibitório”, em que não podem se aproximar a alguns metros da ferrovia e, caso ele seja descumprido, precisam pagar multa de R\$ 5.000,00. **“Quando as pessoas começam a se manifestar, a Vale processa as lideranças. Algumas entendem que faz parte da luta, mas outras sentem tristeza e vergonha por estarem com o nome sujo, com a história manchada entre os amigos e a comunidade. As vidas vão sendo totalmente modificadas. E com os interditos, as pessoas pensam em não se manifestar, pois mal têm dinheiro para a própria sobrevivência”**, conta Mikaell.

\*\*\*

Em 2014, a Vale me processou a partir de uma foto em que eu “aparecia”. Não era eu, só os olhos deles enxergam. Eles fazem isso: intimidam, silenciam e matam. Processaram também o Leleco (Joécio) e o Elias. Elias é presidente da União das Associações de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Município de Itapecuru Mirim-Maranhão (Uniquita), que é uma organização do município, onde já temos 71 comunidades reconhecidas e outras no processo de regulação fundiária, já com relatório antropológico e portaria. Eu sou a porta-voz de Santa Rosa, a voz da ancestralidade, Leleco é presidente da associação

que responde pelo processo da vida do território, e o Elias pelo Itapecuru preto. Somos o foco para eles nos desmobilizar. Mas eles não vão conseguir. Digo à minha filha que a minha felicidade, o meu jeito de sorrir. Quando sentamos, tentamos re-humanizar eles, é nossa ancestralidade falando. Quando eles vêm nos atacar com armas de fogo, nós esperamos com nossas armas também. Nossos homens são os rifles, nossas mulheres são as metralhadoras e nossos tambores, nossa dança, nossas músicas e nossa ancestralidade são as balas. Eles chegam para matar nós, mas estamos no prazer da dança, nos conectando. Não nascemos para ninguém nos matar, nós nascemos para dar vida, defender vida e viver em harmonia (Anacleta).

## Movimentos de resistência ao Projeto Grande Carajás

Partimos do Maranhão, de Açailândia, onde funda-se a Justiça nos Trilhos e está localizado o bairro de Piquiá de Baixo, lugar onde Mikaell nasceu. É um bairro empobrecido e estabelecido como área de sacrifício, tido como um exemplo dos impactos causados pela cadeia da mineração. Em Piquiá, há os impactos da ferrovia e, ao longo do tempo, da operação de cinco empresas siderúrgicas, algumas ainda em funcionamento. Diante dessa situação, e de muita luta, Piquiá de Baixo conseguiu ser inteiramente reassentada. “Piquiá da Conquista” está em construção e cada etapa é uma nova luta. Ainda no Maranhão, seguimos nosso olhar sobre o trajeto e os impactos da Estrada de Ferro Carajás, desde a produção do minério até o porto de São Luís, passando por diversas comunidades, como o Quilombo Santa Rosa dos Pretos, onde está Anacleta.

Por outro lado, o horizonte é Parauapebas, onde está o núcleo do Projeto Grande Carajás. Há quarenta anos, a mineração e o agronegócio dominam a região territorial, econômica e culturalmente. Primeiro, pelo garimpo manual na Serra Pelada<sup>[67]</sup>, com ciclos de exploração que

[67] Situada na Serra dos Carajás, no sul do estado do Pará, a Serra Pelada foi

ocorreram entre 1979 e 1986 e se romperam com o monopólio da Vale na região, tendo seu fim simbolizado pelo Massacre da Ponte<sup>[68]</sup>. Em seguida, a luta ganha corpo no território com os conflitos entre latifundiários e os Sem-terra, o projeto político e as resistências do MST, principalmente, do qual participam Félix e Charles. Ali, os trabalhadores da terra, da mineração e do garimpo são continuamente impedidos de viver. Quase dez anos depois do Massacre da Ponte, no dia 17 de abril de 1996, ocorreu o Massacre de Eldorado de Carajás<sup>[69]</sup>, o maior e mais conhecido genocídio dos Sem-terra pela polícia militar, a serviço dos latifundiários locais. Desde então, 17 de abril é o Dia Mundial da Luta pela Terra, e a fazenda Macaxeira, cujo proprietário é reconhecido como um dos mandantes do crime, foi desapropriada e se tornou o Assentamento Dezessete de Abril. Nesse território, também se juntam os chamados

considerada a maior região de garimpo a céu aberto do mundo, principalmente entre 1980 e 1983. Aos seus pés, está a vila e distrito do município de Curionópolis.

[68] O Massacre da Ponte ocorreu em dezembro de 1987, na cidade de Marabá. No evento, dois garimpeiros da Serra Pelada foram assassinados e 96 ficaram desaparecidos. A ação foi realizada pela Polícia Militar do Pará, com o auxílio do Exército Brasileiro. A manifestação pedia a reabertura do garimpo de Serra Pelada e o massacre ocorreu um ano após a inauguração da ponte e do início das exportações de ferro pelo Grande Projeto Carajás. Por ali passavam locomotivas que transportam minério para Itaqui, no Maranhão. Disponível em: <https://www.mamnacional.org.br/2017/12/29/29-de-dezembro-30-anos-do-massacre-dos-garimpeiros-e-garimpeiras-de-serra-pelada-na-ponte-de-maraba/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

[69] “Era uma quarta-feira, por volta das 16h, do dia 17 de abril de 1996. Cerca de 1,5 mil pessoas estavam acampadas na curva do S, em Eldorado do Carajás, sudeste do Pará, em forma de protesto. O objetivo era marchar até a capital Belém e conseguir a desapropriação da fazenda Macaxeira, ocupada por 3,5 mil famílias sem-terra. A caminhada que tinha começado no dia 10 de abril foi parada com sangue em um ataque da Polícia Militar que ficou mundialmente conhecido como o Massacre de Eldorado do Carajás. Um total de 155 policiais militares estiveram envolvidos na operação que deixou 21 camponeses mortos, 19 no local do ataque, e outros dois que faleceram no hospital”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/17/massacre-de-eldorado-do-carajas-completa-24-anos-um-dia-para-nao-esquecer>. Acesso em: 30 abr 2022.

“descartáveis”<sup>[70]</sup>, que compõem o universo operário na região: os corpos de trabalhadores dos quais a Vale usa a energia vital e depois descarta.

No Maranhão, a Justiça nos Trilhos tem centralidade na resistência à mineração. Junto, estão o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outras organizações que trabalham com comunidades tradicionais. O Pará tem o MAM como força central na discussão e luta, junto ao MST e à CPT de algumas localidades.

A Justiça nos Trilhos é uma organização que atua em direitos humanos e direitos da natureza. Ela surgiu em 2007, como uma campanha, e unia movimentos sociais, sindicatos, universitários e lideranças comunitárias na reivindicação por indenizações e reparações integrais pelos danos provocados pela Vale e pelo Complexo Siderúrgico instalado em Açailândia. Em 2009, a JNT se estruturou como uma organização e passou a atuar no território com advogados, educadores e comunicadores populares. Formou-se, então, uma equipe para atender, acompanhar e fortalecer as comunidades afetadas pela Estrada de Ferro Carajás e buscar a reparação integral dos danos sofridos, lutando para responsabilizar a Vale e o Estado brasileiro pelas violações vivenciadas.

É fundamental denunciar e judicializar processos, mas o principal é fortalecer as comunidades na construção da sua autonomia territorial e do protagonismo no âmbito da conquista de direitos e construção de alternativas econômicas à mineração. Assim e por isso, foi criado o Centro de Referência em Agroecologia em Açailândia, para fomentar a produção local e criar um fundo rotativo solidário, promovendo incentivo financeiro na produção dos agricultores. A cultura e a comunicação popular, instrumentos de valorização e organização das comunidades, também são artifícios centrais no trabalho da JNT.

[70] Documentário feito pelo Observatório do Mundo do Trabalho de Carajás, em parceria com o Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), revela a dura realidade de trabalhadores e trabalhadoras da mineração em Parauapebas, sudeste do Pará. <https://www.youtube.com/watch?v=zSKO-vs4zdXc>. Acesso em: 30 abr. 2022.

No Pará, Charles nos conta que a luta existe há quase quarenta anos, desde o surgimento da mineração de grande escala, mas, no início, o foco era a luta pela terra. Depois, tornou-se necessário olhar para o território de forma ampla, pois os assentamentos começaram a ser invadidos pela lógica da mineração, no sentido do trabalho, das relações comunais e da soberania do território. A luta pela terra estava, portanto, imbricada à luta pelo território, frente ao atual modelo mineral. Era necessário compreender que o projeto minerador é irmão siamês do projeto do agronegócio e refletir a partir dos assentamentos e das populações empobrecidas vivendo no interior de uma cidade mineradora. **“O território estava sendo atacado, transformado e tomado pelo Estado e via as manobras jurídicas da Vale na região. O MAM conseguiu compreender e incorporar a luta pelo território, já que estávamos sendo derrotados na luta apenas pela terra. Perdendo, ganhando ou empatando, o foco foi entender que o embate com Vale na região era o início para construção de um movimento nacional como o MAM”**, disse Charles.

O MAM surge dos Sem-terra, como uma expressão coletiva dos camponeses que não se renderam ao latifúndio, nem ao Estado e nem à mineração. Desde a primeira reunião, em 2012, entendia-se que o objetivo era nacionalizar o conflito Carajás e discutir um projeto de soberania popular na mineração. O diagnóstico central era o entendimento de que o crescimento da mineração avançava fronteiras e havia necessidade de apresentar alguma estratégia de ação. Era a primeira vez que um movimento saía do interior da Amazônia para se transformar em um movimento nacional contestatório.

Nascido como Movimento dos Atingidos pela Mineração, logo depois reconheceu as limitações da ideia de “atingidos”, pois a soberania popular surge como uma nuance positiva e que não restringe a apenas um grupo social (os atingidos, aquele que tem seu território fragmentado) a responsabilidade de construir uma alternativa. Não se podia limitar o movimento a uma única identidade e nem a participação de aliados diante de uma batalha tão grande. Assim como não era possível apenas se opor à mineração, era necessário pensar em um outro projeto de mineração para o país.

A JNT, o MAM, o MST e a CPT, com suas especificidades e ações localizadas, sempre estiveram juntos nessa luta. Em 2012, eram essas organizações que discutiam o modelo mineral na região, num processo de formação e de análise sobre o problema mineral em toda sua complexidade. Olhavam para a diversidade de atores afetados, para o sujeito fincado no território, para o sujeito do mundo do trabalho e para o sujeito coletivo social, e perceberam que era preciso ampliar o olhar sobre os danos desse modelo. **“O problema mineral atravessa várias dinâmicas sociais. Os movimentos buscam traduzir isso na luta por território livre da mineração, assim como pelo direito de existência de outras economias e projetos sem a escala dos grandes empreendimentos. O Estado é incapaz de prover recursos para economias alternativas, mas provém muito capital para a mineração e os grandes empreendimentos, permanecendo as injustiças trabalhistas, hídricas, fiscais e as cidades mineradas empobrecidas”** (Charles).

A Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale, que é central na construção desta publicação, também se faz presente como parte das resistências existentes na região. A AIAAV foi um sujeito pioneiro no olhar global sobre a atuação da Vale S.A. e na construção de um espaço articulado de luta ao nível nacional e internacional, possibilitando a ampliação do debate sobre mineração no país e instigando a formação de outros sujeitos coletivos de resistência. Charles aponta a dificuldade desses espaços articulados internacionais de incidir nos territórios, mas, ao mesmo tempo, reconhece a importância deles para o nascimento do MAM e para a espacialização das lutas e das reflexões desde as bases sociais exploradas em territórios mineralizados.

## As raízes fincadas em permanente (re)existência

Comunidades indígenas e quilombolas sempre estiveram em batalha, reconstruindo sua existência a cada dia. Foram e seguem sendo invadidos, permanentemente, pela colonização e pelo capitalismo. Anacleto é um desses sujeitos-corpos em constante criação da existência. Das pequenas e das grandes ações de sua comunidade e dos povos negros na região, surgem tufões de vida em resposta às mortes que lhes tentam impor.



\*\*\*

Somos territorialidade com 20 quilombos e nossa responsabilidade é preservar o que nos alimenta. Somos ascendentes, existimos a partir dos saberes ancestrais que vêm de sete famílias originais do continente africano e, hoje, somos mais de mil famílias habitando no território de Santa Rosa. Nosso sobrenome de força, de nossa tabanca, é dos Pires. Para além das mazelas causada pelos megaempreendimentos, vivemos uma escravidão silenciada. A casa grande e a senzala ainda funcionam, em um formato ampliado. A escola é a senzala que precisamos aprender a falar bonito para o sistema e para a história se apoderar disso. Agora pense no Congresso, nas prefeituras, essas são a casa grande mais evidente de hoje (Anacleta).

\*\*\*

Félix, como Anacleta, nasceu em combate. Sua história é a continuidade de tantas outras: um corpo preto e pobre que busca um pedaço de terra e condições para viver. Permanentemente atropelado pela ganância e pelas opressões impostas por latifundiários e grileiros, pela mineração e pelo próprio estado. Uma vez que se vive no centro do maior projeto de mineração do Brasil, sua história vai sendo determinada por isso.

O Assentamento Palmares, onde Félix se tornou guerreiro, é um dos espaços de resistência mais organizados do Pará. Ao longo de 27 anos, o assentamento nasceu e se manteve como um território popular, combativo e progressista, que defende os direitos e a liberdade de homens e mulheres da classe trabalhadora e que busca construir outra sociedade, na perspectiva da coletividade. O Assentamento atrai atenção e é continuamente atacado pela Vale e pelas oligarquias locais. Nas lutas concretas, travadas pelo MST e o MAM, as principais formas de reivindicação dos assentados e trabalhadores são as paralisações na beira da estrada e da ferrovia.

Félix, ao se tornar trabalhador terceirizado da Vale, percebeu que, além da luta pela terra, era preciso se organizar para enfrentar uma nova

dinâmica de opressão, lutar por condições democráticas no acesso aos direitos trabalhistas. Em Paraúpebas, ele e seus companheiros criaram o “Movimentos dos Trabalhadores Desempregados” e, em seguida, a “Comissão de Trabalho, Emprego e Renda” e a “Frente de Luta por Trabalho, Emprego e Renda”, envolvendo trabalhadores do centro urbano e de comunidades rurais. Os esforços de todas essas coletividades culminam na criação da Coordenadoria Especial de Trabalho, Emprego e Renda (CETER), órgão governamental responsável pelas políticas públicas de mediação entre trabalhadores(as) e empresas, e que também fornece qualificação e capacitação profissional. Félix aponta que a CETER não faz tudo que eles sonhavam no início do movimento, mas é um marco da luta e uma conquista importante dos(as) trabalhadores(as) organizados(as).

\*\*\*

Percebi que um dos enfrentamentos que precisavam ser feitos era a luta dos trabalhadores terceirizados por melhores salários e melhores condições de trabalho. Com isso, fundamos o Movimento dos Trabalhadores Desempregados - uma experiência que existe em outros estados do Brasil, mas aqui em nossa região, é diferente. Em Carajás, esse movimento é o único focado na luta pelo acesso ao trabalho de forma livre e democrática, uma vez que existe um cartel da Vale na região. Por conta das pressões e interesses políticos, as instituições públicas não fazem seu trabalho para garantir esses direitos. Em nossa região, o que é reservado ao trabalhador, ao filho dos trabalhadores, ao agricultor, ao periférico, é o trabalho braçal. Para esses sujeitos, são oferecidos os piores postos de trabalho e os melhores salários e empregos são ocupados pelas pessoas do Centro-Sul. Tínhamos que nos organizar mesmo na ausência dos sindicatos, corrompidos pelas oligarquias da região. Apenas um movimento livre, junto com MAM e do MST, poderia realizar isso e buscar melhores condições de trabalho nas empresas. Iniciamos esse movimento em 2012 e, hoje, dez anos

depois, seguimos realizando esse enfrentamento para acessar empregos e lutando por melhores condições de trabalho. Mesmo que tenham negado muitas pautas operárias, vem sendo uma experiência de sucesso no ponto de vista das conquistas (Félix).

\*\*\*

A luta dos(as) trabalhadores(as) é fundamental e permanente, mas são os embates diretos que se encontram na memória dos(as) entrevistados(as). As paralisações e as ocupações dos trilhos e rodovias são as mais marcantes. Primeiro, em 2007, uma ação do MST junto aos garimpeiros da Serra Pelada, com mais de 5000 pessoas, parou a EFC por uma semana e armou um acampamento às margens da ferrovia por quarenta dias. Ali, a maioria das pessoas eram do Assentamento Palmares. Essa ação chamou a atenção e os governos nacional e local precisaram dar respostas às reivindicações. Os(as) assentados(as) conquistaram a construção de uma estrada de Parauapebas até a vila do Palmares, a construção de escolas novas em três assentamentos da região e uma série de reivindicações ligadas à manutenção do trabalhador no campo. Em contraponto, diversos companheiros(as) foram criminalizados(as) e respondem até hoje judicialmente. A segunda paralisação marcante e simbólica aconteceu em 2014, quando um grupo de jovens assentados organizou um acampamento na ferrovia em homenagem ao companheiro Joaquim Madeira e seu filho, atropelados pelo trem. Algumas das vidas perdidas por conta do megaprojeto da Vale.

Bloqueios também são estratégias de luta em Santa Rosa, no Maranhão. Em 2014, a ferrovia ficou parada por quase cinco dias. Os manifestantes fizeram greve de fome e exigiram que as comissões da Vale respondessem às demandas, principalmente em relação à titulação da terra. **“Eles exigiram que a Vale fosse ao território, acompanhada da secretária do governo federal, por causa da titulação da terra. Quando eles chegaram para a reunião, a comunidade disse que eles esperassem até que terminassem de tocar o tambor para discutir”** (Mikaell).

Em Piquiá de Baixo, as ocupações das ferrovias, ou nas portas das empresas, também causam efeitos fundamentais para a luta. **“Toda**

população de Piquiá, as comunidades vizinhas dos interiores e assentamentos, foram para porta da Gusa Nordeste, que hoje é a Aço Verde do Brasil (AVB), para reivindicar o pagamento do terreno a ser reflorestado, ficaram 32 horas impedindo a entrada e saída de caminhões. Só após a negociação com o Ministério Público e com a decisão do pagamento as atividades foram normalizadas. São essas manifestações que conquistam transformações” (Mikaell). Parar a produção por minutos gera prejuízos inaceitáveis para as empresas. Imaginem as perdas para quem precisa interromper sua forma de viver para sempre.

Resistir também é fincar o pé no assentamento e produzir alternativas à mineração. Félix agora é produtor rural. Deixou de ser operário, mas segue acompanhando a Comissão e atua como militante do MAM e do MST, além de estar se organizando para casar-se com seu companheiro. Eles têm uma jornada pesada. No dia da entrevista, tinham acordado às 5h da manhã, para levar o peixe para vender no comércio, e às 19h ainda estavam na cidade, em reuniões da comissão, entrevista e compras de insumos para sua produção. Ele conta que, no assentamento, há produtores de leite, gado de corte, peixes, ovinocultura e caprinos, e que a fruticultura vem crescendo com a produção de goiaba, açaí, manga, maracujá, entre outras. Félix e seu companheiro criam gado e peixe e produzem milho.

## Outras formas de seguir no embate!

O MAM nasce das reflexões de cabeças com os pés no chão. Produzir conhecimentos, livros, pesquisas, ocupar e criar parcerias nas universidades e nos institutos federais de ensino para discutir o modelo de mineração na região, no país e no mundo. No Maranhão, a proximidade com pesquisadores(as), universidades e grupos de pesquisa também é uma estratégia. A partir das pesquisas e das cabeças coletivas pensantes, o MAM identificou a disputa pela tributação da riqueza produzida pela extração do minério como uma brecha para a disputa ideológica junto à população e para atingir a empresa<sup>[71]</sup>.

[71] Uma das lutas principais do Movimento pela Soberania Nacional da Mineração (MAM) se relaciona às questões fiscais na mineração para combater

As empresas são obrigadas a pagar a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), popularmente conhecida como “royalties da mineração”. São milhões de reais que deveriam, por lei, ser transformados em políticas públicas que gerem bem-estar às populações atingidas e incentivos para alternativas econômicas à mineração, como o apoio à agricultura familiar. Na prática, esse recurso vira instrumento eleitoreiro e há pouca ou nenhuma transparência em relação ao seu uso e aos impactos na vida da população, principalmente no que tange às alternativas à mineração.

O MAM vem investindo em discussões e na incidência em políticas no âmbito local e nacional para pressionar os governos e o congresso em relação a essas compensações.

\*\*\*

A divisão da riqueza produzida no CFEM, no interior dos municípios, é uma das nossas táticas para estimular e animar as massas para compreender esse processo. Nossa crítica mais contundente foi sendo apagada por essa lógica de que a Vale desenvolveu na região. Isso acontece desde a criação do circuito cultural e do financiamento da arte até a educação - o currículo escolar é produzido pela Vale. A educação é política e decide os lados. Também é decidido pelas elites predatórias que a empresa criou. É um bloco graúdo, cheio de interfaces, são como um bloqueio permanente de uma estratégia de compreensão de nossos limites na tradução do que é o projeto mineral Carajás (Charles).

\*\*\*

a mineriodependência dos territórios. Atual no debate e incidência sobre o CFEM além da revogação da Lei Kandir, de 1996, que isenta do pagamento do ICMS (um tributo estadual) aquelas empresas que exportam matérias primas, dentre outros. Para saber mais: <https://www.mamnacional.org.br/2021/03/27/mam-realiza-debate-sobre-os-destinos-da-cfem-no-para/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Somado à disputa por melhorias concretas na vida da população, Mikaell e a JNT olham para a importância da construção de denúncias ao nível nacional e internacional, principalmente aquelas que se cruzam e são frutos de trabalhos articulados e intercâmbios. Quem está na luta se forma no Encontro, ali é possível entender que a resistência e o projeto do qual fazem parte são muito maiores do que aparentam, que cada território não está sozinho. Mikaell diz que, para ele e para a JNT, os diálogos e as relações estabelecidas entre as lutas são fundamentais. Os intercâmbios entre os jovens de Piquiá de Baixo, de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, e de Moçambique, relatados no Capítulo 5 deste livro, são momentos muito marcantes, assim como os Encontros Regionais de Atingidos e Atingidas pela Mineração do Pará e Maranhão, que ocorrem anualmente desde 2011. Esse evento reúne comunidades atingidas pela mineração dos dois estados e organizações atuantes nesse campo para trocar experiências, saberes, cuidados coletivos, culturas e lutas.

A JNT e grupos locais de teatro e dança organizam, também, como táticas para seguirem nessa batalha, apresentações culturais atreladas ao debate crítico do impacto global da mineração. O tambor de crioula, os cantos indígenas, do Boi, do Reisado, dentre outras expressões culturais, são maneiras de fortalecer os modos de vida e os conhecimentos entre as comunidades. A igreja neopentecostal e o tambor de crioula se encontram na luta contra a mineração e passam a se respeitar, a respeitar as diferenças e as múltiplas culturas. A cultura desconstrói preconceitos e constrói a coesão de luta.

Os caminhos de resistência são diversos e a reinvenção da luta é permanente. Não se pode esquecer do desafio de construir respostas concretas aos mais impactados e, ao mesmo tempo, fazer a crítica estrutural ao modelo societário vigente. Anacleta, Félix, Mikaell e Charles buscam suas formas de permanência, e os Encontros surgem como respostas, seja com a natureza, seja com outros ativistas, com a mãe ou com a arte.

Para Anacleta, é necessário viver com mais felicidade, e isso se dá pela conexão com a natureza, na defesa e no cuidado com a vida coletiva. **“Aqui resistimos e nos fortalecemos cantando, dançando, confeccionando nossos instrumentos e cuidando da natureza. Aqui**

eles não vão derrubar árvores. Já me coloquei na frente de máquinas na BR-135, na frente do juiz e da polícia. Tenho coragem pelo compromisso com a ancestralidade e a proteção da vida.”

Já para Mikael, é necessário superar a tristeza junto aos que, assim como ele, entendem que as violações de direitos humanos não podem ser naturalizadas. “É um alento de não estar só, não se sentir confuso. Nos encontros vejo que existem formas de superar, mesmo que seja mudança para a futura geração. Seguir comemorando as pequenas vitórias e aprendendo com os que lutam e sobrevivem desde sempre. Isso nos mantém respirantes diante da distopia que é a luta dos direitos humanos no mundo. Compartilhar experiências, viver nossas tradições e cultura é que nos mantém firmes.”

Félix tem sua inspiração na família, na mãe e nas sabedorias do cotidiano. “Minha mãe é exemplo de luta e sabedoria, um ser humano muito grande. Sempre que preciso de um direcionamento recorro a ela. Mesmo não tendo sob seus olhos a visão da leitura, ela tem sabedoria infinita, fruto de sua vivência, sua prática cotidiana. Minha guia em assuntos complexos que não entendo. Penso sempre que, depois de tantos anos de exploração, ela conquistou aquilo que sonhava: sua terra para viver” (Félix).

Já Charles tem seu aconchego na arte. Além de ser uma das principais lideranças políticas do MAM, ele também é poeta. “Entendo que a arte nos duplica e potencializa nossos processos. A primeira ideia é que tudo aquilo que a natureza fez é belo, e aí a arte veio para complementar. É impossível para mim imaginar um indivíduo ou processos políticos sem incorporar a arte como elemento de duplicação e existência. Vejo que é essa sensibilidade que nos possibilita juntar todo mundo. Na medida em que as pessoas interpretam ou produzem arte, se libertam. Movimento político precisa ser intrínseco à arte, ou não se mantém. A arte é o que nos dá a possibilidade de ver as coisas com beleza, ainda que a luta seja ferrenha. Nos lembra que é necessário comungar e celebrar nossos corpos, nossa imaginação, e criar múltiplas formas de liberdade e libertação”.





# Referências

---

- ALMEIDA, Ronaldo de. Roteiro para o emprego de Grupos Focais. In: *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. Bloco Qualitativo*. Sesc São Paulo/ CEBRAP: São Paulo, 2016.
- ALVES, Murilo da Silva Alves et al. (Orgs.). *Mineração: realidades e resistências*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- FERNANDEZ, Gabriela Fraga. *Pés vermelhos: relações simbólicas e a luta pela vida frente à mineração de ferro no bairro Pires (MG)*. Dissertação (Mestrado Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- FREITAS, Ana Luisa Queiroz. *Gênero, território e mineração: um estudo sobre o protagonismo feminino em conflitos socioambientais no Morro D'Água, Catas Altas-MG*. Dissertação (Mestrado Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- INSTITUTO PACS. (Org.). *Mulheres-territórios. Mapeando conflitos, afetos e resistências*. 1ª ed. Instituto PACS: Rio de Janeiro, 2021.
- MONTEIRO, Bernadete Esperança. *Contribuições da auto-organização das mulheres trabalhadoras rurais no Norte de Minas Gerais na resistência à mineração*. Dissertação (Mestrado em Saúde PÚBLICA) – Escola Nacional de Saúde pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.
- MACEDO, J. R. *História da África*. 1. ed. 1. Impressão. São Paulo: Contexto, 2015.
- AIAAV. *Relatório de Insustentabilidade da Vale 2021*. Online. 2021. Disponível em: <https://atingidosvale.com/relatorios/relatorio-insustentabilidade-2021/>. Acesso em: 17 de jan. 2022.

AIAAV. *Relatorias dos Intercâmbios*. Documento Interno, 2021.

GARCIA, A.; KATO, K. Políticas Públicas e interesses privados: uma análise a partir do Corredor de Nacala em Moçambique. *Caderno CRH*. v. 29, n. 76, p. 69-86, Salvador, jan./abr., 2019.

### Entrevistados(as):

Anacleta Pires, Ana Garcia, Andressa Caldas, Antônio Marcos da Conceição (Félix ou Neguinho do Palmares), Bruno Teixeira, Charles Trocate, Danilo Chammas, Fátima Cunha, Judith Marshall, Karina Kato, Luzia Queiroz, Maíra Mansur, Maria José Araújo, Mikael Carvalho, Padre Dario Bossi, Valéria Carneiro, Valério Vieira, Grupo de Mulheres que resistem a Vale S.A de Antônio Pereira (MG) e relatos do Intercâmbios Brasil-Moçambique.



**Marina Praça** é educadora popular e pesquisadora social. Formada em biologia e mestra em educação. Sua trajetória militante e profissional é vinculada aos movimentos sociais de luta pela terra e o território, os conflitos socioambientais, a luta das mulheres, coletivos populares em favelas e direitos humanos. Assim como, com atuação e colaboração com organizações do terceiro setor desde 2013. Sua caminhada parte do olhar da educação popular, dos feminismos populares, da crítica ao modelo de desenvolvimento e do pensamento crítico latino-americano.

**Larissa Cabral** é neta de Seu Geraldo e Dona Aparecida, trabalhadores rurais e responsáveis por ensinar a ela o amor pelas plantas, pela natureza e pelas pessoas. Como consequência desse aprendizado e de políticas públicas de acesso, foi a primeira da família a ingressar numa universidade pública. Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), se formou em licenciatura em ciências agrícolas e agronomia, se tornou mestra em Educação e, atualmente, está concluindo o doutorado em ciências sociais, com ênfase nos debates de agricultura e sociedade. É feminista e mãe da Manu, de 3 anos. Atua junto aos movimentos sociais e organizações populares, com destaque para a promoção da agroecologia e sistematização de experiências.



Este livro foi impresso em offset  
pela gráfica WalPrint, utilizando papel  
Polén Soft 80g/m<sup>2</sup>, e as famílias  
tipográficas Real Text Pro  
e Redaction.